Caminhos

número 15 - novembro, 1997



20 anos APUBH
70 anos UFMG
100 anos BH

EDIÇÃO HISTÓRICA

PARABÉNS PRA VOCÊ

Revista da Associação dos Docentes da UFMG - Seção Sindical da Andes-SN
Número 15 - novembro de 1997.

APUBH - S. Sind.
Rua Artur Itabirano, 70 - São José/Pampulha - CEP 31275-020 - Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 441-7211 - Fax: (031) 441-1303 - e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br

PRESIDENTA
Maria Dirlene Trindade Marques

1º VICE-PRESIDENTA
Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova

2º VICE-PRESIDENTE
Luiz Humberto Pinheiro

1º SECRETÁRIA
Danusa Dias Soares

2ª SECRETÁRIA
Rosemary Dore Soares

1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli

2º TESOUREIRO
João Maurício Lima Figueiredo Mota

1º SUPLENTE
Vera Lúcia Tomaz Fróes

2ª SUPLENTE
Vera Lúcia Fernandes

CONSELHO EDITORIAL
Celina Camilo de Oliveira, Humberto Coelho de Carvalho, Margarida de Moura Siqueira
Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova, Wemerson de Amorim e Ivaldo dos Reis Costa

APOIO
Fernanda Veloso Torres
Mary Oliveira de Assis
Nilson Ferreira Freitas
Rogério Sapucaia Santos

REVISÃO
João Carlos de Melo Mota

DIAGRAMAÇÃO E ADAPTAÇÃO VISUAL
Jumarino Lopes

ILUSTRAÇÃO CAPA
Pompéa Brito

PROJETO GRÁFICO CAPA
Jumarino Lopes

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ivaldo dos Reis Costa - MTB 4740

PROJETO GRÁFICO
Kelia Berbert

IMPRESSÃO
Segrac

Opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Colaborações podem ser enviadas a APUBH-S. Sind. no endereço acima. Os artigos deverão respeitar aos limites de 15 laudas de 20 linhas, com espaço 2 ou aproximadamente 15.000 caracteres, a serem enviados em disquete formato MAC ou PC, com identificação e endereço do autor para eventual contato, acompanhado de uma cópia impressa do artigo. O Conselho Editorial de Caminhos poderá propor modificações em títulos e passagens de texto para melhor adequá-los às exigências editoriais. A seu critério poderá, também, aceitar artigos que fujam as especificações acima, desde que resguardados os interesses editoriais.

EDITORIAL

EDITORIAL

"Procuramos, às vezes aflitos,
compreender porque somos assim
ou porque ficamos assim, e não chegamos
a um acordo quanto ao que queremos ser."

Editorial Caminhos,
no 11, 1995

De ilustres damas não é de bom tom perguntar-se ou declarar-se em público suas idades. A três delas, que comemoram neste ano datas marcos de sua existência, não se aplica, porém, essa norma, até porque apresentam saldo positivo no balanço do que se orgulham.

Uma festeja bem ou mal vividos 100 anos. Outra, setentona, se interroga: valeu a pena tanta lida e, às vezes, tanta necessidade aborrecida? Já a terceira, diante das respostas que dela cobra a atual conjuntura, consulta a seu passado de 20 anos de conflitos, se deve aderir cordatamente a essa imensa *pax americana*, apregoada por micro e macro-autoridades paleo ou neo(...)?

As características dessas senhoriais instituições – BH, UFMG e APUBH – são tais, que delas poder-se-ia dizer a maioria dos colegas com formação, comportam-se como três subconjuntos com numerosos elementos em comum e, portanto, com alto grau de interseção.

Num momento de perplexidade e inquietude como o de agora, procurar enfocar essas três instituições dentro de um contexto histórico

poderia ser uma maneira de fazê-las vislumbrar sentidos comuns, não percebidos por muitos de seus membros.

Com este número, Caminhos pretende tratar principalmente da trajetória de dois desses subconjuntos, a UFMG e a APUBH, talvez nos alertando que o que somos e para onde vamos tem determinantes relevantes no que fomos.

O número se abre com uma retrospectiva sobre a APUBH, conclamando que o Movimento Docente deve, em respeito às suas origens, opor-se ao avanço do neoliberalismo e da globalização, enquanto estes significarem entreguismo, desnacionalização de nosso patrimônio e destruição de nossos valores éticos.

Ele é seguido de alguns "flashes" sobre o que foram as dez gestões da entidade.

Em cinco outros relatos fazem-se comentários do que foram os mares, nem sempre serenos, do Teatro Universitário, da Escola de Belas Artes, Ciências Econômicas, Medicina e do Centro Pedagógico. Outras versões são possíveis, estando a revista aberta para eventuais complementações ou discordâncias.

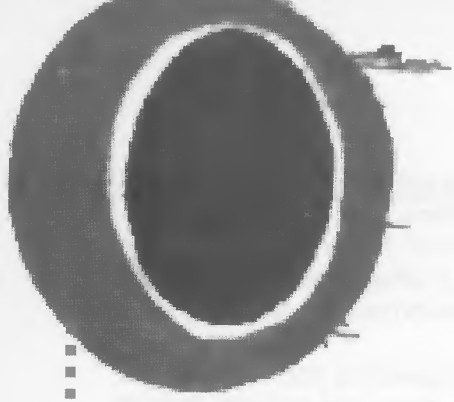
Em aula inaugural o Dr. Tancredo pontifica sua proverbial mineiridade.

Da passagem de Pedro Nava pela UFMG e da concessão do título de *Doutor Honoris Causa* a Carlos Drumond de Andrade tratam outras duas surpreendentes matérias.

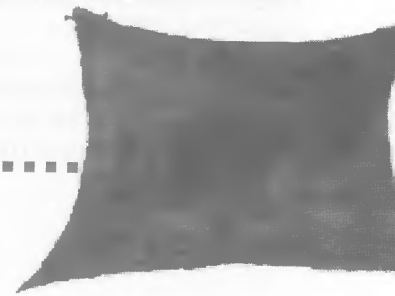
A estabilidade do servidor e a gratuidade do ensino universitário, além das implicações do Pacote 51 para a vida universitária, mais do que justificam a inserção da seção Conjuntura – cem dias sem salário, pondo em xeque a Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade que é a tentativa ali abordada.

O "Navegar", por sua vez, revisita velhos caminhos, buscando, quem sabe, alento para os novos tempos.

Sob regras que que merecem ser revistas, escolheram-se os novos dirigentes da UFMG e da APUBH. Cumprimentamos e desejamos pleno sucesso a esses bravos companheiros que assumiram a responsabilidade de nos conduzir nesse proceloso mar fim de milênio.



POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE



SUMÁRIO

VINTE ANOS DE APUBH
Délcio Vieira Salomon 10

TEATRO UNIVERSITÁRIO:
A TRAJETÓRIA E A IMPORTÂNCIA DO T.U. NOS 70 ANOS DA UFMG
Esmeralda Carvalho de Castro e Ítalo Mudado 22

PASSADO REVISITADO
Ernest Paulini 36

REFLEXÕES SOBRE UMA VIDA UNIVERSITÁRIA - DEPOIMENTO 1
Álvaro Apocalipse 50

REFLEXÕES SOBRE UMA VIDA UNIVERSITÁRIA - DEPOIMENTO 2
Beatriz Ramos de Vasconcelos 56

UMA CIDADE, UMA ESCOLA
João Antônio de Paula 66

A TRAJETÓRIA DA FACULDADE DE MEDICINA NOS 70 ANOS DA UFMG
Cid Veloso 86

O SIGNIFICADO DAS ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO E MÉDIO NAS IFES
Adair Carvalhais Júnior 100

A UFMG FICA DE LUTO PELO POETA DRUMMOND 114

PEDRO NAVA E A UNIVERSIDADE DE MINAS: MOMENTO E MEMÓRIA
Eduardo Osório Cisalpino 118

O REGIME PARLAMENTAR E A REALIDADE BRASILEIRA
Maria Efigênia Lage de Resende 124

A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS E A
GRATUIDADE DO ENSINO UNIVERSITÁRIO: MITOS E DESAFIOS
Celson J. da Silva 146

1000 DIAS SEM REAJUSTE SALARIAL. ATÉ QUANDO?
Maria Dirlene Trindade Marques 164

A UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA EM XEQUE: O
PLANO REAL E O SALÁRIO DOS PROFESSORES
Luiz Filgueiras 170

NAVEGAR É PRECISO 182

POESIA: BELO HORIZONTE
Alberto Villas 196

20 anos APUBH



Acervo APUB


NESSE GOVERNO NÃO HÁ SOLUÇÃO
FALTA BOM SENSO E SOBRA CORRUPÇÃO
SAÚDE
EDUCAÇÃO
65% É A CARA
DA FOME!

Acervo APUB

VINTE ANOS DE APUBH

DÉLCIO VIEIRA
SALOMON
- professor aposentado do Departamento de
Sociologia e Antropologia - FAFICH - UFMG

o aniversário da APUBH

No dia 12 de novembro deste ano da graça (embora meio sem graça para muitos!) de mil novecentos e noventa e sete a APUBH - Associação Profissional dos Docentes da UFMG e Seção Sindical do ANDES-SN celebra vinte anos de existência. Este aniversário é quase um jubileu. Merece ser comemorado. Afinal trata-se de data digna de ser assinalada à maneira dos antigos romanos diante de seus deuses Penates, em agradecimento por alguma vitória alcançada: com "pedrinha branca"- "dies albo notanda lapillo".

Os sócios, sobretudo os fundadores da APUBH, estamos convocados a repetir analogamente o gesto do cidadão do Lácio, reunindo-nos em volta da fogueira como faziam nossos ancestrais ou diante da lareira como sói acontecer entre os 'modernos' para trocarmos impressões, ruminar idéias, repassar lembranças, reviver o passado... Particularmente para homenagearmos os denodados companheiros seqüestrados para sempre de nosso convívio pela "indesejada dos homens": Bicalho, Pompeu, Maurício, Júlio... Quanta saudade!

significado de um nascimento

Se a APUBH merece celebrações e recordações, seu aniversário propicia também muita reflexão.

É o que pretendo fazer neste momento. Uma reflexão sobre o significado de seu nascimento e sobre seu papel na universidade e na sociedade.

No contexto histórico e político a criação da APUBH há de ser categorizada como a institucionalização da resistência e do protesto à ditadura militar que se instalara no país desde o dia 1° de abril de1964.

A invasão da Faculdade de Medicina por tropas do Exército e policiais do DOPS com o objetivo de prender estudantes e professores, naquela noite de novembro de 77, foi a gota d'água a transbordar nossa indignação diante de tanta perseguição à UFMG desde quando fora desferido o golpe militar: reitor deposto, ocupação de seu lugar por um militar com o objetivo explícito de humilhar a universidade, cassação e aposentadoria compulsória de mais de vinte conceituados mestres, com proibição de continuarem a lecionar e a pesquisar em qualquer outra instituição, constantes desaparecimentos de estudantes, arrancados das salas de aula ou traiçoeiramente detidos à saída da escola ... tudo isso já constituía denso e vasto processo de iníqua perseguição e mesmo de provocação a exigir um basta.

O momento era mais do que maduro para que um grupo de professores de presença constante, desde alguns meses, nas reuniões clandestinas no subsolo da FAFICH tal qual os inconfidentes nos porões de Vila Rica - deflagrasse a luta aberta, dando corpo e concretude à idéia de contra-reação ao regime que os proibia de associar-se e de expor em público seu pensamento. Foi assim que no dia 12 de novembro de 1977 surgiu a APUBH.

Com a criação de uma associação docente nós os fundadores queríamos muito mais que um ato público de denúncia e protesto, muito mais que uma demonstração episódica de luta, muito mais do que a abjuração duma solução diplomática para o conflito que já eclodira diante de uma "ordem" imposta, que jamais poderia ser aceita como estado de direito. Queríamos, ao contrário, a estruturação e a perpetuação do conflito, para que as contradições se agudizassem. Queríamos, para usar terminologia sociológica, a institucionalização do conflito.

institucionalizar o conflito

Nada mais indicado do que ressuscitar o Movimento Docente e com ele a mobilização dos professores em torno de bandeiras de luta como: a queda da ditadura, a democratização do país, a convocação de uma Constituinte, a anistia ampla, geral e irrestrita, a defesa da universidade, de sua autonomia, o direito à associação de classe e de sindicalização, à liberdade de pensamento e de expressão.

Para a Sociologia considera-se a existência de conflito numa sociedade quando há luta em torno de idéias (ou ideologias), valores, pretensões, 'status', poder ou recursos escassos, em que os objetivos dos participantes não são apenas o de obter o que se deseja ou se reivindica, mas também o de neutralizar, prejudicar ou eliminar seus rivais. Por isso o conflito pode dar-se entre indivíduos, entre coletividades e entre indivíduos e coletividades.

Nem sempre os conflitos são negativos ou dissociativos, visando à separação entre os envolvidos. Podem contribuir para manter unidos os grupos e coletividades e até para consolidar relações interpessoais. Motivo por que têm sido objeto de estudo não só da sociologia, como também da psicologia, da ciência política e da filosofia.

Realmente o conflito tem bases objetivas e subjetivas. Pode iniciar-se pela grande distribuição de variedade de valores e bens escassos (salários, *'status'*, poder, domínio sobre determinado território, posse ecológica...) como pela existência de atitudes inerentes ao *'homo psychologicus'* (hostilidade, agressividade, ressentimento, ódio, ganância etc). O conflito entre patrões e trabalhadores, por exemplo, por mais que reflita o aspecto social da luta de classe, revela sempre um mínimo de hostilidade e ressentimento.

O conflito na sociedade tornou-se objeto de ocupação e preocupação dos estudiosos a partir do século XIX, notadamente Hegel, Marx e os darwinistas defensores da teoria da sobrevivência dos mais aptos. Marx assumiu o conflito como a variável-chave de explicação científica, uma vez que o "emblematizou" na luta de classe - base e ponto de partida de toda reforma e de toda revolução social. Pareto viu no conflito a forma específica de "luta pelo poder".

Para Weber, o conflito não pode ser excluído da vida social.

Dialeticamente, sabemos, a paz é sempre valorizada justamente por causa do conflito. Está ligado aos mesmos elementos que mantêm unido o grupo, justo por serem elementos inerentes às estruturas sociais. Robert Park chegou a escrever: só quando há conflito há comportamento consciente e consciente de si mesmo, pois só assim se dão as condições de conduta racional.

Mesmo que não tenha explicitado, sua teoria se fundamenta na percepção psicossociológica de que o processo que rege no universo social a conduta humana é o mesmo que no universo cognitivo rege o pensar reflexivo racional: um processo que tem sua origem na problematização, ou seja, na consciência do conflito, onde dois pólos em contradição desencadeiam o próprio processo, visando à superação da contradição (tanto Dewey como os dialéticos expressaram a mesma constatação).

Mas foram os liberais e neoliberais, especificamente os mentores da Sociologia Americana dos últimos tempos, liderados por Talcott Parsons, que enfatizaram apenas o aspecto negativo do conflito, considerando-o uma enfermidade do corpo social, trabalhando um modelo teórico baseado na harmonia em contraposição à 'luta de classe' dos marxistas.

Nesta linha de reflexão importa não esquecer que a maioria dos teóricos contemporâneos (particularmente sociólogos e cientistas políticos) tem visto no conflito a base explicativa dos movimentos sociais. Touraine, por exemplo, tem enfatizado a necessidade de institucionalizar o conflito em função da ação coletiva para se atingirem objetivos de mudanças tanto quanto das reformas e da própria revolução social.

Para Touraine, a institucionalização do conflito não só necessita de sua existência, como implica a aceitação, tal qual cogitou Park, de que o conflito é condição para que haja o comportamento coletivo, porque este implica o desenvolvimento do processo de superação das contradições.

Se o conflito toma corpo e aparece fortemente nas sociedades fechadas, não é menos detectável nas sociedades abertas, visto nestas haver liberdade de opinião. Daí institucionalizar-se em forma de movimentos sociais que entram em choque contra o governo ou a chamada ordem estabelecida (geralmente implantada sem

a participação da sociedade).

Então o movimento social implicará não apenas mobilização, mas estratégias e táticas de lutas. Algumas são dirigidas, outras espontâneas. Há até as de ação direta (como sabotagem, greve geral, boicote, golpe de Estado...) chegando ao nível da reforma e da revolução. Em nome das estratégias e das táticas de luta surgem sob o rótulo de movimentos sociais, grupos organizados e estruturados, com projetos específicos e liderança formal, ideologia definida, objetivos fixados, quando não a formulação de uma doutrina em nome da qual se luta.

Um aspecto importante é que o elemento que mais se trabalha na eclosão de um movimento social é a opinião pública. Sabemos pela história que a manipulação da opinião pública é o grande recurso não só dos revolucionários como dos donos do poder, sobretudo quando querem nele se manter 'ad perpetuum'. Foi manipulando a opinião pública no meio da plebe descontente com a subida do preço do pão que se deu o estopim para a Revolução Francesa. Geralmente é esta manipulação condição necessária para uma série de motins, de denúncias e declarações retumbantes, de contra-ataques que se convertem em protesto e em idéias revolucionárias...

movimento social e institucionalização do conflito

Importa enfatizar que a institucionalização do conflito em forma de movimento social ou a partir dele é um processo. Processo de cristalização contínua de variados tipos de normas, de organização e esquemas reguladores dos procedimentos de intercâmbio entre os diversos bens e interesses envolvidos. A institucionalização não é fortuita, nem acidental. Mas também não é fixa e imutável.

Todo movimento social tem seu parâmetro próprio, uma vez que seus objetivos podem visar a toda a sociedade como a instituições sociais típicas. Há uma ampla gama de tentativas coletivas de efetuarem-se mudanças sociais, quer objetivando uma ordem social nova, quer lutando-se por determinadas reformulações em instituições sociais específicas. Inclusive há os grupos ideológicos

que fazem do movimento social forma de luta por verdades eternas!

O que não se pode esquecer quando se procura caracterizar um movimento como social é sua conotação política, a ponto de ser consensual entre os teóricos que todo movimento social tem implicações políticas.

Também não podemos colocar em plano secundário a chamada "consciência de grupo" - a consciência de se pertencer a um grupo de luta e de ser solidário a ele. Esta consciência de grupo junto com a mobilização constituem o principal suporte do movimento social, o que se torna evidente quando se trata de movimento de protesto e de grupos de pressão. Sobretudo quando a formação do movimento social implica desenvolvimento de um programa de ação política amplo ou de luta por uma ideologia bem elaborada.

a APUBH e a institucionalização do conflito na UFMG

A institucionalização do MD na UFMG (por ter todos os ingredientes de movimento social) em forma de associação profissional, ou seja a APUBH, foi de tal modo institucionalização do conflito que daquele dia em diante MD na UFMG e APUBH praticamente passaram a identificar-se. Por isso a história da APUBH é no fundo a história do MD na UFMG.[ii]

Mas, se a APUBH representou a institucionalização do conflito, no qual o governo ocupa o outro pólo da relação, internamente se tornou ela própria "dividida" por um conflito típico que, em geral latente, vem marcando-lhe a trajetória. Conflito que tem surgido sob formas variadas, mas sempre com um fundo comum - o de assumir a própria identidade: o de ser uma entidade representativa dos professores e ao mesmo tempo uma entidade política (em nosso caso, oficiosamente de esquerda!), ser uma associação profissional política, social e culturalmente orientada ou uma corporação voltada para o atendimento de reivindicações trabalhistas, salariais, eminentemente sindicalistas, diante da tensão maior entre capital e trabalho. Além do conflito inerente às pessoas que formam o MD na condição de professores e pesquisadores: o de serem militantes

e o de serem acadêmicos - produtores de conhecimento e servidores públicos[iii].

O que comemorar nos 20 anos da APUBH

Apesar desta dicotomia existente no seio do MD (não só no da UFMG, mas no de todo MD nacional), chegamos ao vigésimo aniversário da APUBH com um saldo positivo de conquistas. Foi o que evidenciaram a Mesa Redonda e a pesquisa "O Professor da UFMG e o Movimento Docente" ambas publicadas em CAMINHOS (Nº 8/9 de 1994 e n.º 11 de 1995 respectivamente). Este inventário de conquistas merece ser rememorado.

Embora não o fazendo aqui e agora, sua leitura convence-nos de que a APUBH revelou-se regional e nacionalmente uma entidade que assumiu, como bandeira de luta, a integrar sua trajetória política: a democracia na sociedade e na universidade, a proposta de uma Universidade autônoma, pública, gratuita e de qualidade, a defesa dos direitos e interesses dos professores. Ideário que tem cumprido com desenvoltura. Quem hoje se dispuser a escrever a biografia da APUBH verificará que as conquistas são muito maiores que as derrotas.

A decisão da APUBH em constituir-se Associação Profissional dos Docentes da UFMG e seção sindical do ANDES-SN foi correta[iv] e a quase unanimidade dos professores concorda que a APUBH deva ser ao mesmo tempo associação docente para fins culturais, profissionais, sociais e assistenciais e fazer parte do Sindicato Nacional "ANDES-SN", pois seu amadurecimento tem mostrado que como movimento docente tem conseguido harmonizar inteligentemente a bandeira de luta e a reivindicação própria do sindicato. Apenas está omissa na parte assistencialista e pouco expressiva na cultural e social.

A crítica imparcial não poderá negar ao MD sua vitalidade nos grandes momentos em que se exigiu sua presença e sua atuação. A APUBh especificamente jamais deixou de comparecer.

Pela auto-avaliação de seus ex-dirigentes na mesa-redonda e pela opinião dos professores da UFMG, detectada na pesquisa, o MD na UFMG, desde o final da década de 80, passa pela mais forte e prolongada crise de sua história, onde a apatia, a falta de participação e o desencanto tomaram conta do próprio Movimento, tendo como

fatores mais prováveis: o desconforto e a desorientação política e ideológica provocados pela derrocada do socialismo e (podemos acrescentar agora) pela falta de perspectiva política com a adoção do neoliberalismo pelo governo FHC.

mensagem de aniversário

Quanto à crise detectada por dirigentes do MD e refletida na opinião dos professores da UFMG, ocorre-me a observação de Touraine, ao referir-se recentemente à situação político-social brasileira e divulgada amplamente pelos jornais. Ela vem a talho no contexto de nossa reflexão:

> *A situação do Brasil é mais de crise do que de conflito. O Brasil é um país com déficits de conflito. Esse país precisa de mobilização. Conflito tem que ser institucionalizado e para que seja institucionalizado tem que existir*[v].

Ao declarar explicitamente que o momento é de institucionalizar o conflito, insinua que não é de administrar crise.

Creio que não poderia finalizar melhor do que convidando a todos que comigo estão desde o início em redor do fogo comemorando os vinte anos da APUBh, a gravarem na memória, mas sobretudo em nossas bandeiras, esta mensagem de Touraine: precisamos institucionalizar o conflito, pois só assim revigoraremos o MD em novas frentes de luta.

Afinal o MD não morreu. Há esperança em seu ressurgimento. Provavelmente terá como tarefa, liderar a oposição ideológica e o de engrossar - por que não? - as fileiras do MST, lutando pela reforma agrária, retomando com maior ímpeto a defesa da universidade pública, gratuita, autônoma e democrática. Cabe ao MD, fiel a suas raízes, opor-se sistematicamente ao avanço do neoliberalismo, à globalização[vi] a qualquer preço, pois significam entreguismo, desnacionalização de nosso patrimônio, destruição de nossos valores éticos. A pergunta que paira é: - conseguirá a curto e médio prazo? Porque ... "a longo prazo, como ironizou J.M.Keynes, todos estaremos mortos" [vii]...

NOTAS:

[i]Ressuscitar, porque o movimento docente, ainda que não institucionalizado, sempre existiu, tendo surgido como o criador da Universidade no século XII, sob a forma de corporação - a universitas magistrorum (cujo nome deu origem ao da própria universidade) - e teve vários momentos de reaparecimento, constituindo-se no grande defensor da Universidade, sem o qual esta já teria desaparecido ou teria sido totalmente desvirtuada, conforme tive ocasião de mostrar, baseando-me na pesquisa e monumental trabalho sobre a universidade de autoria de Joseph Ben-David (ver CAMINHOS. Belo Horizonte, APUBH, n. 4, dez. 1994)

[ii] Embora a recíproca (a história do MD na UFMG é a história da APUBH) não seja verdadeira, como já insinuei na nota anterior. Estranho, entretanto, é não constar em lugar algum notícia de que na cinqüentenária UFMG - universidade de alta relevância no cenário nacional - tenha surgido anteriormente uma associação de professores, quando outras universidades, como a de Viçosa, a da Bahia, a do Paraná, a de Brasília, apenas para exemplificar, tiveram suas associações fundadas muito antes que a APUBh.

[iii] Não quero aqui, por julgar inoportuno, enfatizar o conflito provocado pelos militantes do PT quando lançaram a designação dos professores de todos os níveis como 'trabalhadores do ensino' e hoje 'trabalhadores em educação'. Tive ocasião de escrever em recente texto sobre o MD na UFMG a pedido do grupo de pesquisa coordenado pela Prof.a Maria Efigênia Lage Resende: 'Obviamente que, à guisa de 'slogan', a expressão foi forjada por professores pertencentes ao PT para trazer para sua agremiação a maioria dos professores do país. Mais tarde, numa tentativa de corrigir ou amenizar a infelicidade da nomenclatura, tentou-se sua substituição por "trabalhadores em educação". A questão fundamental é que ambas as expressões mascaram a realidade. Sem nunca se colocar a questão em termos de subestimar a classe trabalhadora, inclusive até por respeitar-lhe a tipicidade e sua luta histórica de afirmação, jamais poderá identificar-se o professor com o trabalhador. Não se trata de defender um elitismo que deverá sempre ser combatido. Trata-se de respeitar uma categoria sociológica e jurídica. Na verdade, todo professor é, por natureza e definição, um educador. Sua função é eminentemente pedagógica e não a de trabalhador no sentido sociológico e jurídico, nem de mero prestador de serviço, ainda que técnico e especializado. Particularmente, o professor universitário, que, além de educador, tem de ser produtor de conhecimento, pesquisador. Objetou-se que é aceita a expressão "trabalhador intelectual" em oposição a "trabalhador braçal", "trabalhador manual" etc. Não procede o argumento. "Trabalhador intelectual" não é categoria sociológica, nem jurídica. É simplesmente expressão de linguagem coloquial, derivada de "trabalho intelectual". Esta sim é categoria consagrada e designa determinado tipo de produto, diferente do "trabalho manual", abrangendo, inclusive, o trabalho do escritor, do pesquisador, de determinadas categorias de profissional liberal etc. Fosse revolucionária e inovadora a designação do professor como "trabalhador do ensino" ou "trabalhador em educação", a "coerência revolucionária" deveria atingir também todas as demais categorias de profissionais, ampliando-se as nomenclaturas: "trabalhador da cultura", "trabalhador da arte", "trabalhador do teatro", "trabalhador da música", "trabalhador da dança" "trabalhador da religião", "trabalhador da medicina" "trabalhador do direito".... Como se vê, seria uma "revolução sociológica" simplesmente ridícula'. Não resta dúvida que aqui, mais do que um falso conflito, há uma falsa problematização e como tal de difícil, senão impossível, superação.

[iv] A pesquisa revelou que 87% dos professores assim o consideraram. Por quase unanimidade os professores da UFMG rejeitaram a transformação da APUBH em mera seção sindical como queria a diretoria da ANDES em 1992.

[v] Esta observação de Touraine foi objeto de artigo meu no Estado de Minas, no dia 19.09.97, do qual destaco os seguintes pontos por julgá-los relevantes para a reflexão que venho fazendo: 'Desde a posse de FHC, estamos presenciando sua ação desgraçadamente eficaz em sufocar os movimentos sociais, ou seja, em evitar que o conflito se institucionalize. Como reverso desta

mesma medalha é total a falta de mobilização social. Estamos testemunhando que, à exceção do MST, não há um movimento capaz de trabalhar os conflitos sociais' (...) 'Os cientistas políticos já observaram que à adoção das idéias liberais corresponde necessariamente um processo de segmentação do conflito naquela sociedade onde são implantadas. É a forma de a sociedade liberal tratar os conflitos: minimizando-os. Impede que os conflitos se estruturem para se institucionalizarem. Leva as lideranças sociais a canalizar os conflitos já diluídos para uma vala comum: a Justiça. O cidadão passa a acreditar na ilusão de que a Justiça resolverá todos seus problemas. A desacreditar na ação coletiva, na mobilização e a confiar em que a solução está numa demanda judicial'. É justamente o que um governo neoliberal pretende: enfrentar o Judiciário e não as reações coletivas. Afinal conta com o corporativismo, a morosidade e a congênita inabilidade do Judiciário em suplantar o formalismo no julgamento. Além de seu poder autocrático de prorrogar 'ad infinitum' o acatamento às decisões da Justiça.

[vi] Não esqueçamos que o que rege a globalização é o 'princípio capitalista', muito em voga na década de cinqüenta, quando eclodiu nos países subdesenvolvidos a oposição às multinacionais, testa-de-ferro do colonialismo, sobretudo norte-americano e que pitorescamente foi assim colocado na boca do magnata a retratar o cinismo do sistema: 'o que é meu, é meu; o que é seu, pode ser negociado'.

[vii] Citado pelo Prof. Fernando Coutinho em artigo publicado pela CAMINHOS (nº 11- 1995).

TEATRO UNIVERSITÁRIO

Foto: Foca Lisboa

TEATRO UNIVERSITÁRIO: A TRAJETÓRIA E A IMPORTÂNCIA DO T.U. NOS 70 ANOS DA UFMG

ESMERALDA CARVALHO CASTRO
Diretora do TU Biênio 97/99

ÍTALO MUDADO
ex-Professor

Introdução

A trajetória do Teatro Universitário de Minas Gerais nos conduz por intermináveis e espinhosos caminhos: alguns, próprios do fazer teatral; outros, desnecessários, intrusos, prejudicais à realização da obra de arte cênica. E não resta dúvida de que estes últimos são os que aparecem em maior número e com maior intensidade.

Criar uma escola ou um grupo de teatro é, a nosso ver, um gesto notável, em qualquer lugar ou tempo. Um povo que se preze como tal estimula o cultivo das artes e, em especial, o das artes cênicas.

"O teatro (já dizia Garcia Lorca (é um dos mais expressivos e úteis instrumentos para a edificação de um país... Um teatro sensível e bem orientado em todos os seus aspectos, desde a tragédia ao 'vaudeville', pode mudar, em poucos anos, a sensibilidade de um povo."

O passado e o presente das mais notáveis civilizações nos têm mostrado quanto isso é verdade. Um passeio pela Grécia antiga seria o suficiente: nenhum povo, em momento algum da história da humanidade, percebeu, com tanta profundidade, o significado e a necessidade do teatro:

> *"Ele não só expressava da maneira mais explícita (escreve Paul Luis Mignon (as relações da sociedade humana com seus deuses tutelares, como também proclamava as regras fundamentais da moral individual, social e política ao fim de um desenvolvimento dramático que tornava sensível a sua necessidade."*

Se continuássemos a nossa caminhada pela História, os exemplos se multiplicariam de forma a convencer o mais resistente inimigo das artes cênicas.

Mesmo no Brasil, onde o teatro só começa a exercer plenamente o papel que lhe é devido a partir do Romantismo, mesmo aqui, já no século XVI, entre índios, seminaristas e colonos, Anchieta funda o teatro brasileiro e faz dele (quer queiramos, quer não (instrumento de mudança da realidade social.

Nos anos 60, o teatro brasileiro hasteou, muitas vezes, bandeiras de questões políticas e sociais. Saiu do seu plano formal e ganhou nova vida com o surgimento do Teatro de Arena e do Oficina: prestigiaram o autor brasileiro e buscaram um estilo próprio, na tentativa de conscientizar, politizar o povo.

Evidentemente, os tempos mudaram. Estamos percorrendo outros caminhos, procurando novas trilhas, e, certamente por isso mesmo, se tornam mais necessárias a compreensão e competência que o homem da Grécia antiga teve em relação ao teatro.

Uma breve história do Teatro Universitário

Em 70 anos de vida da UFMG, o Teatro Universitário, TU, ocupou seu espaço artístico cultural com êxito, nos últimos 45 anos. O ato de 30 de outubro de 1952 do Conselho Universitário registra a institucionalização do TU, pelo Magnífico Reitor, Prof. Paulo Penido.

Com este gesto, coroava finalmente o esforço de um grupo de jovens talentosos que buscavam tornar mais amplo o desenvolvimento dos trabalhos cênicos em Minas Gerais. Eram eles: Carlos Kröeber (ator da Rede Globo de Televisão; J. D'Ângelo (dramaturgo, professor universitário, ex-secretário de Estado da Cultura; João Marschnner (jornalista na Alemanha (Deutsche Welle-Köln).

Um grupo de excelentes profissionais que, de várias maneiras, vem conquistando o Brasil, a opinião pública com quem divide talentos e produções intelectuais.

A inserção do TU numa estrutura universitária do porte da UFMG tinha como meta facilitar o desempenho da escola de Artes Cênicas na formação profissional do ator. Se hoje o apoio às manifestações culturais, pelos órgãos públicos e privados, é importante para o crescimento e projeção das entidades promotoras de cultura, em 1952, isto era uma questão de sobrevivência. A partir daí, o Teatro Universitário não parou no tempo nem fez da falta de espaço próprio um obstáculo que o impedisse de seguir em frente. Da sua fundação oficial aos nossos dias, fez acontecer, com sucesso, 62 espetáculos listados a seguir, em ordem cronológica.

Lista de montagens de peças

1952 (**O jogador e a Morte** - (autor desconhecido)
Direção: Vicenzo Spinelli
(**A Patente** - Luigi Pirandello
Direção: Vicenzo Spinelli
(**Os dois Galos** (farsa medieval)
Direção: J. Bercy
(**Campbell of Kilmor** - J.A. Ferguson
Direção: J. Bercy
(**O Pedido de Casamento** - Anton Tchekhov
Direção: J. Bercy

1957 (**Nossa Cidade** - Thorton Wilder
Direção: C. Kröeber
(**A Bruxinha que era boa** - M. Clara Machado
Direção: C. Kröeber

1958 (**Crime na Catedral** - T.S. Eliot
Direção: Giustino Marzano

1961 (**Leonor de Mendonça** - Gonçalves Dias
Direção: Haydée Bittencourt

1962 (**O Noviço** - Martins Pena
Direção: Haydée Bittencourt
(**O Pagador de Promessas** - Dias Gomes
Direção: Haydée Bittencourt

1963 (**O Telescópio** - Jorge Andrade
Direção: Haydée Bittencourt
(**Vestido de Noiva** - Nelson Rodrigues
Direção: Haydée Bittencourt

1964 (**Sonhos de uma Noite de Verão** - W. Shakespeare
Direção: Haydée Bittencourt

1965 (**A farsa de Inês Pereira** - Gil Vicente
Direção: Haydée Bittencourt
(**Auto de Vicente Anes Joeira** - (autor anônimo, séc. XVI) Direção: Haydée Bittencourt

1966 (**As Noivas** - Paulo Gonçalves
Direção: Haydée Bittencourt
(**Bodas de Sangue** - Federico Garcia Lorca
Direção: Haydée Bittencourt

1967 (**As Três Irmãs** - A. Tchekhov
Direção: Haydée Bittencourt

1968 (**Véspera de Reis** - Arthur Azevedo
Direção: Haydée Bittencourt
(**Maria Minhoca** - M. Clara Machado
Direção: Haydée Bittencourt

1969 (**O Tartufo** - Molière
Direção: Haydée Bittencourt
(**O Futuro está nos Ovos** - Ionesco
Direção: Haydée Bittencourt
(**Jacques ou a Submissão** - Ionesco
Direção: Haydée Bittencourt

1971 (**O patinho torto** - Coelho Neto
Direção: Haydée Bittencourt
(**Grande Sertão: Veredas** - J. Guimarães Rosa
(Leitura Dramática)
Direção: Haydée Bittencourt

1972 (**El Rei Seleuco** - Camões
Direção: Haydée Bittencourt
(**Uma partida de Buraco** - Alfredo Ghery
Direção: João Etienne Filho
(**Nossa Cidade** - Thorton Wilder
Direção: Otávio Cardoso

1973 (**O Contratador de Diamantes** - Afonso Arinos
Direção: Haydée Bittencourt

1974 (**As Feiticeiras de Salem** - Arthur Miller
Direção: Haydée Bittencourt

1975 (**Vereda da Salvação** - Jorge Andrade
Direção: Haydée Bittencourt
(**Grande Sertão: Veredas** - J. Guimarães Rosa
(Leitura Dramática)
Direção: Haydée Bittencourt

1976 (**Sonhos de uma Noite de Verão** - W. Shakespeare
Direção: Haydée Bittencourt

1977 (**Os Irmãos Dagobé** - J. Guimarães Rosa
Direção: Haydée Bittencourt

1978 (**A Escada** - Jorge Andrade
Direção: Haydée Bittencourt

1979 (**Ifigênia de Ouro Preto** - Stella Leonardos
Direção: Haydée Bittencourt

1980 (**A Invasão**. Dias Gomes
Direção: Haydée Bittencourt
(Doze Homens e Uma Sentença - R. Rosa
Direção: Otávio Cardoso

1981 (**As Casadas Solteiras** - Martins Pena
Direção: Haydée Bittencourt
(**A Vida é Sonho** (vários autores japoneses)
Direção: Haydée Bittencourt

1982 (**Vereda da Salvação** - Jorge Andrade
Direção: Haydée Bittencourt

1983 (**Marat-Sade** - Peter Weiss
Direção: Haydée Bittencour

1984 (**O Café** - Mário de Andrade
Direção: Haydée Bittencourt

1986 (**Encontros Mineiros** (vários autores)
Direção: Fernando Linares, Ítalo Mudado,
Paulo César Bicalho

1987 (**Garimpo, Lugar ao Sol** - Jorge Fernando dos Santos
Direção: Wenceslau Coimbra
(**O Homem Sentado** - Cunha de Leiradella
Direção: Wenceslau Coimbra

1988 (**O Boi Daruê** - Fernando Limoeiro
Direção: Fernando Limoeiro

(**Até que a Morte nos Separe** - Sérgio Abritta
Direção: Paulo César Bicalho
(**Os Sete Gatinhos** - Nelson Rodrigues
Direção: Fernando Linares

1989 (**Apareceu a Margarida** - Roberto Athaíde
Direção: Kalluh Araújo

1990 (**A Cantora Careca** - Ionesco
Direção: Fernando Linares

1991 (**A Máquina Infernal** - Jean Cocteau
Direção: Carlos Rocha

1992 (**O Balcão** - Jean Genet
Direção: Wilson Oliveira

1993 (**Tempestade** - Aimé Césaire
Direção: Bia Braga

1994 (**A Casa de Bernada Alba** - Federico Garcia Lorca
Direção: Fernando Mencarelli
(**O Rei da Vela** - Oswald de Andrade
Direção: Bia Braga

1995 (**A alma boa de Setsuan** - Bertolt Brecht
Direção: Cida Falabela

1996 (**Divinas Palavras** - Ramon del Valle - Inclan
Direção: Fernando Mencarelli

Para fundamentar com justiça esta história, vale salientar o desempenho dos primeiros diretores, incluindo a longa gestão de Haydée Bittencourt. Sua atuação é de valor inestimável para o norteamento da maior parte da vida do TU.

Em 1952, colocou-se na direção do TU o professor Vicenzo Spinelli, recém- chegado da Itália. Professor de literatura italiana na

Faculdade de Filosofia; não ficou muito tempo.

Enquanto esteve na direção do TU, Spinelli levou ao palco do Instituto de Educação um espetáculo composto de um coro falado ("A Sinfonia do Mar e do Vento"; uma peça medieval de autor desconhecido italiano, "O Jogador e a Morte" e "A Patente", de Luigi Pirandello.

Em 1956, Jean Bercy é convidado, pelo Magnífico Reitor Lincoln Prates, para substituir Spinelli na direção artística do TU. Apresenta, então, "Os dois Galos", uma farsa medieval; "Campbell of Kilmor", de J.A. Ferguson e "Pedido de Casamento", de Anton Tchekov. Com esta última peça, o TU ganha seu primeiro prêmio no IV Festival Universitário de Arte, promovido pela UEE. Mas Bercy sai de férias para a França, sofre um acidente, e isto o impede de continuar na direção do TU.

Carlos Kröeber assume até a chegada de Giustino Marzano, em 1957. Sob sua coordenação são produzidas algumas peças, entre elas: "A Bruxinha que era Boa", de Maria Clara Machado; "Nossa Cidade", de Thorton Wilder e "Canção de Amor e Morte da Porta-Estandarte", de Rainer Maria Rilke.

Giustino Marzano, diplomado pela Real Academia de Teatro de Roma, recebe indicação do Ministro Paschoal Carlos Magno para ser o novo diretor do TU. Marcou sua passagem através do profundo conhecimento da arte teatral. Ele fazia as coisas acontecerem. Ensinava tudo, isto é: interpretação, como trabalhar o texto, técnica de declamação etc. Na sua época, costumava-se dizer que ele era o próprio curso.

Neste momento, o principal objetivo do Teatro Universitário era a formação teatral dos seus integrantes e a realização de espetáculos. Para isto era preciso um espaço. A Reitoria, então, alugou, para sede do TU, o imóvel na Av. Brasil 1814, que era dividido com o Coral Universitário.

As produções teatrais desta época possuíam um alto nível artístico. As apresentações eram marcadas pelo sucesso, tanto que o ministro Paschoal Carlos Magno convidou a equipe do TU para abrir o Festival Brasileiro de Teatro do Estudante em Recife. Foi durante sua gestão que o TU pode fazer excursões a várias cidades de Minas e do Brasil, apresentando suas peças. Houve também o lançamento de uma revista de teatro.

Em 1961, a atriz Haydée Bittencourt, após ter cursado a Real Academia de Arte Dramática de Londres, assume a direção do TU. Iniciou-se, a partir dela, um processo pedagógico. Deu-lhe uma estrutura escolar formando seu primeiro corpo docente de especialização. Para tanto, contou com a colaboração de Jota D'Angelo, João Etienne Filho, que assumiu também a direção administrativa, Geraldo Maia, Klauss Viana,. Pontes de Paula Lima, Carlos Leite, Otávio Cardoso e Ataíde Lacerda.

Haydée Bittencourt havia trabalhado na Escola de Arte Dramática (EAD de São Paulo. Ao estruturar a escola do Teatro Universitário, seu objetivo era incluir Belo Horizonte no circuito teatral do Brasil. Na época, as capitais culturais eram São Paulo e Rio.

Haydée permaneceu na direção do TU por 25 anos. Nesse período, o curso passou a três anos de duração. Adquiriu bons professores e formou excelentes profissionais. Por volta de 1973, ainda durante sua gestão, foi enviado à Reitoria o primeiro projeto pedindo a formalização do curso de Artes Cênicas de nível Superior. Dois outros projetos, com os mesmos objetivos, foram encaminhados, durante as gestões seguintes, mas sem sucesso.

Em 1985, Haydée Bittencourt aposentou-se após ter plantado raízes profundas do teatro em Minas Gerais. Somaram-se à obra dos primeiros diretores também os esforços daqueles que os sucederam, a partir de 1985 (prof. Otávio Cardoso, João Etienne Filho, Wenceslau Coimbra Filho, Fernando Joaquim Javier Linares, Fernando Antônio Mello*, Maria Beatriz Mendonça.

A composição do corpo docente do TU, desde a fundação, tem sido feita de professores experientes e competentes de várias formações disciplinares. Lecionaram e compartilharam com seus alunos, não só conhecimento, mas também habilidades que iriam, mais tarde, enriquecer os projetos propostos pelo TU.

Ensinaram nesta entidade, e alguns ainda lecionam, os seguintes professores: Almir Rodrigues, Amarilis Coelho Coragem, Antônio Kattah,. Ataulfo Nascimento Cardoso, Bia Braga, Carlos Leite, Fernando Linares, Fernando Limoeiro, Fernando Mencarelli, Geraldo Vidigal, Geraldo Maia, Joaquim Ribeiro do Carmo, João Amaral, Klaus Viana, Iderneia Birchal, Ítalo Mudado, Max Machado Dolabela,

*por tempore

Myriam Tavares, Paulo César Bicalho. São atualmente professores substitutos: Alexandre Galvão, Arnaldo Leite Alvarenga, Cibele Navarro, Décio Paiva Noviello, Glória Reis, Marcelo Bones, Myriam Christos, Patrícia Moran, Sara Aguiar.

Formou 600 profissionais que hoje atuam no cenário cultural nacional e internacional, como atores, diretores teatrais, cenógrafos, professores, dramaturgos, críticos, etc. Para citar apenas alguns: Edmar Pereira, Pedro Miranda, Antônio Domingos Franco, Gabriela Rabelo, Neusa Rocha, Rodrigo Santiago, Aziz Bajur, Joaquim Soares, José Antônio de Souza, Ezequiel Neves, Jacqueline de Paula, Raimundo Farinelli, Néville de Almeida, Wagner Assumpção, Eid Ribeiro, Alcione Araújo, Moacir Salviano, Joice Azevedo, Maria Olívia, Dinorah Carmo, George Helt, Eliane Maris, Myriam Christus, Dulce Brites, Antônio Edson, Carlos Gradim, Edilson Botelho, Raquel Albergaria e outros.

Merecidamente, o TU projetou-se no cenário nacional como um dos melhores formadores de profissionais do teatro. Conquistou alguns prêmios importantes ao longo de sua história. São eles:

- O melhor conjunto teatral no I° Festival Mineiro de Teatro - 1963
- Medalha de Santos Dumont - Condecoração do Governo do Estado de Minas Gerais
- Troféu Manoel Teixeira - Associação Mineira de Críticos Teatrais - 1987
- Troféu de Melhor Espetáculo - III° Festival Universitário de Teatro de Blumenau - 1989.

Além dos cursos oferecidos, o TU vem desenvolvendo projetos de extensão universitária, fazendo parceria com outras escolas, objetivando exercitar a pedagogia teatral, dar atendimentos artístico-pedagógicos às crianças e adolescentes das comunidades carentes e promover a pesquisa da arte teatral. Realizamos nos últimos anos:

- Parcerias com as Escolas de Direito, Medicina, Farmácia e Coltec
- Parceria com o SLU - PBH

- Projeto Teatro e construção da cidadania com o Núcleo de Teatralização Infantil. As comunidades favorecidas são as favelas do "Morro do Papagaio" e "Morro do Cafezal"
- Forum de Populações de Rua
- Participação na Bienal de Extensão da UFMG - Centro Cultural
- Exposição junto à FUMEC
- Convênio com o Centro de Estudos Shakespearianos

Fecharemos o ano de 1997 com o projeto cênico "Troços e Destroços", de João Silvério Trevisan, sob a direção do diretor e dramaturgo João das Neves. Quem coordena o projeto é Maria Beatriz Mendonça (Bia Braga), numa parceria com a Secretaria Municipal de Cultura.

A produção artístico-acadêmica é um espetáculo teatral de conclusão que o Curso de Formação de Ator oferece ao público. Será apresentado na inauguração do novo Centro Cultural de Belo Horizonte em 12 de dezembro, durante os festejos do Centenário da Capital.

Passamos por grandes desafios. Crescemos com as experiências e com as soluções dos problemas ao longo desses anos todos. É possível que tudo isto nos conduza a uma conquista preciosa. Então poderemos falar: valeu a pena.

Atualmente, o TU continua ligado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade. Só em 1992 teve aprovada a sua grade curricular como curso técnico, pelo MEC. Isto o equipara a um curso de 2° grau, mas não lhe permite certificar o concluinte como tal, isto é, não tem validade isoladamente. O curso deve ser feito simultaneamente com o 2° grau ou após ele.

Apesar disto, a implementação do curso de graduação em Artes Cênicas faz-se necessária. Enquanto isto, mais uma tentativa foi feita para tornar o TU uma Escola Superior de Teatro. Contamos com o apoio e compromisso do atual reitor, Tomás Haroldo da Mota Santos.De qualquer forma, é gratificante saber que o Teatro Universitário começa a escalar níveis oficiais mais altos, dentro do sistema educacional mineiro, ainda que a passos lentos. Ter um curso superior de Artes Cênicas, neste momento, significa mais que um

anseio particular dos professores e alunos da escola de teatro. Crescer nesta direção significa participar da filosofia humanística dominante até nos empreendimentos empresariais dos países do primeiro mundo. Ali, o que é importante tem migrado das coisas para as pessoas. Deve-se ter qualidade cultural para se ter um ser humano melhor.

Uma cultura humanística como cultura empresarial para a Universidade. Movimentando-a por inteiro em busca do crescimento e melhoria da estrutura educacional.

Em termos práticos significa também:

- tornar possível ampliar os horizontes dos professores e pesquisadores da área teatral;
- promover a interação cultural entre as faculdades da UFMG, isto é, um intercâmbio criativo e sistemático entre alunos de Belas Artes, Música, Ciências Biológicas, Engenharia, Arquitetura etc.;
- atender à demanda de um mercado de trabalho emergente;
- promover a criação de novos empregos não só no campo profissional artístico, como em outras áreas profissionais;
- realizar projetos sociais arrojados em favor do amadurecimento cultural do cidadão, ou seja, banhá-lo também com o melhor da cultura brasileira e estrangeira e,
- finalmente, ajudar a população universitária a superar preconceitos: sérias barreiras ao crescimento espiritual e econômico.

BIBLIOGRAFIA

ARROYO Miguel. Currículo, Cultura e Poder. In: Caderno de Educação, I Congresso Nacional de Educação. APUBH. Belo Horizonte, 1997/

BICALHO, P. César. Teatro na Universidade. In: Pensar. O Estado de Minas, 30/08/97.

BECHARA, Marcia. TU busca maioridade Institucional. In: Espetáculo, Artes Cênicas. O Estado de Minas, 10/07/97.

BOLETIM INFORMATIVO DO TEATRO UNIVERSITÁRIO. Teatro Universitário: 40 anos de existência. In: Cena Aberta. Belo Horizonte, nov. 1994.

PEREIRA, L. Maria. Cursos para ator ganham mais espaço em São Paulo. In: O Estado de Minas.

SANTOS, Fernando J. TU recebe prêmio e espera ganhar sede na FAFICH. In: O Estado de Minas, 11/08/89.

Vários autores: Os Anos da Contestação. In: Mundo Contemporâneo. Novalgina 70 anos. DBA, Av. Hoechst/DBA - Artes Gráficas Ltda. São Paulo, 1993.

ESCOLA DE ENGENHARIA



Foto: Wander Queiroz

PASSADO REVISITADO

ERNEST PAULINI
Professor Emérito
Escola de Engenharia da UFMG

A Escola de Engenharia está trabalhando num mundo de constante transformação. O campo de atuação dos engenheiros está em expansão acelerada. Novos materiais, processos, tecnologias. A Escola, como um sistema vivo, sensível às mudanças e exigências do seu meio ambiente, enfrenta hoje problemas da mesma natureza que foram encarados e vencidos no passado. Essas vitórias formam a nossa História que nos dá identidade e apoio moral para o futuro desconhecido. Visitando os primeiros dirigentes da nossa Escola, na primeira metade deste século, sentindo as suas situações e dificuldades, suas atitudes e metas, poderíamos encontrar sugestões valiosas aplicáveis para o presente e o futuro.

Naquela época, a sabedoria popular preconizava que o dia do homem fosse dividido em três partes iguais: oito horas dedicadas ao trabalho, oito ao lazer e oito ao sono. Na prática cotidiana de hoje observam-se muitas exceções dessa regra sábia. Cientistas, artistas, administradores freqüentemente trabalham doze ou mais horas por dia, sem reclamar e até encontram prazer nos trabalhos desenvolvidos. Uma análise mais detalhada revela, porém, que a geração de novas idéias e as decisões tomadas

em problemas complexos não ocorrem continuamente; elas nascem da rotina cinzenta diária, em curtos momentos de inspiração para iluminar o caminho a seguir. Esses instantes de criação se assemelham aos relâmpagos que orientam os viajantes na noite escura, numa região desconhecida cujos segredos e obstáculos estão encobertos por um véu negro. Uma pessoa dotada com o dom de idéia-relâmpago era o saudoso Professor Lincoln Continentino, o fundador e coordenador do Curso de Engenharia Sanitária, (o primeiro curso de pós-graduação lato sensu da nossa Escola). Num belo dia, ele entrou meio preocupado no laboratório de Esgotos e Águas Residuais que eu estava organizando e desabafou: "Paulini! Os gregos antigos falavam com os deuses a qualquer hora e eu... não consigo falar com o prefeito há semanas!

— Falar sobre o quê? - perguntei.

— A celeuma que o ribeirão Arrudas vai provocar quando sair do seu leito.

— O Arrudas nunca transbordou - interpelei.

— Ainda não - mas com o crescimento exponencial da cidade o problema é questão de tempo: três a quatro anos.

Conforme sua previsão, quatro anos mais tarde, no mês de janeiro de 1962, as águas do Arrudas inundaram todos os laboratórios, oficinas e salas do andar térreo do nosso Prédio Central.

O professor Lincoln foi considerado um sonhador. Seu projeto de grande alcance social, a irrigação dos Estados do Nordeste pelo desvio parcial do Rio São Francisco, só agora, quarenta anos depois, vai sair do papel.

No meio tempo, cada tique-taque do relógio registra com indiferença a História através das décadas. Cada acontecimento tem os seus antecedentes e suas conseqüências fielmente acompanhados por ansiedade e devaneio. Mais tarde, estes momentos pulsantes se interligam e formam o tecido colorido do passado emotivo, com matizes leves ou fortes. Os fatos corriqueiros, triviais, cujos efeitos temporais limitam-se a um período curto e não provocam mudança perceptível no curso da vida do indivíduo, nem da instituição, seriam considerados de pouca importância. Por outro lado, as criações geniais, como o 14 BIS de Santos Dumont e as decisões de grande alcance como o ensino básico gratuito que afetaram gerações e mais gerações, seriam julgadas muito

importantes. Critérios semelhantes serão utilizados neste trabalho.

Além do valor dos fatos, o historiador procura encontrar aqueles elementos desconhecidos e intangíveis que desencadearam a idéia. O processo mental do inventor no momento de iluminação é tão íntimo e rápido que, na maioria dos casos, passa despercebido mesmo pelo próprio autor. Nas instituições, a tomada de decisões em grupos durante as quais os mais diversos aspectos da futura decisão e suas consequências são analisados e avaliados. Permanece, porém, em destaque, a figura do "líder", cujo processo mental é semelhante ao inventor e cuja atuação é decisiva no sucesso ou no fracasso de qualquer idéia importante.

O presente ensaio pretende captar alguns princípios e atitudes manifestados pelos Diretores José Gonçalves de Souza, Arthur Guimarães e Mário Werneck de Alencar Lima, juntos com alguns acontecimentos relevantes na História da Escola de Engenharia da UFMG, cujas conseqüências foram consideradas significativas para o desenvolvimento técnico-cultural da instituição.

A referência aos Diretores mencionados não pretende menosprezar em momento algum os demais dirigentes, nem a contribuição permanente e valiosa do Corpo Docente e do Pessoal Administrativo da Escola, apenas reconhece a figura de líder nesses personagens que transmitiram suas filosofias de vida, suas metas transcendentais aos membros da Congregação e aos seus colaboradores que procuravam realizá-las.

Julgando pela importância histórica, nos 86 anos da Escola de Engenharia, sem dúvida alguma, o período mais crítico foi a sua fundação em 1911. A cidade de Minas, já batizada Belo Horizonte, achava-se em plena construção. Precisava-se de material de construção e mão-de-obra especializada. Com a chegada dos imigrantes italianos, montaram-se serrarias e olarias. Ergueram-se casas, escolas e igrejas. Já funcionava a Faculdade de Direito, que foi transferida de Ouro Preto para a nova Capital. Foi fundada a Faculdade de Odontologia (1907). Naquele tempo, a escassez de profissionais para projetar e supervisionar as construções era aguda e sentida pelos poucos engenheiros ali atuantes. Assim nasceu a idéia da fundação de uma Escola de Engenharia. Transformar esta idéia em realidade exigiu muito trabalho e criatividade, em consonância com Shakespeare que, numa das suas geniais peças

teatrais, assim opinou:

> "Se a realização de uma idéia fosse tão fácil como era a sua concepção, todas as capelas seriam catedrais e todos os casebres palácios."

Os dezesseis idealizadores colocaram as palavras no papel: o "verbo" transfigurou-se em **"Ata da fundação da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, aos 21 de maio de 1911, centenário do grande Brasileiro Christiano Ottoni"**.

"Domingo, 21 de maio de 1911, às 19h30min, no salão Nobre da Sociedade Mineira de Agricultura e edifício da Avenida Afonso Pena, esquina rua Tupis, reuniram-se para tratar da fundação de uma Escola Livre de Engenharia, em Belo Horizonte, os seguintes senhores: Drs. José Gonçalves de Sousa, Prado Lopes, Joaquim Francisco de Paula, Pedro Rache, Fidelis Reis, Benjamim Jacob, Benjamim Brandão, Agostinho Porto, Arthur Guimarães, Cipriano de Carvalho, Carlos Prates e Lourenço Baeta Neves, fazendo-se representar os Srs. Joaquim Proença e Álvaro da Silveira, respectivamente pelos Srs. Prado Lopes e Joaquim Francisco de Paula, O Sr. Dr. Sigaud foi representado pelo Dr. Fidelis Reis que declarou também representar o Dr. F. Magalhães. Aclamado Presidente da reunião o Exm° Sr. Dr. José Gonçalves de Sousa, Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, S. Exa. convidou para seus Secretários os Engenheiros Arthur Guimarães e Lourenço Baeta Neves, dando como aberta a sessão para os fins que a motivam. Convidado para expor esses fins, tomou a palavra o Sr. Dr. Pedro Rache, que tratou do assunto, mostrando que a idéia da fundação de uma escola de Engenharia em Belo Horizonte partira, havia tempo, de um grupo de Engenheiros residentes nesta Capital, os quais, encontrando decidido apoio de todos os interessados no progresso de Minas Gerais para realização do seu plano, e notadamente do Sr. Dr. José Gonçalves de Sousa, que espontaneamente se associou à idéia, só esperavam a ocasião oportuna para pô-la em prática, na fundação da Escola Livre de Engenharia. Com os seus companheiros achava que havia chegado a oportunidade esperada e, assim propunha, em nome deles, que se fundasse a Escola. ... Em seguida, o Presidente fez

diversas considerações a propósito do mesmo assunto, relembrando as vivas simpatias com que fora recebida a notícia divulgada pela imprensa sobre essa idéia que julgava vencedora, da fundação da Escola; e citou entre outros fatos, o telegrama de aplausos que o Vice-Presidente da República havia passado aos iniciadores de tão útil movimento pela difusão da educação profissional no Brasil, dotando-se Minas de mais um estabelecimento de ensino superior, em condições de satisfazer a necessidade do momento. Disse que considerava a inciativa particular no terreno da instrução digna de todos os aplausos e que, apesar de já existir, em Minas, uma Escola Oficial que faz honra ao Brasil, como a Escola de Minas de Ouro Preto, o Governo não devia ser indiferente a essa iniciativa da fundação da Escola Livre de Engenharia, dando-lhe o auxílio possível sem prejuízo das instituições oficiais. ... O Sr. Presidente nomeou duas comissões, uma para estudar as bases definitivas da fundação da Escola, revendo os estudos e regulamentos já organizados, e outra para tratar dos meios práticos e materiais para a realização do plano. ... Não havendo mais nada a tratar-se, o Sr. Presidente levantou a sessão, depois de marcada outra para Domingo seguinte, no mesmo salão e à hora que fosse previamente anunciada e de tudo mandou fosse lavrada a presente ata, assinada por S. Exa. e por todos os presentes à reunião de fundação da Escola Livre de engenharia, escrita por mim, Secretário provisório, que subscrevo. ..."

As dificuldades foram grandes. A Escola tendo sido estabelecimento particular, não recebeu dotações orçamentárias regulares, apenas subvenções que variaram anualmente e sofreram cortes e reduções sob influências políticas. Apesar disso, a primeira Diretoria conseguiu adquirir o prédio na esquina da rua da Bahia com Av. Santos Dumont (hoje tombado pela IEPHA e sede do Centro Cultural da UFMG) onde instalou as salas e a administração. A primeira turma de novos engenheiros recebeu o diploma em 1917 com grande festa, na presença do Chefe do Estado e seus auxiliares, sendo paraninfo o Dr. Paulo Frontin, ilustre Diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

O Dr. José Gonçalves de Souza, primeiro Diretor da Escola (1911-16), no relatório final do seu mandato, com justo orgulho podia constatar o crescimento e fortalecimento da tenra semente

plantada na terra fértil da Capital de Minas Gerais: sede própria, sem hipoteca; 179 alunos matriculados nos cursos; mais um terreno adquirido, situado a rua Guaicurus; iniciada a construção da Oficina Mecânica destinada para o ensino profissional; equiparação da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte com a Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Na sua mensagem de despedida, o Diretor aponta o segredo do sucesso: **... a ordem e disciplina do estabelecimento foram mantidas com rigor. Essa norma de conduta tem conquistado a confiança dos poderes públicos e do povo a quem pretende beneficiar. ... Nosso êxito final depende da mesma harmonia, mesma orientação e do mesmo desinteresse que tem sido a causa inconteste do nosso sucesso até agora.**

Seguir o caminho aberto pelo professor Gonçalves de Souza e pelos engenheiros fundadores não foi fácil. A aplicação das normas de conduta "ORDEM E DISCIPLINA" exigiria do seu sucessor que ele fosse um homem respeitado, de caráter e de visão. Manter a harmonia, a orientação certa, a generosidade do Corpo Docente requereu muita diplomacia. Para essa tarefa foi escolhido e eleito, como segundo Diretor da Escola, (de 1916 a 1940, por sucessivas reconduções) o Dr. Arthur da Costa Guimarães, catedrático da disciplina Estabilidade de Construções e Pontes.

A consolidação de um novo estabelecimento de ensino superior, num ambiente tranqüilo, já demanda muito trabalho árduo por parte da sua Diretoria. As dificuldades, porém, amplificam-se em condições turbulentas. Esses obstáculos não faltaram durante a gestão do professor Arthur Guimarães. O pano de fundo para sua administração admirável foi formado pela 1ª Grande Guerra, a Crise Econômica Mundial, a Revolução de 1930, e o início da 2ª Grande Guerra.

Apesar das adversidades, em 1920 foi criado o curso de engenharia industrial, prevendo-se o surto de industrialização no país. Foi instalado o Instituto de Química e em 1923 já saíram os primeiros químicos industriais da Escola. No mesmo período foram adquiridos mais onze lotes de terreno ao lado dos prédios já existentes que permitiriam a expansão das instalações durante os anos seguintes. No campo institucional também surgiram novidades. Após longos anos de negociação, em 1925 foi promulgada a lei nº 895 que

autorizou o Executivo do Estado a criar a Universidade de Belo Horizonte, pela reunião das quatro Escolas existentes (Engenharia, Medicina, Direito e Odontologia). Cada Escola continuava a funcionar nas suas antigas instalações, pois a reunião física dos estabelecimentos numa Cidade Universitária não foi exeqüível - nem dava a cada Unidade garantia pecuniária de manutenção, em lugar das subvenções sempre precárias e reduzidas.

A década de trinta exigiu empenho máximo por parte da administração da Escola. A Grande Depressão atingiu todos os segmentos do país, agravada ainda mais pela crise política. O Curso de Engenheiros Industriais foi paralisado por alguns anos e o Curso de Engenheiros Civis parou de expandir.

Tanto os professores quanto os alunos sentiram o peso dessa situação lamentável, mas, mesmo assim, a Escola emergiu forte e unida daquela época caótica para continuar o seu crescimento saudável sob a direção corajosa, inteligente e notável do professor **Dr. Mário Werneck de Alencar Lima (1944-64)**. Algumas características da sua administração foram: a separação das especialidades (civil, mecânico, eletricista, químico, metalúrgico e de minas), melhoramento dos cursos, expansão e reaparelhamento dos laboratórios, promoção de visitas de professores estrangeiros, apoio às atividades técnico-culturais dos grêmios estudantis, aumento do espaço físico (para biblioteca, laboratórios, salas de extensão, especialização e pós-graduação). Tais realizações importantes marcaram indelevelmente a sua gestão, que se iniciou pouco antes do término da 2ª Grande Guerra.

Aquele conflito de dimensões globais provocou profundas modificações políticas e sociais em todos os continentes. Ao lado de sofrimento generalizado, dezenas de milhões de vidas humanas perdidas e a destruição total ou parcial de milhares de cidades testemunharam o progresso assustador da tecnologia na "arte de guerra". Mário Werneck não só acompanhou, mas analisou, avaliou os acontecimentos e chegou à conclusão de que o Brasil estava tecnologicamente muito atrasado, em comparação com os países industrializados, e urgentemente deveria expandir e melhorar o ensino de engenharia em nosso país. Este objetivo estava inserido num contexto social, amarrado por tradições, costumes,

preconceitos e interesses mesquinhos.

O primeiro passo de Mário Werneck era definir claramente as características do "produto", o engenheiro, que seria uma pessoa treinada para projetar e desenvolver estruturas e equipamentos, planejar e supervisionar processos de fabricação, observando os critérios de qualidade, de custos, de segurança de trabalho e colaborar nas investigações que visassem o aperfeiçoamento da geração, extração, transformação, distribuição e disposição de matéria e energia.

A Segunda etapa foi o reconhecimento do campo de ação do engenheiro, pois é característica de nossa civilização ocidental:

- Necessitar de máquinas, em substituição da força bruta dos músculos humanos;
- Utilizar-se de maneira crescente, combustíveis (petróleo, carvão), eletricidade, energia solar, eólica e nuclear;
- Construir habitações, fábricas, pontes, túneis e estradas;
- Processar ar, água, produtos minerais e orgânicos (naturais e sintéticos) para o maior conforto da população.

O treinamento do futuro engenheiro, portanto, requereria a assimilação das ciências exatas (matemática, física e química), das tecnologias específicas em cada especialidade e de conhecimentos básicos do funcionamento da sociedade humana.

No seguinte passo Mário Werneck tentou a caracterização dos bons candidatos. O engenheiro deveria ter e desenvolver uma série de atributos mentais e morais para o desempenho satisfatório da sua profissão. Uma boa memória representaria sempre vantagem, mas anotações organizadas e sempre disponíveis diminuem essa vantagem. Também, o crescimento exponencial do conhecimento humano, julgado pelo número de publicações científicas no mundo inteiro que mostrou, nas últimas décadas, uma taxa de crescimento cerca de 100% em cada dez anos, impossibilitaria qualquer tentativa para exigir "conhecimento enciclopédico" dos jovens. Em vez de memorizar dados e nomes precisaria **cultivar a curiosidade, a vontade de saber a razão das coisas**. Dever-se-ia praticar a curiosidade durante toda a carreira profissional e acumular experiências e conhecimentos, pois estes representam tesouro valioso para cada engenheiro. Predicados do intelecto, tais como **a imaginação, a atitude crítica e a capacidade de julgamento**,

podem ser muito vantajosos, pois no exercício da profissão surgem constantemente problemas, em situações nunca vistas, em condições difíceis, devido à falha ou à falta de recursos humanos ou materiais. Encontrar solução é imperativo. Nesses casos, a imaginação pode fornecer idéias salvadoras, mas deve-se submetê-las a uma **análise crítica** quanto a sua probabilidade de sucesso e finalmente deve-se ter a **coragem de decidir** o que parecer a melhor ação.

O quarto atributo do bom engenheiro, segundo Mário Werneck, seria o de ser econômico. Uma definição anedotal o confirma: **Engenheiro é aquela pessoa que faz uma peça por um custo de um real, quando qualquer pessoa faz a mesma por dois reais**. É indiscutível que o engenheiro é figura motriz da competição: produzir mais, melhor e mais barato. A palavra de ordem - **economizar** - abrange todas as atividades da sociedade humana desde a produção até o consumo final e até a reciclagem do resíduos e rejeitos. Além dos materiais, devem-se economizar o tempo e o trabalho, tanto o individual como o de equipe.

O quinto fator a distinguir o engenheiro será sua adaptação ao ambiente de trabalho. A área de sua atuação está em constante expansão. Novos materiais, novas máquinas, novos processos aparecem quase diariamente. Sem estudo constante, sem esforço para se manter atualizado, o engenheiro perde a sua competitividade e fica ultrapassado, obsoleto. **Sua capacidade de trabalho sério e perseverante** é o meio seguro para conquistar o respeito e reconhecimento na carreira. A vitória deve ser conquistada e não esperar que aconteça "por acaso".

Finalmente, a atitude do engenheiro em relação ao trabalho e à sociedade mereceu a atenção de Mário Werneck. Ele estava convencido de que o engenheiro, como profissional e como pessoa, em todos os momentos da sua vida deveria buscar a realização dos ideais transcendentais, o Bom e a Verdade. Nesse sentido, cada trabalho deve ser executado com perfeição para que tanto o seu executor como o beneficiário sintam prazer e satisfação no resultado. Serviço de baixa categoria é inadmissível na profissão, quando se lida com vidas humanas e bens materiais de elevados valores.

O ideal da verdade na engenharia significa honestidade. Assumir a responsabilidade por todos os atos, não apenas pelos

sucessos. Não enganar ninguém e não aceitar trabalho que ultrapasse a sua capacidade ou conhecimento, pois o fracasso por ignorância é um desastre profissional.

O diretor Mário Werneck, tendo identificado no ensino de engenharia com clareza os principais fatores e suas interligações, não hesitou colocar em prática as teses acima expostas. Qualquer assunto foi analisado por ele com referência à grande meta que foi a melhoria constante do ensino.

No relatório da Diretoria referente ao exercício de 1948 encontramos, por exemplo, a hipótese de que a qualidade de ensino depende, em primeiro lugar, da qualidade dos professores e dos alunos.

"A Escola tem procurado preencher as cadeiras vagas, de acordo com a lei, sem transigir quanto ao grau de cultura e à capacidade dos pretendentes ao magistério. Sempre preconizou a realização de concursos como a mais salutar medida de elevação do nível do nosso ensino superior , preferindo conservar algumas cadeiras sem provimento efetivo a baixar o padrão do magistério."

Discutindo o projeto de lei para a federalização da Universidade, ele define a mesma posição:

." ...manifestamo-nos inteiramente contrários a um dispositivo contido no primitivo projeto de federalização sobre o provimento das cátedras, segundo o qual se pretendia assegurar a preferência na investidura efetiva das mesmas aos professores que estivessem regendo as cadeiras por mais de um ano, mediante um simples exame de provas e títulos. Mostramos ... que a Constituição não permite a investidura de professor catedrático sem que haja concurso de títulos e provas e ponderamos...que a medida em questão seria prejudicial ao ensino..."

Analisando certo concurso de habilitação quando, entre 168 candidatos apenas 52 foram aprovados, deixando de preencher 33 vagas, o Diretor decidiu "não realizar um segundo concurso, considerando a falta de preparo dos candidatos reprovados." E termina censurando o ensino secundário: "... o número de reprovações nos concursos de habilitação na Escola fornece um índice desabonador do nosso ensino secundário, cuja reforma se anuncia ... Nossos votos são no sentido de que a anunciada reforma do ensino faça mudar a situação em que se encontra o país, aliás

muito humilhante, por causa de caprichos da ignorância e da instrução: aquela não quer sair do Brasil e essa não quer entrar." Palavras ainda hoje atuais e que mereceriam aplausos pela sua clareza e pela coragem de terem sido pronunciadas.

Sob a batuta de Mário Werneck voltou com toda a força o processo de especialização dos cursos, iniciado em 1920 e interrompido na década caótica dos anos trinta. Começaram a sair os primeiros engenheiros químicos industriais (1946), engenheiros industriais metalúrgicos (1950). Foram criados os cursos de engenheiros mecânicos e eletricistas (1951), de engenharia nuclear e o 1° curso de pós-graduação lato sensu em engenharia sanitária (1955). No curso de engenharia civil foram oferecidas três opções de especialização (1956): Estruturas / Transportes / Hidráulica e Saneamento.

A expansão dos cursos oferecidos pela Escola foi acompanhada pela construção de novos prédios, de salas e de laboratórios. Estabeleceram-se novos contatos com as indústrias, que se interessaram em discutir e resolver seus problemas técnicos com os professores. A Diretoria da Escola não somente aprovou mas apoiou essas atividades, entendendo que traziam benefícios mútuos. Os problemas tecnológicos, o seu estudo e os trabalhos de laboratório executados pelos alunos representaram uma preparação excelente para os futuros engenheiros. Essa colaboração com as instituições públicas e privadas realçou a função social da Escola.

Após a federalização da Universidade de Minas Gerais em 1949, e já na década de cinqüenta, ocorreu uma reorganização do sistema universitário brasileiro. Foram definidas e estabelecidas três funções básicas para as escolas superiores: **formação profissional/investigação tecnológica e científica/extensão universitária**. Foi uma evolução natural, em concordância com o pensamento do nosso Diretor, que logo promoveu o fortalecimento de pesquisas tecnológicas ao lado dos laboratórios destinados ao ensino. Junto aos Cursos, foram criados os Institutos: o de Pesquisas Radioativas, com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisas (1952); em seguida o de Química, o de Mecânica, o de Eletrotécnica, e o de Minas e Metalurgia.

A finalidade desses institutos excedeu em muito a simples atividade didática, para ir alcançar o campo de pesquisas

aplicadas. É compreensível que a ciência não consiga esgotar o estudo de problemas quando se aproxima a sua transferência para o setor produtivo. Atuando principalmente no campo abstrato, a pesquisa pura não tem recursos para resolver os problemas da aplicação prática de suas descobertas. Caberá às pesquisas aplicadas a glória de transformar princípios e teorias em utilidades para o homem comum.

Em 1961, por ocasião do 50° aniversário de fundação da Escola, o Diretor, Dr. Mário Werneck, podia contemplar, com grande satisfação íntima, a frondosa árvore em que se transformou a semente plantada, há meio século, por alguns engenheiros idealistas. Eis alguns dados impressionantes referentes ao ano letivo de 1961:

Prédios:	25.000m2 em uso;
	15.000m2 em construção;
Biblioteca, acervo:	65.000 volumes;
Número de estudantes matriculados:	1.300
Corpo docente e técnico:	503
Pessoal administrativo:	214
Disciplinas ministradas:	59
Aulas teóricas: (anual):	7.786
Aulas práticas: (anual):	5.115
Engenheiros diplomados:	116
Pós-graduação em:	
- Engenharia Sanitária	12
- Engenharia Nuclear	5

Passados oitenta e seis anos, podemos recordar, com respeito, a luta silenciosa dos nossos saudosos mestres e citar orgulhosamente as suas vitórias . Os antepassados agora revisitados deixaram uma grande herança intelectual e moral. Todos nós, professores e antigos alunos, estamos carregando em nossa vida parte desta herança, cujos frutos apareceram em todos os departamentos da Escola dos quais mencionamos apenas alguns -

- A Fundação Cristiano Ottoni, idealizada pelo Professor Hugo Sepúlveda, é referência nacional na Campanha de Qualidade Total.

- O renome internacional do Curso de Metalurgia foi orquestrado pelo professor José Martins de Godoy.
- O Laboratório de Extra-Alta Tensão é o orgulho do Departamento de Engenharia Elétrica.
- O envolvimento dos alunos de graduação na pesquisa científica através de Bolsas de Iniciação Científica foi iniciado e promovido por este autor.

O espírito vencedor dos grandes vultos, líderes da Escola, continua vivo e atuante, ele faz crescer e florescer a nossa Instituição.



Álvaro Apocalipse

REFLEXÕES 1

REFLEXÕES SOBRE UMA VIDA UNIVERSITÁRIA DEPOIMENTO 1[1]

ÁLVARO APOCALIPSE
Professor Emérito da
EBA/UFMG

As palavras proferidas pelo professor Álvaro Apocalipse, por ocasião do recebimento do título de Professor Emérito, que lhe foi outorgado pela Congregação da Escola de Belas Artes da UFMG, coadunam-se com o espírito deste número dedicado às comemorações dos 70 Anos da UFMG. Agradecemos ao autor por autorizar a transcrição de seu texto, com pequenas adaptações, visando atender às Normas Editoriais de **"Caminhos"**.

É reconhecida a relevância e a influência da Escola de Belas Artes (EBA) no campo da Arte e Cultura de Minas Gerais, através de programas como o Festival de Inverno que se irradia e marca positivamente outras escolas e Centros de Artes do País.

A EBA e a UFMG não foram moldadas por uma substância comum, nem por mãos quaisquer, nasceram na mesma terra e respiraram o mesmo ar que alimentou e inspirou os ideais de poetas e magistrados da Inconfidência Mineira. Estes foram os primeiros a lutar nesta terra pela liberdade de nosso povo numa insurreição movida por um ideal e por uma ideologia claramente expressa. No topo

[1] Baseado no discurso feito pelo autor por ocasião do recebimento do título de Professor Emérito outorgado pela Congregação da Escola de Belas Artes da UFMG, em 19/04/96.

das reivindicações fulgurava a clara idéia da criação de uma Universidade redentora que refletiria por sua vez a pluralidade como fator positivo de primeira grandeza na formação desta nação.

Foi nesta Universidade que cresceu e tomou corpo a idéia de se criar uma Escola de Belas Artes que teria como provisão respirável a liberdade de criação, a coragem rotineira de mudar, a propensão de aceitar a mudança, a entrega à permeabilização osmótica com a sociedade. Na verdade, uma postura de entrega à História.

Para mim, como para muitos outros, o processo de adaptação ao ritual universitário não foi fácil, nem indolor, nem de graça.

A Universidade reconhecia o saber artístico (ou, quem sabe, o saber fazer artístico) e confiava, desconfiando, amavelmente, de seu novo membro.

Na EBA, um aglomerado desigual de arquitetos (criadores aceitos pelo meio universitário pois roçavam a Física e a Matemática, ciências palpáveis e reconhecíveis) e artistas com habilidades malabarísticas, reconhecidos como hábeis manipuladores de tintas e pincéis, mas pouco habituados com a cultura e a erudição.

Pois os componentes desse aglomerado se dedicaram a um estranho "balé de aceitação", mudando regras, procedimentos, linguajar e outros hábitos para serem incluídos sob a ampla e respeitável asa da Universidade, falando o mesmo dialeto. Dialeto este pleno de PHD, pré-requisito, carga horária, crédito, docente, discente, matéria, disciplina, alocação de recursos, conteúdo programático, massa crítica e outros vocábulos típicos.

Um período histórico.

Acabamos sendo aceitos.

Mas acontece que o hospedeiro nos pede mais. Mais audácia, criatividade, invenção, contribuição, renovação.

Nós devemos ser um território da Universidade (com perdão do termo) de alta rotatividade. Devemos experimentar, testar, ousar.

Somos aquele parente amado com uma leve tendência à esbórnia intelectual, à boêmia criativa, à generosidade, ao perdão, à compreensão, ao improviso, à convivência com o erro, e mesmo com a omissão.

Um contraponto à medieval sisudez que tentam impor à Universidade.

A Universidade (na verdade um fato novo para a arte) espera isso de nós.

Costumo dizer que o Giramundo, nossa oficina, é a última luz que se apaga no Campus da Pampulha.

De fato, com isso queremos afirmar duas coisas: uma, que de fato estendemos nosso horário de trabalho noite adentro; e outra, que mantemos a luz acesa que ilumina aquela velha relação de trabalho e aprendizado tão dignificada pela história afora e que é mantida como uma reserva no sistema de aprendizado e ensino nas modestas oficinas do Giramundo.

É para exclamar às luzes dos atraentes computadores: estamos aí, vivos e vigilantes, contamos com vocês.

Para os deslumbrados e flutuantes de plantão, de mente curta e falta de imaginação, a fotografia acabaria com a pintura, o cinema com o teatro, a televisão com o cinema e o computador, anjo exterminador, acabaria com tudo e reinaria soberano, relegando às trevas os praticantes de outras práticas.

Não é assim: Na mão do artista o computador é mais um pincel, uma goiva, um instrumento, um espaço aberto e, sobretudo, uma opção.

Definitivamente, ele próprio não é uma ameaça.

Mas, atenção, perigo! Lamaçal pululante, pântano regurgitante, brejo fétido, cipoal enredador!

A ameaça: a erudição numerológica, ou seja, aquela moeda de uso corrente nos meios intelectuais, medida pelo número de citações de idéias alheias em ordem alfabética ou pelo número de notas ao pé da página.

A pantanosa ameaça ronda a clareza da expressão plástica e visual. Toma fôlego na intencional e teimosa prática de não reconhecer no ato visual uma linguagem extensa e profunda.

Seria como desconhecer a contribuição dada à cultura universal pela pintura de Van Gogh e atribuir seu mérito às suas famosas cartas dirigidas ao seu irmão Téo.

São séculos de condicionamento atribuindo à dissertação, ao texto escrito, a primazia sobre outras formas de pensamento.

Será preciso muita isenção e largueza de visão para reconhecer

na imagem de uma pirâmide egípcia, em um relevo mesopotâmico, em um colosso grego, numa escadaria asteca, em uma escultura de Aleijadinho ou numa obra de Henri Moore, em qualquer destes objetos, enfim, será difícil reconhecer neles um pensamento materializado, um conceito cristalizado de forma sólida, um depoimento concreto sobre uma concepção para o universo?

Ainda mais nos dias de hoje onde o desencanto com a rigidez de métodos de estudo e conhecimentos ocidentais obrigou centenas de milhares de pessoas a buscar no pensamento oriental uma concepção do universo que se harmonizasse melhor com suas próprias concepções.

Estas pessoas reconhecem o significado de um jardim de pedras zen-budista, pois sabem que a contemplação de uma pedra, de uma madeira, ou trapo de tecido pode desencadear um processo que leve o indivíduo a uma percepção de nível superior.

Por que não reconhecer o fato visual tão relevante quanto um texto discursivo que inunda com laudas e laudas o branco virginal do papel?

Quem sabe não é uma destas heranças ibéricas que tanto nos encanta: o texto esparramado, tomos e volumes, punhos rendados e caprichada caligrafia?

Picasso, expressando-se em francês, prático e econômico, disse: "não procuro, acho", demonstrando a posição de quem cria: não se trata de pesquisa (recherche, procura, busca) mas de achado (Je trouve), uma atitude positiva, imediata, única, fatal, imperiosa.

A criação, em termos práticos, deveria ser colocada ao lado da pesquisa científica e no mesmo pé de igualdade.

Não é, no entanto, o que acontece na Universidade. Nela, o artista deve pleitear recursos para seu aprimoramento vestindo o avental de pesquisador, adequando sua linguagem ao jargão das fichas e relatórios, submetendo-se ao ritual de outros paradigmas que não são os seus.

O que é uma pena: tão desgastante, tão desgostoso!

Numa escola convencional, o aluno pode morder a caneta, olhar para o teto em profunda concentração e, em seguida, baixar o olhar, mover a caneta e escrever uma grande besteira. Salvo seu professor, ninguém mais saberá.

Numa escola de Belas Artes, no entanto, tudo o que se faz é

visto pelos demais, de forma que o jovem artista desde cedo vai se habituando a expor e a se expor.

Aquele que (não se sabe como e pôr que) acaba freqüentando este processo e não se dá bem porque não produz a contento e todos vêem isto, dá início à contestação, unindo-se a seus iguais e reinvindicando, na maioria das vezes, mais teoria, mais teoria. Esquece-se ou ignora que na escola de Belas Artes, nos seus diversos ateliers, a atuação do professor junto ao aluno não se atém a apontar erros e correções. Ignora ou não sabe que ao comentar um trabalho o professor, naquele curto momento, fornece ao aluno, além das correções sugeridas, um desencadear de comentários e análises, a propósito de outros autores, de fatos da História e da História da Arte, da política, da filosofia, da ecologia, do cinema, do teatro, da literatura, de técnicas, de procedimentos, enfim, de outras práticas e Artes.

Desta forma, sem, é claro, excluir qualquer outra forma de se expressar praticada pela espécie humana, sugiro apenas àqueles que se iniciam no magistério das Artes que não se deixem seduzir pelo cientificismo comumente aceito, pela erudição ostensiva e pelos alentados textos cheios de termos técnicos empolados.

Na verdade, creio que todos esperam que nos expressemos pela nossa própria linguagem, de existência milenar. Linguagem que ostenta como sua característica a imobilidade (nem sempre) e o silêncio (nem sempre).

Esta casa, esta escola de Belas Artes é uma terra de promissão. Acredita nos nossos sonhos loucos. Ela me acolheu jovem, pretensioso e inexperiente. Hoje me recebe novamente, maduro, já sem pretensões, mas no entanto, ainda inexperiente.

Termino saudando aqueles que seguem o ideal de construir uma grande e verdadeira escola de Arte. A eles dedico esta fala final:

A ARTE É UMA CELEBRAÇÃO DA VIDA.
JAMAIS UMA INVESTIGAÇÃO.

Não percamos o rumo original. Nossos antecessores testemunharam um passado glorioso. Nós devemos nos orgulhar do nosso fazer. Moldar com mentes e mãos um mundo cada dia mais novo e cada dia melhor.

REFLEXÕES 2



Foto: Oribes Almeida

REFLEXÕES SOBRE UMA VIDA UNIVERSITÁRIA DEPOIMENTO 2

BEATRIZ RAMOS DE VASCONCELOS
Professora Emerita
da EBA/UFMG

Ao receber a notícia de que a Congregação desta Escola de Belas Artes iria conceder-me o título de Professora Emérita, tive um sentimento de grande alegria, pelo que isto representava para mim e por estar, em um momento tão importante, na companhia do meu amigo, professor e artista Álvaro Brandão Apocalypse, a quem admiro profundamente. Este sentimento, mesclado com uma certa vaidade, foi logo seguido por inquietação e dúvidas quanto à propriedade da escolha do meu nome, principalmente por ser esta a primeira vez que tal título é concedido pela EBA, e por ser esta uma escola que teve, entre seus professores, tantos nomes ilustres, que a ela se dedicaram, desempenhando papel da maior importância.

Como não cabia a mim participar ou alterar esta decisão, comecei a pensar o que levara a Congregação a tomar essa atitude. Isto me levou a refletir sobre minha vida universitária, e avaliar

CAMINHOS
nº 15 - novembro de 1997

[1]Discurso feito pela professora titular Beatriz Ramos de Vasconcelos Coelho por ocasião do recebimento do título de Professora emérita da escola de Belas Artes da UFMG em 19 de abril de 1996.

os esforços, a aprendizagem constante, os amigos aqui encontrados e a participação em alguns momentos de importância para a EBA e para a UFMG.

Entrei na Escola por um convite do Departamento de Artes Plásticas, cuja chefe era minha ex-professora Yara Tupinambá. Por indicação também de Yara e, logo após, por concurso público, já era, naquele momento, professora da Escola Guignard, na qual eu recebera minha formação. Naquela época eu fazia gravura, (xilogravura), e buscava realizar-me como artista e como professora. Não sentia nenhuma dificuldade em transmitir o que sabia e acredito que os alunos, em geral, gostavam de minhas aulas, mas confesso que nunca me senti uma artista. Gostava de expressar-me através da gravura e o fazia com prazer e dedicação. Entretanto, sempre ao acabar um trabalho era tomada de dúvidas quanto a sua qualidade, ainda mais quando, em determinados momentos, o tipo de arte valorizado não era exatamente o que eu mais gostava de fazer.

Ao entrar na EBA, fui logo chamada pelo professor Haroldo Matos, então seu diretor, para participar da comissão que iria discutir a reformulação do currículo e, desde então, participei ativamente de colegiados e grupos de discussão sobre a Escola, disciplinas, currículo, etc.

Tive o prazer de participar, também, dos Conselhos (depois denominados Câmaras) de Graduação e de Pós-Graduação, e do CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - e do Conselho Universitário, colegiados onde tive a melhor oportunidade de aprender sobre a vida universitária.

Fui, também, diretora da EBA, inicialmente como vice-diretora em exercício, quando substituí a professora Yara Tupinambá e, depois, como diretora efetiva, cumprindo período normal de mandato entre março de 77 e fevereiro de 1981.

Foi na qualidade de diretora em exercício que recebi, um dia, ofício do professor Eduardo Osório Cisalpino, naquela época Reitor da Universidade, que iria provocar uma mudança completa em minha vida profissional. Ele me informava que deveriam ser restauradas treze pinturas sobre tela da Escola de Música e solicitava que tomasse as providências necessárias para que o trabalho pudesse ser realizado na Escola, com a participação, se possível, de alunos e professores.

Para que tal trabalho pudesse ser planejado e realizado, entrei em contato com o diretor da Diretoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais, professor desta universidade e querido amigo Roberto Lacerda, hoje já falecido. Roberto me indicou o técnico do Patrimônio Geraldo Francisco Xavier Filho, que me orientou a fazer a lista dos materiais necessários ao trabalho, uma vez que eu não conhecia nada do assunto.

A restauração das pinturas começou a ser feita por este técnico, auxiliado por pequeno número de professores que estavam interessados em aprender algo de novo, entre eles Álvaro Apocalypse, Jeferson Lodi, Madu, Jarbas Juarez, Júlio Espínola e eu. Aos poucos, a maior parte foi desistindo de continuar, permanecendo na restauração Júlio, Jarbas e eu. Naquele primeiro momento não houve alunos que se mostrassem interessados. A preservação do patrimônio e, como conseqüência, de nossa identidade como cidadãos, não despertava tanto interesse como hoje. Porém, antes de terminar o trabalho, que era bastante extenso, começaram a aparecer alunos que queriam participar, o que aliás, continua acontecendo com os trabalhos que são feitos no CECOR até hoje.

Para mim o que estava ocorrendo era uma coisa muito especial: a descoberta de um assunto que me fascinou, e que preenchia muitos aspectos da minha personalidade, uma vez que a restauração moderna é essencialmente interdisciplinar, exigindo alguns conhecimentos teóricos de história da arte, química, física e biologia, envolvendo, também, capacidade de percepção artística, conhecimento do manuseio das cores e habilidade manual. Desse modo, a partir de 1976, uma atividade que poderia terminar, assim que o objetivo imediato principal fosse atingido, tornou-se o motivo maior de minha vida profissional e universitária e mudou um pouco, também, a fisionomia da Escola de Belas Artes.

Dois anos depois, em 1978, estava começando na EBA, em instalações precárias cedidas pela prefeitura do Campus, onde hoje funciona o Pelegos, restaurante da ASSUFEMG, o curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis. Esse curso, do qual fui coordenadora durante os dez primeiros anos, era ministrado pelos mais importantes restauradores do país e financiado pelo Programa de Cidades Históricas, da Secretaria de Planejamento

da Presidência da República que era muito bem dirigido pelo mineiro e ex-aluno desta universidade, Dr. Henrique Oswaldo de Andrade.

Os professores eram renomados restauradores ou especialistas de outras áreas como: João José Rescála, Jair Afonso Inácio, Orlandino Seitas Fernandes, Ado Malagoli (todos hoje já falecidos e a quem presto uma sincera homenagem), além de Maria Luiza Guimarães Salgado, Geraldo Francisco Xavier Filho, e Ernest Paulini. Tiveram, também, uma participação muito importante especialistas de outros países que aqui estiveram com o patrocínio da UNESCO e do Proyecto Regional para el Desarrollo Cultural do PNUD/UNESCO, dirigido pelo Dr. Sylvio Mutal e que tinha sua sede em Lima, bem como do ICCROM - International Center for Conservation and Restauration Studies - com sede em Roma. Entre esses especialistas gostaríamos de citar e agradecer a participação de Marta Plazas de Fontana, Josep Maria Xarié i Rovira, Guillermo Joyco Henriquez, Gaël de Guichen e Maria Fernanda Viana. Sem eles o curso de Conservação e Restauração não teria alcançado o nível que tem.

Aos poucos, à medida que o interesse pelo curso crescia e que ele começava a ter caráter nacional, levando a muitos estados brasileiros o nome de nossa Escola, fomos pensando em incluir especialistas, ex-alunos do curso, e com uma boa formação universitária, embora ainda com pouca experiência prática de restauração. Desse modo, o pequeno grupo de monitores iria se preparando para assumir algumas disciplinas, e poderia dar continuidade ao curso, já com maior base teórica e científica. Esses monitores eram: Adair Evangelista Marques (que continua colaborando conosco até hoje), Ieda Faria Hadad Viana, Maria Luiza Querini e Marisa Trancoso de Almeida.

Ao término do primeiro curso, e sabendo do interesse de grande número de candidatos, começamos a buscar recursos para melhorar suas instalações. Foi assim que enviamos, com apoio do setor de Planejamento Físico da Universidade, um projeto ao Programa de Cidades Históricas, com o objetivo de ampliar a Escola de Belas Artes e abrigar o curso de maneira mais adequada. Paralelamente a isto, encaminhamos projeto à Congregação da EBA, para funcionamento, na Escola, de um Centro de Restauração de Bens Culturais Móveis.

Ambos os projetos foram aprovados e, em 5 de setembro de 1980, como parte integrante das solenidades de comemoração do aniversário da UFMG, foi inaugurado o CECOR

No início, muitas dúvidas foram levantadas quanto ao sentido de uma escola de Belas Artes abrigar um setor de restauração, considerada, por alguns professores, como uma coisa apenas técnica, não sendo, portanto, adequado à Escola. Mas este, felizmente, não era o pensamento da maioria da Congregação.

O fato de o prédio que abriga o CECOR ser um acréscimo ao prédio da Escola teve, entretanto, algumas conseqüências: o CECOR ficou sem uma ligação física direta com a EBA; alguns diziam, com um pouco de malícia, que ele era ligado a ela apenas por uma "quina". Na verdade, havia uma certa independência, na medida em que o CECOR, tendo de garantir sua sobrevivência, buscava e obtinha recursos através da prestação de serviços e de projetos de pesquisa e convênios. Sempre consideramos, no entanto, o Centro como parte integrante da EBA e nunca deixamos de participar de suas atividades e de atender às suas solicitações. Para nossa mágoa, voltamos a nos sentir apenas um anexo da Escola recentemente, por ocasião de sua ampliação, quando o terceiro andar do "quinto bloco" foi esquecido. Felizmente foi feita, no ano passado, uma passagem ligando, no segundo andar, o CECOR à EBA, o que facilitou muito a convivência e o entrosamento com os diversos setores da Escola.

Em 1986, havíamos enviado projeto para ampliação da área do Centro ao então Ministro da Cultura e ex-Reitor de nossa Universidade, Prof. Aloísio Pimenta. Este, apesar de ter sido sempre grande estimulador dos trabalhos do CECOR, deixou o Ministério antes de ter condições de aprovar o projeto, o que foi feito pelo seu sucessor, ministro Celso Furtado. O Centro, então, passou a contar com uma área de cerca de 750 m2.

Para encurtar um pouco a história, o curso continuou, foi se firmando, outros coordenadores (Marco Elizio de Paiva, Anamaria Ruegger Almeida Neves e Bethania Reis Veloso) assumiram sucessivamente sua coordenação, e foi sendo aperfeiçoado o nível dos trabalhos realizados pelo Curso e pelo CECOR, que sempre consideramos como irmãos, não apenas gêmeos, mas como siameses, tal a inter-relação existente.

Hoje, embora o curso seja formalmente do departamento de Artes Plásticas, posso afirmar que ele não existiria sem o CECOR e que este perderia em grande parte a sua razão de ser sem o curso. Às vezes parece falso dizer que o curso não é do CECOR, mas são dificuldades encontradas por um grupo pequeno de professores que, por ser pequeno, não pode ainda, de acordo com as regras universitárias, pretender ser um departamento.

O Centro também evoluiu, desfrutando de um ótimo conceito entre as mais importantes instituições de preservação, não só do Brasil mas também no âmbito internacional. Em 89 foi escolhido para abrigar um curso de "Conservação de Escultura Policromada" para a América Latina, para o qual foi realizado convênio entre a UFMG, o Getty Conservation Institute, de Los Angeles, e o Proyecto Regional de Patrimonio Cultural y Desarrollo do PNUD/UNESCO. Em 1995, nele funcionou outro curso internacional de "Princípios Científicos da Restauração", em convênio com o ICCROM.

Recentemente, em convênio com a VITAE - Apoio à Cultura, à Educação e à Promoção Social, com a FAPEMIG e com a FINEP, foi possível equipar convenientemente o Centro para que possa desenvolver, da melhor maneira possível, sua atuação na área de estudo e preservação do patrimônio cultural.

Acredito que foram essas realizações, do CECOR e do Curso, que levaram a Congregação da Escola de Belas Artes a conceder-me, hoje, este título tão elevado e que tanto me honra. Gostaria de dividi-lo, pelo menos simbolicamente, com a atual diretora do CECOR, Gislaine Randaso Teixeira Moura, professores, técnicos, pessoal administrativo, alunos, bolsistas e estagiários, que fazem parte do Centro hoje, ou que a ele dedicaram parte de sua vida profissional pois, sem cada um dos membros desta equipe, nada poderia ter sido feito.

Quero também expressar meus agradecimentos à minha família, a Marcello, com quem sempre muito aprendi, e a meus filhos Daniel, Maria Beatriz, Maria Cristina e Raquel, pelo estímulo que sempre me deram e pedir-lhes desculpas pelas horas em que lhes faltei por estar dedicada ao meu trabalho. Espero, também, que este título ajude meus três netos, todos homens, a considerar de maneira positiva a atividade da mulher na vida profissional.

Antes de terminar gostaria de comentar, também, o fato de o

título de Professor Emérito estar sendo entregue, simultaneamente, a mim e ao professor Álvaro Apocalypse, no caso dele, uma honra bem mais merecida do que a minha. Minhas primeiras lembranças do Álvaro são do tempo da escola velha, onde o via sempre, ensinando e desenhando, com uma capacidade e dedicação exemplares. Depois, no prédio novo da EBA, com uma forte liderança, atuando no Centro de Extensão, no Colegiado de Curso, como meu professor no excelente curso de Estrutura Composicional em 1974, e mais tarde, como meu vice-diretor e diretor da Escola e sempre, no Giramundo - Teatro de Bonecos. Foi quando eu era diretora que se planejou e que funcionou, pela primeira vez, o convênio entre a EBA e o Giramundo, permitindo que a atividade do grupo de professores que a ele se dedicava fosse considerada parte integrante de sua carga horária universitária. Hoje, quase sem nos encontrarmos, continuo a acompanhar a trajetória do Giramundo e a admirar a criatividade e o alto nível de trabalho do Álvaro e de toda a sua equipe.

Fomos chamados a participar, embora ambos aposentados, do primeiro curso de mestrado a realizar-se na nossa Escola e hoje, estamos aqui, juntos, para receber este título. Acredito que realizamos alguma coisa importante para a Escola de Belas Artes e para a Universidade, mas penso que somos, hoje, exemplares de uma espécie em extinção pois, em uma época em que se exige cada vez mais títulos acadêmicos, não possuímos títulos de Mestre ou de Doutor.

Talvez esta entrega de título de Professor Emérito possa servir de motivo para reflexão sobre a questão dos títulos na vida universitária. Não que menospreze os cursos de pós-graduação, pelo contrário, acho que são importantíssimos e gostaria de tê-los feito para melhor me preparar para o ensino e para a pesquisa, mas considero que a excessiva valorização que ocorre atualmente, talvez leve ao não aproveitamento de pessoas que, como nós, produzem algo sem ter adquirido esses títulos. Por outro lado, acho que vale a pena verificar, com mais rigor, a produção artística, técnica ou científica daqueles que possuem esses graus universitários, pois esses cursos não são um fim em si mesmos mas são feitos para capacitar professores e pesquisadores de alto nível.

Para encerrar e não tomar mais o tempo de vocês, gostaria

de citar Helmut Huhemann, importante restaurador alemão que desenvolveu respeitado trabalho na Espanha e sobretudo na Inglaterra quando, ao comentar sua trajetória de restaurador e professor, disse: "Era curioso encontrar-me ensinando o que eu continuava aprendendo, mas este foi o motivo que me impulsionou a continuar aprendendo até hoje."

FACULDADE DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Acervo: Efigênia Lage

UMA CIDADE, UMA ESCOLA

JOÃO ANTÔNIO DE PAULA
Professor e pesquisador do
CEDEPLAR FACE/UFMG.

1. UMA CIDADE ENTRE AS SERRAS

A criação, em 1941, 20 de dezembro, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, com o nome de Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, é capítulo coerente com o característico da trajetória de Belo Horizonte. Há nas circunstâncias e sujeitos do processo de criação da Faculdade os mesmos elementos básicos que marcaram, marcam a história da cidade: a explícita inspiração moderna, a referência a um repertório cultural mais amplo, o tensionamento permanente entre esta vocação progressiva e o arcabouço conservador que motiva suas elites e dirigentes, a não rara emergência da rebeldia, do conflito, da contestação.

É esta a fisionomia básica da cidade, ainda que ela tenha outras, várias. Trata-se, no fundamental, de reconhecer a cidade como a reposição de uma trajetória ambígua feita da tensão entre o velho e o novo, entre a modernidade e o anacronismo, entre o conservadorismo e a transgressão. Trata-se, assim, de ver a cidade como realidade viva, polimórfica, dinâmica, contraditória, espaço que promete a liberdade, como se sabe desde a época medieval,

mas, também, espaço da contingência, das "multidões solitárias", das precariedades materiais, da crise urbana crescente.

Belo Horizonte, criada para ser o símbolo da República que surgia, quis ser marco dos novos tempos. Tempos das luzes substituindo o arcaísmo das velhas tradições coloniais que o império conservara, tempos do planejamento substituindo o acaso e o atraso das velhas cidades coloniais, a geometria precisa, o risco elegante, a forma equilibrada substituindo o sinuoso, o assimétrico das cidades do setecentos mineiro.

Positivista, moderna, planejada, criada para ser centro político-administrativo, centro do novo poder que se instalava, Belo Horizonte é contemporânea e viveu, nos limites de sua modéstia, algumas das mais centrais questões do nosso tempo: a ilusão do planejamento que pretendia colocar a história sobre trilhos; a vertigem do crescimento urbano e demográfico; a velocidade das transformações técnicas e industriais; a dissolução das formas artísticas tradicionais; a explosão do desenvolvimento científico e tecnológico; a experimentação social radical do socialismo; a barbárie fascista; o questionamento de valores e paradigmas.

E todo este quadro de transformações, de acelerações e conflitos, de insurgências e rupturas, também se manifestou aqui e a cidade transformou-se - criada para ter 200 mil habitantes, tem hoje 2 milhões; criada para ser puro centro político-administrativo, tornou-se pólo econômico de importância nacional; criada excludente, não queria pobres em sua área urbana, assistiu à resistência das populações marginalizadas que a construíram e que se impuseram ao plano e à exclusão; criada para ser a capital da ordem, de um poder que não admitia oposição, viu a rua da Bahia ser palco de barricadas de operários em greve, em 1912, viu a grande revolta contra o aumento dos preços dos bondes e dos cinemas, em 1926, viu a greve de protesto contra a execução de Sacco e Vanzetti, em 1927, viu as ocupações de terrenos urbanos e a criação dos bairros **1° de Maio** e **Cabana do Pai Tomás**, viu a greve heróica de 1968 e a insurreição dos trabalhadores da construção civil, em 1979.

Se é complexo o quadro, se é possível detectar permanências e anacronismos numa realidade que se queria linear e progressiva, há uma considerável vertente modernizadora na cidade. Isto se vê, desde logo, na própria dinâmica demográfica que revela

crescimento rápido até 1950, acelerando-se ainda mais nas décadas de 1960 e 1970, havendo, a partir da década de 1980, inflexão desta tendência.

Tabela 1

População de Belo Horizonte

Ano	População
1900	13.412
1910	33.245
1920	56.914
1930	116.981
1940	211.313
1950	352.724
1960	693.328
1970	1.225.415
1980	1.780.885
1991	2.048.861

Fontes: **Anuário Demográfico de Minas Gerais**, 1928; Censos Demográficos do IBGE.

O crescimento da população é um aspecto de processo mais amplo de diversificação econômica e modernização institucional. No referente à diversificação da estrutura econômica tem-se a reiteração de uma dinâmica cuja característica central é o crescimento das atividades industriais e sobretudo do setor terciário.

Tabela 2

Estrutura ocupacional da mão-de-obra em Belo Horizonte

1912-1920

	1912		1920	
Ocupação	Número	%	Número	%
Mineração	1.379	13,5	2.543	14,8
Indústria	2.765	27,0	5.942	34,6
Transporte	522	5,1	1.116	6,6
Comércio	1.050	10,2	2.055	12,0
Exército	761	7,4	1.647	9,6
Adm. Pública	888	8,7	1.833	10,7
Prof. Liberais	440	4,3	1.259	7,3
Total	7805	100	16395	100

Fonte: COSTA, Heloisa Soares de Moura - **The Production of popular residential land development in Belo Horizonte, Brazil.** Londres, tese de mestrado, Architectural Association, 1983, p. 83.

Tabela 3

Pessoal ocupado por setores de atividades na Região Metropolitana de BH

	1978				
Setores	Número	%	Número	%	
PRIMÁRIO	8.833	1,0			
SECUNDÁRIO	307.475	34,3			
Manufatura			165.824		18
Ind. Constr.			118.050	13	
Outras ativ.			23.601	2	
TERCIÁRIO	579.272	64,7			
Comércio			111.470	12	
Serviços			260083	33	
Transp./Comunic.			52.916	5	
Serv. Sociais			88.281	9	
Adm. Pública			38.317	4	
Outras ativ.			37.008	4	
TOTAL	895.550	100,0	895.550		100,0

Fonte: COSTA, 1983, p. 109.

Do ponto de vista da modernização institucional, entre outros aspectos relevantes, registre-se o referente à educação. Desde 1907, no governo João Pinheiro, Minas Gerais experimentará modernização educacional, processo que terá no governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, momentos decisivos. É deste quadro tanto a Reforma do Ensino liderada pelo Secretário Francisco Campos, depois levada para o plano nacional, a partir de 1930, quanto a criação da Universidade de Minas Gerais, em 7 de setembro de 1927, primeiramente como instituição estadual e depois, em 1949, federalizada.

A criação da Universidade de Minas Gerais é parte, na verdade, de um contexto político-cultural cuja tônica é o **modernismo**.

Vários autores fixaram este momento. Pedro Nava o faz superiormente, sua prosa é inexcedível, suas memórias comovem, ensinam a todos nós. Há ainda, sobre isto, trabalhos importantes de

Fernando Correia Dias, Antônio Sérgio Bueno e Humberto Werneck, entre outros.

Nestes trabalhos ressalta-se a complexa relação entre a modernidade estética e comportamental daquela geração modernista - Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura... - e os chefes políticos do conservador **PRM**, dos velhos políticos como Antônio Carlos, como Melo Viana, os políticos da geração mais nova como Francisco Campos, como Gustavo Capanema... Ambigüidade de que também não estarão isentos os modernistas paulistas e seus padrinhos quatrocentões.

De qualquer modo a Universidade de Minas Gerais é marco da modernidade mineira. Inicialmente reunião da Faculdade de Direito, que havia sido criada, em Ouro Preto, em 1892, e das Escolas de Engenharia e Medicina, ambas criadas em 1911, a Universidade assumirá perfil efetivo de instituição universitária, voltada não só para o ensino dos ofícios liberais, mas, sobretudo, para a produção e difusão do conhecimento, com a criação, em 1939, da Faculdade de Filosofia.

A criação, em 1941, da Faculdade de Ciências Econômicas, já é reflexo da complexidade e amplitude da modernidade na cidade como se pode ver pelos números seguintes:

Tabela 4
Estrutura Industrial de Belo Horizonte

	1939-1948	
Anos	No de Estabelecimentos	No de Trabalhadores
1939	748	10.589
1940	740	10.729
1941	747	11.830
1942	760	11.975
1943	761	12.378
1944	1.120	17.832
1945	1.657	19.812
1946	1.228	20.908
1947	1.458	19.540
1948	1.418	19.304

Fonte: GIANNETTI, Américo Renê - **Plano-Programa de Administração para Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1951, p. 19.

Tabela 5
Estrutura do Comércio Atacadista de Belo Horizonte

1944-1949		
Anos	No de Estabelecimentos	No de Trabalhadores
1944	244	4.151
1945	261	4.214
1946	277	4.598
1947	315	4.689
1948	305	4.658
1949	309	5.772

Fonte: GIANNETTI, 1951, p. 23.

Tabela 6
Participação de Belo Horizonte no Movimento Bancário de Minas Gerais (Empréstimos + Depósitos)

1941-1949	
Anos	Participação percentual de Belo Horizonte
1941	30
1942	26
1943	30
1944	29
1945	29
1946	31
1947	33
1948	41
1949	36

Fonte: GIANNETTI, 1951, p. 27.

Há, na segunda metade da década de 1940, aceleração do processo de crescimento e diversificação da economia de Belo Horizonte em virtude da criação da Cidade Industrial e do incremento da geração de energia elétrica, processo que será definitivamente consolidado com a criação da CEMIG, em 1952.

Assim, a criação da Faculdade de Ciências Econômicas, no início da década de 1940, é parte de um processo maior de modernização econômica e institucional que estava em curso em Belo Horizonte e é, neste sentido, episódio coerente com a trajetória da cidade, vocacionada para a modernidade. Contudo, há algo na trajetória da Faculdade de Ciências Econômicas que a singulariza. Trata-se do fato de que por muito tempo, e em mais de um aspecto, a Faculdade de Ciências Econômicas transcendeu os limites da cidade, do estado e mostrou-se pioneira, inovadora, contemporânea e sintonizada às melhores tendências das ciências sociais daquela época. Isto é, desgarrou-se dos limites da cidade moderna, mas, ainda acanhada, sertaneja das minas e das gerais, e buscou referências mais amplas, universalizou-se. É esta trajetória que cumpre traçar em suas vicissitudes e tensões.

2. A FACE DA ESCOLA

O estudo das ciências econômicas no Brasil, como campo especializado, é do início do século XX. Em 1905, durante o governo Rodrigues Alves, há sanção de lei federal que normatizou o ensino nas "escolas de comércio" matrizes das atuais Faculdades de Ciências Econômicas. Até então, o ensino superior de ciências econômicas, por meio das disciplinas de **economia política**, era ministrado nas Faculdades de Direito e nas Escolas Politécnicas.

Em sua regulamentação de 1905 as Escolas de Comércio tinham como finalidade formar agentes consulares, atuários das companhias de seguro e contadores dos estabelecimentos bancários e comerciais. Em 1926 há nova legislação sobre a matéria estabelecendo-se as normas para o funcionamento dos "cursos de Ciências Econômicas e Comerciais", o que significou a imposição de uma estrutura curricular ainda bastante longe do estudo sistemático da teoria econômica.

Em 1931, nova reforma do ensino das ciências econômicas, com mudança de nome das instituições para "Cursos Superiores de Administração e Finanças"; finalmente, em 1945, há a reforma que atualizará o ensino das ciências econômicas à luz do quadro internacional. Esta reforma, inspirada nos trabalhos dos professores Maurice Bye e Octavio Gouvêia de Bulhões, estabeleceu a seguinte estrutura curricular:

Primeiro ano: Curso Geral de Economia Política; Estrutura das Organizações Econômicas; Geografia Econômica Geral e do Brasil; Matemática Superior; e Trabalhos Práticos.

Segundo ano: Teoria de Valor e da Formação de Preços; Teoria da Moeda e do Crédito; Estatística; História Econômica Geral e do Brasil e Trabalhos Práticos;

Terceiro ano: Teoria da Repartição da Renda Social; Teoria do Comércio e dos Câmbios Internacionais; Métodos Estatísticos e Matemática Aplicáveis à Economia; Ciência das Finanças e Trabalhos Práticos; e

Quarto ano: Teoria da Evolução Econômica e Política de Conjuntura; Estudo Comparado dos Regimes Econômicos; Sociologia e Economia; História das Doutrinas Econômicas; e Preparo de Teses.

O ensino de economia e a prática profissional do economista serão regulamentados pelos seguintes dispositivos:

a) nas faculdades de Ciências Econômicas, de acordo com os dispositivos do ensino superior de Ciências Econômicas do Decreto-lei número 7.988, de 22 de setembro de 1945. A Universidade do Brasil e, na maioria das Unidades da Federação, as Universidades estaduais e as confessionais organizaram Faculdades de Ciências Econômicas de acordo com as suas prescrições;

b) o ensino é também ministrado por Faculdades de Ciências Econômicas privadas, postas sob o controle do Estado e submetidas às prescrições do Decreto-lei de 1938, relativas à organização do ensino superior.

A modernização do aparelho do Estado empreendida pós-1930, a aceleração do processo de industrialização, a diversificação e complexificação das estruturas econômicas, a emergência e expansão das estruturas previdenciárias e de seguros, são os estímulos fundamentais para a modernização e sofisticação do ensino e da pesquisa em administração pública e de empresas, ciências contábeis e atuariais, como refletem os exemplos da criação do Departamento de Administração do Serviço Público-DASP, em 1938, do surgimento da Escola Brasileira de Administração Pública, em 1952, dos cursos de ciências contábeis e atuariais, na década de 40, e do curso de administração de empresas, na década de 50.

A Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG nasceu da

criação, em 20 de dezembro de 1941, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, instituição anexa à Escola Técnica de Comércio de Minas Gerais. Oferecendo o curso superior de Administração e Finanças, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais fundiu-se, em 1942, com a Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Finanças. Em 1945, a instituição resultante dessa fusão, que continuou a se chamar Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, foi reorganizada, dando início ao que se vai chamar, aqui, de segunda fase da FACE. Funcionando inicialmente na Avenida Augusto de Lima, nº 104, passou a funcionar à rua Guajajaras, no 496, esquina da Rua Espírito Santo.

A primeira Diretoria da instituição criada em 1941 era composta pelos seguintes membros: Reitor - Dr. João Franzen de Lima; Conselho Diretor - Professores Olegário Memória de Oliveira, José Monteiro de Castro, Aguinaldo Sérvulo Botelho e Carlos Horta Pereira.

Em 15 de dezembro de 1944, dando notícia da primeira turma de formandos da Faculdade, o jornal **Estado de Minas** faz um resumo das finalidades do curso superior de Administração e Finanças:

> *"...preparar técnicos em finanças e administração; preparar trabalhadores para o exercício de altas atividades na indústria, no comércio e na administração pública; preparar profissionais para o exercício de atividades de ordem técnica; preparar professores para o ensino comercial e de finanças; preparar jovens para a carreira de adidos comerciais e consulares".*

Essa primeira turma, com trinta e quatro formandos, tendo como paraninfo o Dr. Américo René Giannetti, colou grau na manhã de 14 de dezembro de 1944, no Cine Teatro Brasil, tendo sido oferecido, à noite, um baile no Minas Tênis Clube.

A especialização profissional e uma maior definição teórica e metodológica nos estudos de ciências econômicas, contábeis e atuariais são consagradas no Decreto-lei no 7988, de 22 de setembro de 1945, que dispõe sobre a organização dos cursos de ciências econômicas, contábeis e atuariais. Contudo, já antes disso, a

Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais vinha planejando a reforma de seus cursos, como dá conta a mesma matéria do **Estado de Minas** (1944), citada, quando diz:

> *"... o instituto criado recentemente em Belo Horizonte passará em breve por grandes modificações, de maneira a transformar-se em verdadeiro estabelecimento modelo. Essa reforma da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais obedecerá ao padrão dos institutos do tipo americano, do qual se aproximam outros estabelecimentos congêneres já existentes no Brasil".*

A reforma, já projetada em 1944, virá em 1945 com a reorganização da Faculdade, que, ainda mantendo o mesmo nome, é refundada em 5 de março de 1945. A grande novidade dessa refundação é o apoio decisivo das elites econômicas e políticas mineiras. Industriais, banqueiros, comerciantes e políticos vão dar o suporte, mais político que material, que a Faculdade utilizará para seu rápido processo de expansão e modernização.

A Faculdade, nesse sentido, se inscreve numa onda de expansão e modernização do aparato produtivo e gerencial da economia mineira, expressas na criação da Cidade Industrial de Contagem e numa série de projetos de investimentos que ocorrerão em Minas Gerais depois da Segunda Guerra Mundial.

Em 8 de março de 1945 reúne-se, pela primeira vez, a Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas, que escolheu o Diretor e Vice-Diretor, respectivamente os professores Emílio Guimarães Moura e Rodolfo de Abreu Bhering. Secretariou a reunião o senhor Mário da Gama Cerqueira e estavam presentes os seguintes membros: Aníbal Vaz de Melo, Joakim Sena Jeronimo, Rodolfo de Abreu Bhering, Osvaldo Junqueira, Yvon Leite de Magalhães Pinto, João da Silva Pimenta, Petrônio de Assis Fonseca, Paulo Campos Guimarães e Arduíno Fontes Bolivar. Também nessa reunião, foram nominados os fundadores da Faculdade, sendo eles os professores: Olegário Memória de Oliveira, Aguinaldo Sérvulo Botelho, João Franzen de Lima, Carlos Horta Pereira, José Monteiro da Costa e Abel Fagundes.

A administração da Faculdade, segundo seus estatutos registrados a 2 de junho de 1945, seria exercida por um Conselho Superior Administrativo, pela Congregação e pelo Diretor. O Conselho Superior Administrativo, em sua composição e atribuições, expressa essa segunda fase da Faculdade marcada por forte presença empresarial e política. Em seu Artigo 5o, os Estatutos definiram a composição do Conselho Superior Administrativo assim:

1. três professores catedráticos representantes da Congregação, eleitos por esta, com mandato de três anos;
2. um representante de cada uma das associações de classes, estabelecimentos bancários, comerciais e industriais e de instituições outras, que contribuírem financeiramente para a formação do patrimônio da Faculdade ou que prestarem à mesma serviços de relevância, mediante proposta apresentada pela Congregação (Universidade de Minas Gerais, Estatutos do Instituto de Sociologia e Política, Belo Horizonte, 1945, p. 8).

As funções deste Conselho Superior Administrativo são:

Artigo 6o: 1) exercer a fiscalização superior administrativa e financeira do patrimônio da Faculdade; 2) autorizar a aquisição ou eliminação dos bens patrimoniais da Faculdade; aprovar o orçamento anual da Faculdade, assim como as contas e balanços do exercício financeiro" (Universidade de Minas Gerais, 1945, p. 5).

A primeira composição do Conselho Superior Administrativo foi a seguinte:

Presidente: Dr. Sandoval Soares de Azevedo, representante do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais.

Vice-Presidente: Dr. Antônio Mourão Guimarães, representante do Banco de Minas Gerais;

Demais membros:

Dr. Francisco Balbino Noronha Almeida, representante do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais.

Dr. José Martins Prates, representante do Banco Mineiro da Produção;

Dr. Clemente de Faria, representante do Banco da Lavoura de Minas Gerais;

Dr. Waldomiro Magalhães Pinto, representante do Banco Nacional de Minas Gerais;

Dr. Oscar Negrão de Lima, representante do Banco de Crédito e Comércio de Minas Gerais;

Dr. Djalma Pinheiro Chagas, representante do Banco do Distrito Federal;

Dr. Christiano França Teixeira Guimarães, representante do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais;

Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, representante da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;

Dr. Paulo Gontijo, representante da Associação Comercial de Minas Gerais;

Dr. Américo René Giannetti, representante da Federação das Indústrias de Minas Gerais;

Cel. Caetano Vasconcelos, representante da Federação do Comércio de Minas Gerais;

Dr. Lincoln Moreira dos Santos Pena, representante da Indústria dos transportes;

Professor Olegário M. de Oliveira, representante da Escola Técnica de Comércio de Minas Gerais.

Em 5 de novembro de 1947, os cursos da Faculdade e seu corpo docente foram reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação. Em 12 de maio de 1948, é criado o Instituto de Pesquisas Econômicas, numa iniciativa da Faculdade, em colaboração com as entidades representativas das classes empresariais de Minas Gerais. Em 17 de janeiro de 1948, o Conselho Universitário da Universidade de Minas Gerais aprova a incorporação da Faculdade à UFMG, e pela lei no 971, de 16 de dezembro de 1949, a Universidade de Minas Gerais é federalizada.

Em consonância com o Decreto-lei no 7988, de 22 de setembro de 1945, a Faculdade extinguiu o curso superior de Administração e Finanças e passou a oferecer, a partir do ano letivo de 1946, dois cursos: o de Ciências Econômicas e o de Ciências Contábeis e Atuariais.

Em 20 de fevereiro de 1946, o professor Emílio Guimarães Moura renuncia ao seu mandato de Diretor da Faculdade, sendo eleito

para substituí-lo o professor Yvon Leite de Magalhães Pinto, que toma posse em 9 de março de 1946.

A estrutura curricular criada com o Decreto-lei no 7988 denota considerável avanço com relação ao currículo regido pelo Decreto 20.158 de 1931. A introdução, no Curso de Ciências Econômicas, das disciplinas quantitativas (Matemática e Estatística) e das disciplinas de teoria econômica (Valor e formação dos preços: Moeda e crédito; Repartição da renda nacional), evidencia avanços importantes na modernização das ciências econômicas no Brasil. Da mesma forma a estrutura do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais expressa modernidade e sintonia com a transformação dos sistemas econômico, securitário e previdenciário brasileiros em curso naquele momento.

Um aspecto particularmente interessante desses primeiros tempos da Faculdade é o referente aos seus fundadores e primeiros colaboradores. A Faculdade nasceu de uma interação complexa de vários matizes teóricos, práticos e profissionais. Entre os pioneiros da Faculdade, contam-se desde o poeta importante do modernismo mineiro, Emílio Moura, ao banqueiro e político José de Magalhães Pinto; do grande estudioso do humanismo clássico que foi Arduíno Fontes Bolivar, formado pelo Caraça, aos políticos udenistas, como José Monteiro de Castro, Guilherme Machado, e pessedistas, como Lucas Lopes e Juscelino Kubitschek de Oliveira. Banqueiros, intelectuais, políticos, poetas, contadores, advogados, uma amálgama de influências que marcaram a Faculdade fazendo dela, desde o início, um projeto aberto e complexo, em que a modernização acabou sendo a grande resultante das várias perspectivas presentes em sua formação.

A gestão do professor Yvon Leite de Magalhães Pinto (1946-1960) é considerada, com razão, o grande momento da Faculdade de Ciências Econômicas. Sob sua direção a Faculdade consolidou-se material e academicamente. É deste período o fundamental do projeto de modernização da Faculdade: a construção da sede própria, inaugurada em 1954; a ampliação da biblioteca; a criação da **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas**, de 1952; a instituição do regime de tempo integral para professores e pesquisadores, em 1951; a instituição do sistema de Bolsas de Estudos para alunos de graduação, em 1954; a criação do curso de Ciências

Atuariais, em 1951; a criação do curso de Administração Pública, em 1952; a criação do curso de Sociologia e Política, em 1952; a criação do curso de Administração de Empresas, em 1954.

Nestes cinqüenta e seis anos a Faculdade de Ciências Econômicas formou mais de cinco mil profissionais graduados e cerca de quinhentos pós-graduados com os títulos de mestres e doutores.

3. A ESCOLA E A CIDADE: CONTRADIÇÕES

A Faculdade de Ciências Econômicas viveu, nos limites da sua especificidade, as grandes questões que marcaram a história brasileira dos últimos cinqüenta anos. A Faculdade foi palco e sujeito das discussões, das vicissitudes, dos impasses, das disputas, das tensões, das virtudes e mazelas, que marcaram esta época decisiva de nossa trajetória histórica. Experimentou a euforia do desenvolvimentismo e da modernização dos anos 50, viveu o amargor e a asfixia da ditadura militar. Resistiu e aderiu, foi altiva e, às vezes, acovardou-se. Formou ministros de Estado, secretários, dirigentes de empresas, banqueiros, mas, também, formou combatentes, militantes socialistas, gente que se indigna com a miséria e a opressão, que se recusa a aceitar o mercado como valor absoluto.

O clima geral de politização, que se vivia naquela época, marcou a Faculdade pelas circunstâncias mesmas de abrigar um centro de estudos em ciências sociais, que contemplava a sociologia, a política, a administração pública e a economia. O debate intenso e a politização são as marcas gerais do período e da Faculdade.

Um indicador disso é o movimento estudantil. O Diretório Acadêmico, criado em 1953 e marcado, nos seus primórdios, por enorme timidez de propósitos e ações, já em 1956 adere a duas greves gerais nacionais deflagradas pela União Nacional dos Estudantes - UNE, dando origem a uma matriz geradora de lideranças importantes do movimento estudantil, tanto no plano regional quanto no nacional.

Essa densa politização é, também, a matriz de organizações

políticas. A **Ação Popular**, grupo de católicos de esquerda nascida em Minas Gerais, teve um dos seus núcleos fundamentais de criação e organização na FACE. Também a Organização Revolucionária Marxista - POLOP, o Partido Comunista Brasileiro - PCB, o Partido Comunista do Brasil, PC do B, o Comando de Libertação Nacional - COLINA terão, na Faculdade de Ciências Econômicas, núcleos importantes.

Essa onda de politização, de reflexão e debate, se expressa, ainda, nos seus cursos e na produção acadêmica. Um exemplo disso é a criação, em 1961, da Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS, que combinou, exemplarmente, o engajamento no grande debate que se travava sobre a necessidade das reformas e a excelência acadêmica. Dirigida pelo professor Júlio Barbosa, a RBCS circulou entre 1961 e 1966, num total de seis números, editando autores importantes nas ciências sociais, no plano nacional e internacional.

Além da Revista Brasileira de Ciências Sociais, editou-se, também na Faculdade, por iniciativa do Diretório Acadêmico, a Revista de Estudos Sociais - RES, que circulou, em 1965, o primeiro número e, em 1968, o seu segundo e último número. Os trabalhos publicados pela RES são, em sua maioria, de estudantes da Faculdade. Tanto a RBCS quanto a RES sinalizam um quadro de reflexão e pesquisa atualizados, por parte do corpos docente e discente, o que demonstra a vitalidade e a eficiência do projeto acadêmico da Faculdade.

O golpe militar de 1964 e o seu desdobramento em 1968 interromperam o ascenso do movimento de massas e da implantação das Reformas de Base que se discutiam então. No campo Universitário, ele significou a cassação e aposentadoria de muitos dos melhores quadros da Universidade, obrigados a abandonar o País e as pesquisas que desenvolviam, com consideráveis prejuízos para a ciência e a tecnologia brasileiras. Tempos obscuros de repressão e violência contra tudo que não apoiasse a nova ordem implantada.

Na FACE, a ditadura militar provocou imediatas e sérias conseqüências: professores e pesquisadores foram afastados, um número da **Revista Brasileira de Ciências Sociais** foi apreendido e impedido de circular, houve intervenção no Diretório Acadêmico. A Diretoria interventora, expressando os novos tempos, decidiu, em

reunião de 30 de abril de 1964, "enviar telegrama de apoio ao Presidente Castelo Branco".

Cinco pesquisadores e professores da Faculdade, com destacada participação política, responderam a inquéritos administrativos, sendo todos afastados de suas funções. Todos eles se mostraram, depois, nomes importantes das ciências sociais brasileiras, quais sejam: Herbet José de Souza, Simon Schwartzman, José Nilo Tavares, Marcos Magalhães Rubinger e Theotônio dos Santos Júnior.

No campo das ciências econômicas e administrativas, das ciências sociais em geral, dos institutos de pesquisa e universidades, da imprensa e da indústria cultural, das artes e da cultura, vai se assistir à perversa combinação de modernização e repressão. A censura e a pasteurização cultural, a indústria cultural interditando a dimensão fundamental da cultura, que é a crítica, a diferença, a alteridade. A vitória do único, do mesmo, a banalização da ideologia do individualismo.

A repressão, a cassação de mandatos, a aplicação de expedientes punitivos, como o Decreto-lei 477, são instrumentos utilizados contra a universidade que resiste. De outro lado, há um projeto modernizante, a Reforma Universitária, que, encampando algumas das bandeiras do movimento estudantil e movimento docente, dá a elas dimensão conservadora e autoritária.

A combinação de repressão e modernização, marcas do projeto educacional da ditadura militar, abrange todos os campos do conhecimento, afastando de suas funções físicos e biólogos, que, impedidos de trabalhar no Brasil, reconstruíram suas carreiras no exterior, com brilho e competência.

No campo das ciências sociais, a repressão foi mais intensa e ocasionou, certamente, inestimáveis perdas, pela interdição de temas e objetos de pesquisa, pela interrupção do processo de formação de pesquisadores, pela asfixia a toda manifestação de pensamento crítico que se deu então.

No campo das ciências econômicas, esses tempos de modernização e repressão significaram a implantação de programas de pós-graduação, que se trouxeram novos instrumentos metodológicos e teóricos, a sofisticação e formalização de modelos, significaram também uma relativa interdição das grandes questões

nacionais, um significativo silêncio sobre o caráter excludente e marginalizador de nossa economia, de sua recorrente debilidade externa e contradições estruturais.

Abriram-se, conseqüentemente, as portas para uma crescente ida de profissionais brasileiros, sobretudo para programas de Doutoramento nos Estados Unidos. Baniu-se a contradição, o conflito, as desigualdades do universo das preocupações da economia. A economia passou a considerar objetos legítimos de análise apenas aqueles que pudessem encaixar-se num modelo formal. Daí, perguntas fundamentais foram abandonadas, questões decisivas para a sociedade foram desconsideradas.

A FACE vive intensamente esses processos. E, em 1968, por imposição legal, que impedia a duplicação de cursos e por pressão da ala mais conservadora de seus professores, vai ser transferido para a Faculdade de Filosofia o curso de Sociologia e Política. Com isso, pretendia-se bloquear a interação política e interdisciplinar que tinham feito, da FACE, um centro de pensamento e de ação críticos.

Um balanço desses cinqüenta anos da FACE leva-nos a algumas conclusões importantes. Em primeiro lugar, destaca-se a qualificação dos cursos de Graduação da Faculdade, hoje reduzidos a três - Economia, Administração e Ciências Contábeis -, que se contam entre os melhores do País em seus campos. Em segundo lugar, registre-se também a consolidação do ensino e da pesquisa de Pós-Graduação e a considerável melhoria da qualificação de seu corpo docente.

No campo do corpo discente lembre-se a manutenção do sistema de Bolsas, hoje com apoio da CAPES. No campo da infra-estrutura, a FACE conta, atualmente, com uma importante base computacional, das mais avançadas da UFMG.

Todos esses aspectos positivos não devem obscurecer as enormes dificuldades por que passa a Universidade brasileira pública e gratuita, ameaçada e ferida por uma política de sucateamento expressa nas restrições orçamentárias, no achatamento salarial de professores e funcionários.

Em termos de perspectivas, vale a pena destacar algumas questões. Do ponto de vista do objeto, não é ocioso insistir em que o compromisso da Universidade é com a emancipação social e que, nesse sentido, é fundamental que a FACE reafirme o caráter

social de seu objeto e de seu campo de atuação. Isto é, que os estudos e as pesquisas praticadas na FACE não podem perder de vista a sua dimensão crítica, sua sintonia e comprometimento com a solução das grandes questões regionais, nacionais, internacionais do ponto de vista da grande maioria da nossa população, até aqui, excluída dos frutos da riqueza e do progresso material e social.

Isso significa dizer que, no Brasil, há um duplo desafio a vencer. De um lado, criar condições para a incorporação à cidadania da grande maioria da população, totalmente excluída de direitos elementares - educação, saúde, saneamento, habitação, alimentação e trabalho. De outro, preparar o País para o terceiro milênio, para a apropriação das novas tecnologias, para a busca de uma inserção superior na nova ordem internacional em gestação e que parece, de novo, condenar-nos à condição de periferia, ainda mais pobre do que já somos.

Há um papel importante para a Universidade nesse contexto. O nosso desafio é também o dessa dupla revolução. Uma revolução que emancipe a grande maioria da população da miséria e da ausência de cidadania e uma revolução que crie as condições para que sejamos contemporâneos do futuro que já bate à porta. Tarefas imensas, em que a única garantia do êxito depende da ampliação permanente da democracia.

FACULDADE DE MEDICINA

Acervo APUBH

A TRAJETÓRIA DA FACULDADE DE MEDICINA NOS 70 ANOS DA UFMG

CID VELOSO
Foi Diretor da Faculdade de Medicina da UFMG em 1980/82, Diretor do Hospital das Clínicas em 1983/86 e Reitor da UFMG em 1986/90.

A Faculdade de Medicina, criada em 1911, foi uma das quatro Unidades que constituíram a UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS-UMG em 1927 e que foi federalizada em 1949. As outras três foram a Faculdade de Direito, a Escola de Engenharia e a Escola de Odontologia e Farmácia.

A Faculdade de Medicina de Belo Horizonte foi a quarta a ser criada no Brasil. As três primeiras foram instaladas em Salvador, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, sendo a de Belo Horizonte a primeira a se estabelecer no interior do País, afastada do litoral, acompanhando a perspectiva de exploração do ferro do Estado.

Posteriormente, foram criadas em Minas Gerais mais 9 escolas de Medicina, tendo como importante referência a Faculdade de Medicina da UFMG que, além da influência pedagógica e científica, emprestou professores das mais diversas áreas de ensino, além de ter formado grande parte dos docentes e dirigentes dessas novas escolas.

A Faculdade de Medicina da UFMG formou, até agora, cerca de 11.420 médicos em 102 turmas.

ATENÇÃO À SAÚDE

Uma das maiores contribuições que a Faculdade de Medicina da UFMG vem prestando à sociedade é a atenção à saúde. O atendimento prestado pelo seu Hospital das Clínicas mantém, como características marcantes, a **qualidade** e a **universalidade**, as quais representam motivo de orgulho para todos os que ali trabalham. Essas características são responsáveis pelo alto custo do funcionamento hospitalar e pelas dificuldades financeiras que a instituição continuamente vem enfrentando. A elevada **qualidade** dos serviços profissionais constituiu, ao longo do tempo, a tônica do atendimento desse Hospital, um dos poucos no país que sempre manteve o número de enfermeiros de nível superior recomendado pelos padrões internacionais. Além disso, foi pioneiro em muitas inovações: serviço de nutrição, controle de infecção hospitalar, pesquisa controlada, padronização de medicamentos, administração não amadorística, residência médica organizada, tempo integral de docentes, CTI, cateterismo cardíaco, cirurgias cardíacas, implantação de marca-passo cardíaco, endoscopia digestiva, transplante de córnea, transplante de rim, transplante de fígado, transplante de medula óssea, alojamento conjunto em obstetrícia, atendimento da AIDS e muitas outras. Do final dos anos 70 até agora, o Hospital das Clínicas tem passado por grandes dificuldades, decorrentes da diminuição dos recursos orçamentários provenientes do Ministério da Educação e dos desacertos do Sistema Único de Saúde. A **universalidade**, isto é, o atendimento a todos cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, previdenciária ou de possuírem plano de saúde privado, sempre foi mantida pelo Hospital, mesmo nas suas piores crises financeiras.

O Hospital tem formado inúmeros especialistas por meio do programa de Residência Médica: atualmente, 247 médicos realizam seus cursos em 25 especialidades.

CURRÍCULO MÉDICO EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

Com relação ao currículo médico da Faculdade de Medicina da UFMG, várias mudanças foram realizadas desde a sua criação:

em 1923, 1955, 1958 e 1964, ano em que o curso passou a ser ministrado em cinco anos. Em 1975, entretanto, ocorreu a mais importante, revolucionária e inovadora reformulação curricular dessa Faculdade, que foi pioneira no País e serviu de modelo para inúmeras modificações que se verificaram, a partir desse ano, em outras escolas brasileiras. O processo iniciou-se em 1971 e teve ampla participação estudantil e de profissionais de outras áreas da Universidade, em especial pedagogos, sociólogos e psicólogos. Após intensas pesquisas e prolongado debate, foi realizado o I Seminário de Educação Médica, em junho de 1974, na própria Faculdade, quando a nova proposta curricular foi aprovada. Essa proposta previa, basicamente, a formação de um médico generalista, imerso na realidade de saúde do País, mediante uma atuação direta do aluno na prática médica, eliminando-se a dicotomia preventiva/curativa. Para isso, foram abolidas as disciplinas de especialidades médicas -a formação especializada seria feita na Residência Médica-; foram eliminadas as aulas teóricas -o conteúdo teórico do curso seria discutido durante as práticas-; os alunos foram deslocados de uma formação eminentemente intra-hospitalar para o atendimento ambulatorial -desde o ambulatório do Hospital das Clínicas, até os postos de saúde da Capital e do interior do Estado-; foram criadas duas disciplinas pioneiras no Brasil: **Internato Rural** obrigatório, em que o aluno é levado a morar e trabalhar por três meses, em cidades pequenas do interior do Estado, sob supervisão docente; e **Prática Hospitalar**, que faz o aluno percorrer e desempenhar atividades práticas em todos os seus setores: arquivo médico e estatística, administração, almoxarifado, enfermagem, farmácia, nutrição e dietética, lavanderia, esterilização, serviço social, banco de sangue e laboratórios.

Para dar suporte a essa reformulação curricular, o Hospital das Clínicas sofreu, também, uma modificação profunda em sua estrutura e funcionamento, passando de um amontoado de clínicas autônomas a um hospital moderno, ágil, com administração unificada. A mais importante modificação política ocorrida, nessa época, foi a transformação do Hospital, até então vinculado política e administrativamente apenas à Faculdade, em Hospital das Clínicas da UFMG, órgão suplementar de cuja condução todas as unidades da Universidade que ali atuavam passaram a participar.

Essa modificação curricular enfrentou diversas resistências na época. Em 1988, entretanto, educadores médicos de todo o mundo subscreveram a declaração de Edimburgo, que preconizava mudanças quase idênticas às praticadas na UFMG desde 1975. A avaliação de egressos feita pela profa. Ceres Pinheiro, em tese de doutorado defendida na UNICAMP, mostra com objetividade o acerto do modelo adotado.

LIDERANÇAS DOCENTES NAS ÁREAS CLÍNICAS

Alguns professores exerceram grande influência nas áreas clínicas da Faculdade, tendo formado escolas que disseminaram profissionais e professores pelo Estado e pelo país: na Cirurgia, professores Aparício Silva de Assis, Borges da Costa, David Rabelo, Hilton Rocha, Hugo Werneck, João Resende Alves, José Henrique Matta Machado, Luiz Adelmo Lodi, Luiz Andrés Ribeiro de Oliveira e Rivadávia Gusmão; na Clínica Médica, professores Alfredo Balena, Antônio Aleixo, Caio Benjamim Dias, Ênio Leão, João Galizzi, Joaquim Romeu Cançado e Oswaldo Mello Campos.

LIVROS DIDÁTICOS PUBLICADOS

Importante vocação de **professores** e **ex-alunos** da Faculdade é a de publicar livros didáticos, adotados em todo o País, regularmente. Um levantamento a propósito comprova 35 livros didáticos já publicados, versando sobre diversas áreas do ensino médico.

PESQUISA

A Faculdade de Medicina da UFMG formou, também, inúmeros pesquisadores de grande projeção nacional e internacional. Dois deles têm tido destaque especial: o prof. Wilson Beraldo é o autor brasileiro mais citado em periódicos internacionais, por suas inúmeras pesquisas publicadas, especialmente a descoberta da bradicinina, junto com os cientistas Rocha e Silva e Gastão Rosenfeld; e o prof. Oswaldo Costa é o autor brasileiro mais

citado em tratados médicos no mundo, pelo livro que escreveu - *Acroceratoses*- e pelas doenças que descobriu, especialmente a *Acroceratoelastoidose* familial. Tiveram grande importância no desenvolvimento da pesquisa na Unidade os professores Baeta Viana, Bogliolo e DiDio. O prof. Baeta Viana, além da grande escola bioquímica que formou, organizou a Biblioteca da instituição, criou a Fundação Universitária Mendes Pimentel-FUMP e fundou o Hospital da Baleia. A contribuição científica da Faculdade foi muito importante, desde os primeiros tempos, destacando-se em linhas de pesquisa que ajudaram a ampliar a fronteira da ciência médica. A mais antiga delas diz respeito ao *escorpionismo*: iniciada com a descrição do escorpião *T. serrulatus* por Mello Campos e tendo continuidade com Otávio Magalhães, Carlos Diniz, Lineu Freire Maia, José Renan da Cunha Melo e Carlos Faria Amaral, que continuam publicando trabalhos sobre o tema. Duas doenças foram objeto de grande número de pesquisas: a *doença de Chagas* e a *esquistossomose*, em todos seus aspectos - parasitologia, bioquímica, patologia, fisiopatologia, imunologia, clínica, exames complementares, farmacologia, cirurgia, epidemiologia e prevenção. Na *doença de Chagas*, destacam-se os trabalhos de João Amilcar Salgado, que fez a revisão, em 1961, do primeiro caso humano da doença, descrito por Carlos Chagas em 1909 -caso Berenice-; de João Carlos Pinto Dias, sobre a epidemiologia e prevenção; de Joaquim Romeu Cançado, sobre a terapêutica medicamentosa; Pedro Raso, sobre a cardiopatia e Washington Tafuri, sobre a denervação do tubo digestivo. Na *esquistossomose*, destacam-se os trabalhos de Amilcar Vianna Martins, sobre a parasitologia, Caio Benjamim Dias, sobre a forma hépato-esplênica e a terapêutica medicamentosa e Luigi Bogliolo, sobre as lesões hepáticas da doença. O trabalho de Marcelo Campos Christo, elaborado em 196l, sobre esplenectomia parcial teve grande importância no desenvolvimento das cirurgias que permitiram poupar porções significativas dos órgãos. A profa. Dulciene Queiroz adquiriu projeção internacional, com a descoberta do meio de cultura do *Helicobacter pylori*, sendo que o grupo de pesquisas, liderado pelo prof. Luiz de Paula Castro, é um dos quatro mais importantes do mundo, no estudo clínico das doenças produzidas por esta bactéria. O Centro de Pesquisa da Faculdade fez,

recentemente, um levantamento das linhas de pesquisa mais importantes nos últimos anos: além das citadas acima, câncer - várias localizações e vários enfoques, transplantes de órgãos, fertilização assistida e infertilidade, contracepção feminina, medicina fetal, gastroenterologia pediátrica e diarréias na infância, HIV e AIDS saúde do trabalhador, anatomia patológica das nefropatias humanas e experimentais, onco-hematologia -especialmente as leucemias- na infância e nutrição/desnutrição na infância. Outras linhas de pesquisa relevantes da Faculdade: salmonelose septicêmica, blastomicose, leishmaniose cutânea e visceral, parasitoses intestinais, neuropatologia, gestante de alto risco, pesquisas em oftalmologia -catarata congênita, glaucoma, doenças da retina, AIDS-, toxicologia, febre reumática e doenças genéticas, entre outras.

Atualmente, as pesquisas estão mais concentradas nos cursos de Pós-Graduação -Mestrado e Doutorado-: Cirurgia, Dermatologia, Gastroenterologia, Ginecologia/Obstetrícia, Medicina Tropical, Oftalmologia e Patologia, Pediatria e Saúde Pública, em que estão matriculados 301 alunos.

PROJETOS DE EXTENSÃO

Além das atividades de extensão do Hospital das Clínicas e do Internato Rural, citados anteriormente, a Faculdade de Medicina envolveu-se em vários outros projetos. Participou do **Projeto Metropolitano** desenvolvido pela UFMG, a partir de 1976, envolvendo várias unidades, em ações interdisciplinares, visando melhorar a qualidade de vida na região metropolitana de Belo Horizonte. Participou do **Programa Transetorial de Ações Comunitárias (PTAC)** iniciado em 1986, que envolveu também várias unidades em ações interdisciplinares junto à população mineira. Em 1994, foi criado o Programa de Integração da Área da Saúde da UFMG com o Sistema Único de Saúde e a Comunidade, o **Pró-Saúde**, também interdisciplinar, visando um trabalho articulado, para a inserção da UFMG no sistema público de saúde. Desde 1995, a Faculdade tem participado intensivamente no treinamento de profissionais de saúde, para viabilizar a implantação do **Programa de Saúde da Família**, que vem sendo feita pela Secretaria de Estado da Saúde. No ano

corrente, está sendo iniciada a implantação do **Projeto Manuelzão**, por iniciativa do Internato Rural da Faculdade, visando revitalizar a região da sub-bacia do Rio das Velhas, com enfoque na saúde, meio ambiente e desenvolvimento econômico com vida saudável.

ALUNOS ILUSTRES

A Faculdade de Medicina da UFMG formou inúmeros médicos que se tornaram ilustres. Certamente, foi a única Faculdade de Medicina do país a ter um ex-aluno como Presidente da República: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Além dele, outros de seus alunos e/ou professores tiveram projeção política relevante: o Ministro Washington Pires; o Ministro e Governador do Estado Clóvis Salgado; o Governador do Estado de Goiás e Ministro Henrique Santillo; o Senador Darcy Ribeiro - ele fazia questão de dizer que fora aluno do curso pré-médico, mas não seguiu a carreira médica, tornando-se antropólogo; o Secretário de Estado e candidato a Governador de Minas Roberto Rezende; o Deputado Fedèral e Prefeito Célio de Castro; os Deputados Federais Armando Costa, Carlos Cotta, Dalton Canabrava, Dario Tavares, Fábio Fonseca, José Elias Murad, José Luiz Guedes, José Maria Magalhães e José Saraiva Felipe; os atuais Secretários de Estado Agostinho Patrús, Eduardo Barbosa, José Rafael Guerra Pinto Coelho e Sílvio Mitre e muitos outros. Uma médica também se destacou, exercendo atividade política: a dra. Maria Tófani Gontijo -foi eleita vereadora em Belo Horizonte por duas legislaturas, além de ter sido importante sanitarista, que praticamente erradicou a *raiva humana* no Estado. A Faculdade formou, ainda, médicos que se projetaram nacional e internacionalmente: Dalton Chamone, Hélio Pellegrino, Hilton Rocha, Ivo Pitangui, Roberto Abdalla Moura e Sérgio Almeida de Oliveira, entre outros.

Os médicos formados pela Faculdade de Medicina da UFMG também tiveram particular vocação para as letras, com destaque para Guimarães Rosa e Pedro Nava e para os escritores de livros infantis Ângelo Machado e Ronaldo Simões Coelho. Tornaram-se também escritores importantes, entre outros, Hélio Pellegrino, Paulo Pinheiro Chagas, Luiz Savassi Rocha, Sílvio Miraglia, Apolo Heringer Lisboa -deste último, o livro *Escândalo no arraial das formigas* foi citado no **Book of the Year da Enciclopédia Britânica** de 1990-; Tasso

Ramos de Carvalho foi fundador e presidente da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais. . A vocação de muitos deles foi diversificada, ainda, em múltiplas atividades: Jota Dângelo destacou-se no teatro; o cartunista Luiz Oswaldo Rodrigues-LOR é, hoje, nome nacionalmente conhecido; Mercedo Moreira dirigiu o Conservatório Mineiro de Música - de 1952 a 1957; Chanina, Konstantino Christoff e Edson Razuk são nomes importantes nas artes plásticas; Teófilo Pires tornou-se radialista conhecido.

Docentes e alunos seus presidiram entidades nacionais: os profs. Luiz de Paula Castro e Benedictus Philadelpho de Siqueira foram presidentes da Associação Brasileira de Educação Médica-ABEM - este último exerceu, também, a primeira presidência da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-ABRASCO e, atualmente, é o presidente da Federação Panamericana de Faculdades de Medicina-FEPAFEM-; o prof. Hilton Rocha e o dr. Fernando Velloso foram presidentes da Associação Médica Brasileira; o acadêmico José Luiz Guedes foi presidente da União Nacional de Estudantes-UNE de 1966 a 1967.

Três professores da Faculdade foram nomeados Reitores da UFMG: Otaviano Ribeiro de Almeida, Otávio Magalhães e Cid Veloso. O prof. Caio Benjamim Dias foi Reitor da Universidade de Brasília.

Outra atividade que foi exercida por vários alunos da Faculdade foi o futebol: o prof. Oswaldo Costa foi goleiro do Atlético, com o apelido de "Perigoso"; o prof. Lucas Machado foi jogador do América; Mário de Castro, Meinberg -"Pinga"-, Jairo de Almeida, Haroldo Lopes da Costa e Marcial jogaram no Atlético -Marcial jogou também no Flamengo-; Álvaro Lopes Cançado -"Nariz"- jogou no Atlético, no Fluminense e no Botafogo, atuando ainda na Seleção Brasileira de 1938, não só como jogador mas também como médico; Amaury de Castro e Eduardo Gonçalves Andrade -"Tostão"- jogaram no Cruzeiro, tendo este último participado, ainda, da Seleção Brasileira.

A FACULDADE E A MEMÓRIA

A Faculdade de Medicina da UFMG, ao longo de toda sua história, sempre mostrou uma grande preocupação memorialística, incomum em outras instituições de ensino. Certamente, foi uma das

Unidades da UFMG que mais produziu textos sobre sua própria história. Já em 1927, Aurélio Pires publicou o livro *Faculdade de Medicina de Bello Horizonte - subsídios e documentos para a história da fundação da mesma*; em 1961, Mário Mendes Campos publicou *Cinqüentenário da Faculdade de Medicina da UMG*; em 1971, Hilton Rocha publicou *60 anos da Faculdade de Medicina da UFMG*; em 1996, Edison José Corrêa e Sebastião Gusmão publicaram *85 anos da Faculdade de Medicina da UFMG*; encontra-se em fase final de edição o livro sobre as cem turmas formadas pela Faculdade de Medicina, coordenado pelo dr. Fernando Araújo, sob responsabilidade da Associação dos Ex-alunos da Faculdade. Além disso, inúmeros artigos nessa linha têm sido publicados regularmente na *Revista Médica de Minas Gerais*. Deve-se destacar, a propósito, o minucioso e pitoresco relato dos primeiros anos da Faculdade feito pelo grande memorialista e ex-aluno da Faculdade Pedro Nava, em *Beira-mar*. Nela, formou-se, ainda, Pedro Salles, o maior historiador da medicina do Estado. Com essa tradição de cultuar a memória, a Faculdade foi pioneira, no Brasil, na criação, em 1977, do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais. Foi fundamental na concepção, implantação, desenvolvimento e direção desse Centro a figura de João Amilcar Salgado, que, até hoje, ali presta sua inestimável e enriquecedora contribuição. A criação desse Centro ocorreu juntamente com o início do funcionamento, em 1978, da disciplina optativa *História da Medicina*, prevista pela nova estrutura curricular.

A FACULDADE E A POLÍTICA

A Faculdade de Medicina da UFMG, por intermédio de seus alunos e professores, sempre esteve intimamente envolvida nos movimentos políticos, em diferentes épocas.

Em julho de 1918, partiu para a Europa um grupo de médicos e professores, chefiado pelo prof. Eduardo Borges da Costa, para atuar no *front* da Primeira Guerra Mundial, prestando cuidados médicos aos soldados.

Em 1932, grande número de professores assinaram um manifesto apoiando a Revolução Constitucionalista. No dia 30 de julho deste ano, liderados por Caio Benjamim Dias, Jaime Werneck,

Moura Gonçalves e outros, alunos fizeram um manifestação silenciosa pelas ruas da cidade, apoiando os constitucionalistas, sendo violentamente repelidos pela cavalaria da Polícia Militar. Recuaram para o pátio da Faculdade de Medicina, onde foram encurralados pela Polícia. Munidos de velhos fuzis, iniciaram, então, uma resistência aos militares. A tragédia do confronto foi evitada pelo prof. Otaviano Ribeiro de Almeida, também Tenente-Coronel da Polícia Militar, com uma ordem de retirada dos soldados.

Após o golpe de 1964, vários estudantes da Faculdade assumiram posição de liderança política contra o governo militar instalado, caindo na clandestinidade. Alguns exilaram-se em outros países: Ângelo Pezutti, Apollo Heringer Lisboa, Athos Magno Costa e Silva, Herbert Daniel, Jorge Nahas, José Luiz Guedes, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Maria José Nahas e Mário Roberto Galhardo Zanconatto -"Xuxu".

No dia 3 de maio de 1968, ocorreu um episódio que marcaria profundamente a história da Faculdade de Medicina da UFMG. Estudantes fizeram protesto na rua, em frente à Unidade, contra o governo ditatorial militar, arrecadando dinheiro dos transeuntes para financiar habeas corpus em favor de colegas presos. Pouco depois, chegou ao local um pelotão da Polícia Militar, que dissolveu a manifestação. Os estudantes, então, correram para a Faculdade, fechando as portas do prédio e erguendo barricadas de resistência, com mesas e cadeiras. O Diretor, prof. Oscar Versiani Caldeira, juntamente com outras 21 pessoas, inclusive professores, ficaram retidos no prédio, como reféns. Os alunos, em assembléia permanente, anunciaram que só os libertariam depois que a Congregação fizesse um reunião e lançasse nota oficial assumindo posição contrária às prisões de estudantes e favorável ao arquivamento dos inquéritos policiais militares que envolviam o movimento estudantil à época. Diante do impasse, o Diretor, após obter a autorização do Reitor da UFMG, solicitou a presença de força policial para libertar os reféns e retirar os estudantes rebelados. Atuaram como mediadores do conflito, tentando um entendimento com os alunos para contornar a crise, os professsores Amilcar Vianna Martins, Carlos Diniz e José Noronha Peres. O prof. Oscar Versiani foi retirado do terceiro andar da Faculdade, em escada de incêndio do Corpo de Bombeiros. Foram presos 154 estudantes -por 134

homens das Polícias Militar e Civil- sendo libertados 144 no dia seguinte . Curiosamente, esses acontecimentos coincidiram com a "revolução das barricadas", movimento estudantil ocorrido, então, em Paris.

Em 1977, a Faculdade de Medicina da UFMG foi escolhida como sede do Encontro Nacional de Estudantes-ENE, organizado pela extinta União Nacional de Estudantes-UNE e, pela primeira vez, desde a implantação do regime ditatorial militar, realizado abertamente. Apesar de ter obtido o consentimento tácito do Governador Aureliano Chaves, como sinalização da abertura política que então se iniciava, o Encontro foi dissolvido por militares, que invadiram o Campus da Saúde.

Em 1982, realizou-se, na Faculdade, a primeira eleição direta para Diretor de Unidade da história da UFMG. Na realidade, a eleição não foi exatamente direta, mas funcionou como uma consulta à comunidade -professores, alunos e funcionários técnico-administrativos- cujas indicações seriam levadas à Congregação, para elaboração da lista sêxtupla oficial. A eleição assim realizada, nesse ano, não foi considerada pela Congregação da Faculdade, que elaborou outra lista, sem nela incluir nenhum dos nomes escolhidos pela comunidade -fato que provocou uma greve geral na Unidade que, entretanto, não reverteu o processo-; os formandos deste ano, então, elegeram, como paraninfos, os seis professores mais votados pela comunidade. Em 1983, ocorreu a primeira eleição direta para a direção do Hospital das Clínicas e o seu Conselho acatou a lista eleita, que foi levada ao Reitor. Este indicou o mais votado pela comunidade. No ano de 1985, ocorreu a primeira eleição direta para Reitor da UFMG: o Conselho Universitário acatou a decisão da comunidade universitária, tendo sido nomeado pelo Presidente da República o mais votado. Nessas três oportunidades, que foram realmente as primeiras eleições diretas da história dessas instituições, elegeu-se o autor deste artigo.

A Faculdade de Medicina da UFMG teve, portanto, durante toda sua existência, participação marcante nos acontecimentos. Contribuiu também, por suas atividades institucionais e pela atuação de seus professores e alunos, para a melhoria das condições de

saúde da população e, ainda, para o desenvolvimento de várias outras atividades humanas.

BIBLIOGRAFIA

1- Corrêa, E.J. e Gusmão, S.N.S. *85 anos da Faculdade de Medicina da UFMG*, 1996.

2- Salgado, J.A. - Comunicação pessoal.

3- Campos, M.M. *Cinqüentenário da Faculdade de Medicina da UFMG*, 1961.

4- Colegiado do Curso de Medicina da UFMG. *O processo de desenvolvimento curricular em educação médica na UFMG*, 1976.

5- Mendes, R. e Couto, O.F.M. *A pesquisa na Faculdade de Medicina da UFMG: estudo de alguns indicadores.* Rev. Med. Minas Gerais, 6:17-20, 1996.

6- Pró-reitoria de Pesquisa da UFMG. *Catálogo de Linhas e Projetos de Pesquisa da UFMG*, 1996.

7- Pró-reitoria de Extensão da UFMG. *Programa de Extensão Universitária na região metropolitana de Belo Horizonte*, 1988.

8- Lisboa, A.H.; Leite, A.A. e Polignano, M.V. *Projeto Manuelzão*, 1997.

9- Sabino, G. - Comunicação pessoal.

10-Salgado, J.A. *O Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais.* Rev.Méd.Minas Gerais, 1:106-111, 1991.

11- Oliveira Filho, J. *A Faculdade de Medicina da UFMG nas revoluções de 30 e 32.* Rev. Med. Minas Gerais, 5:200-211, 1995.

12- Caldeira, O.V. *Ofício dirigido à Congregação da Faculdade de Medicina da UFMG.* - 04-05-68.



Acervo APUBH

CENTRO PEDAGÓGICO



Acervo APUBH

O SIGNIFICADO DAS ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO E MÉDIO NAS IFES

ADAIR CARVALHAIS JÚNIOR
Professor da Escola Fundamental do
Centro Pedagógico

Mais uma vez a discussão sobre o significado das Escolas de Ensino Básico e Médio nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é colocada. No entanto, parece-me claro que o contexto geral em que esta discussão hoje se insere em muito se diferencia das outras ocasiões e, de alguma maneira, determina os rumos da mesma. A Universidade brasileira vive, hoje, as discussões sobre a implantação de uma proposta de autonomia, que certamente dará o tom dos debates de agora em diante. É sob este que o tema proposto deve se situar.

Por incrível que pareça, o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu se apropriar de uma bandeira histórica das Universidades brasileiras e distorcê-la a ponto de fazê-la se voltar contra as próprias Universidades.

Sim, porque, a par das possíveis - e pouco debatidas - vantagens que o projeto de autonomia do governo federal contém, a situação atual é de uma verdadeira guerra que opõe dirigentes, departamentos e mesmo professores numa luta extremamente angustiosa por recursos e vagas docentes.

E nesta luta se inserem as Escolas de Ensino Básico e Médio.

No entanto, não o fazem em pé de igualdade pois constituem, no interior de cada IFES, não só minoria, como também ocupam espaços institucionais muitas vezes mal definidos, ora como "departamentos" das Faculdades ou Centros de Educação, ora como unidades especiais vinculadas a alguma Pró-reitoria ou, até mesmo, unidades ligadas diretamente à Reitoria.

Além disto, estas Escolas possuem especificidades significativas que estão relacionadas, basicamente, à sua clientela de crianças e adolescentes e ao trabalho educativo requerido dos docentes que nelas trabalham. Estas especificidades são, constantemente, de difícil compreensão para os docentes de outras unidades e, mesmo, para os órgãos diretivos das IFES.

Considero que a questão do significado das Escolas de Ensino Básico e Médio deveria ser estendida, numa reflexão ampla, aberta e profundamente comprometida com a sociedade brasileira, ao significado da própria Universidade pois, a meu juízo, é isto que está posto em questão pelo governo FHC.

A Universidade pública cumpriu - e ainda cumpre - no Brasil, papéis extremamente importantes no que tange ao incentivo ao desenvolvimento regional, à difusão de conhecimentos básicos e aplicados, à pesquisa, quase toda feita nos laboratórios das universidades públicas, ao contrário dos países desenvolvidos onde as empresas possuem enormes e bem equipados laboratórios, dirigidos por cientistas muito bem pagos, dentre outras tarefas fundamentais.

Porém, a forma como vem sendo tratada pelo governo indica, a meu ver, uma tentativa não apenas de desfigurá-la e desmontá-la como também, o que é mais grave, de colocar no seu lugar algo que pouco tem a ver com a Universidade que queremos, e pela qual tantos lutaram neste país.

Procurarei resgatar, para introduzir a questão, alguns dados históricos relativos à criação dos Colégios de Aplicação, em geral, e ao Centro Pedagógico/UFMG, em particular, que me parecem importantes para a reflexão que pretendo desenvolver. Em 1946, o Decreto nº 9053 cria Ginásios de Aplicação nas Faculdades de Filosofia do país, com o principal objetivo de habilitar um espaço para a prática docente dos alunos de Didática das referidas Faculdades. Ficou definido que os ginásios teriam uma turma de 30

alunos, por série, que os professores seriam alunos do curso de didática, orientados por professores dessa área da Faculdade e que o diretor seria o Catedrático de didática da mesma Faculdade.

É importante registrar que "a década de 40 foi marcada pela expansão do ensino primário nos estados (...) para atender à classe média urbana em busca de ascensão social e pela expansão do ensino normal"[1], associada à expansão das Faculdades de educação, concebidas como estabelecimentos isolados, "destinados à formação de professores secundários"[2].

A partir daí foram sendo abertos ginásios em várias Universidades, como se pode ver pela lista abaixo[3]:

1948- Fac. Nacional Filosofia	1949-Fac.Filosofia UFBa
1954- " " UFRJ	1954- " " UFMG
1958- " " UFPe	1960- " " UFSe
1961- " " UFSc	1965- " " UFJF

Progressivamente, todos os ginásios transformaram-se em Colégios de Aplicação, com 1° e 2° ciclos secundários.

Pelas datas de criação, principalmente dos primeiros ginásios, percebe-se que o Brasil vivia um momento particularmente difícil, em que havia um forte apelo à redemocratização do país, mas ainda predominavam os fundamentos de uma política centralizadora, moldada por Gustavo Capanema e Francisco Campos.

No campo pedagógico, predominavam idéias modernizantes do ensino secundário, fundadas nas teses da Escola Nova[4].

O Colégio de Aplicação da UMG (depois federalizada), desde o início, funcionou mais como campo para estágio de observação de aulas dos licenciandos de Didática, não sendo afetado o padrão corrente de ensino tradicional, "mais voltado para os conteúdos a serem transmitidos do que para os modos de transmiti-los"[5].

[1] Collares, Marinez Murta.Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais-Trajetória de Ensino no Contexto Universitário. Bh., Dissertação de Mestrado defendida junto à Faculdade de Educação em 1989, (xerox), pág. 58.
[2] idem, idem.
[3] idem, pág.60.
[4] CF op. Collares, Marinez M., op. cit., pág. 204.
[5] idem, pág. 205.

Assim, pode-se dizer que o Colégio nunca funcionou como laboratório de pesquisa, o que é coerente com a própria forma de sua inserção na Faculdade de Filosofia, já que mantinha uma "vida paralela, de certa forma independente da vida dos diversos departamentos da Faculdade de Filosofia". Isto redundou em não ter sido incorporado aos ideais de alta cultura e, principalmente de investigação científica, daquela faculdade.

Este quadro se manteve mesmo com mudanças regimentais e o Colégio permaneceu mais como um modelo ideal de escola do que um local para investigação científica[6].

É interessante notar como esses Colégios nasceram marcados por duas características do meio acadêmico nacional que ainda hoje se mantêm: a segregação entre aqueles que ensinam e aqueles que produzem saber, entre pesquisador e professor, entre pesquisa e ensino, e a pouca importância que a Universidade dá aos outros níveis de ensino.

A própria denominação "colégios de aplicação" supõe um fosso intransponível entre as duas partes: haveria aqueles que produzem saber - os cientistas das Faculdades de Filosofia, e hoje das Faculdades e Institutos de Educação, e os docentes dos colégios, responsáveis pela "aplicação", deste saber produzido, em outro local.

No entanto, pode-se imputar à pouca importância que os outros níveis de ensino sempre tiveram para a Universidade o fato de nem esta concepção mecanicista ter sido implementada: o colégio da UFMG significou, no máximo, um local de ensino de alta qualidade onde os alunos de didática - e, depois, os licenciandos - observariam as práticas dos professores contratados, já que o objetivo declarado de que os docentes fossem os próprios alunos de didática, orientados por seus professores, jamais foi cumprido[7].

Uma evidência da maneira pouco significativa com que o ensino é tratado nas Universidades é o espaço privilegiado que os departamentos reservam às habilitações de bacharelado, enquanto delegam às Faculdades ou aos Institutos de Educação a tarefa

[5] "O Colégio de Aplicação assumiu muito mais a identidade de um bom colégio de ensino médio, onde a transmissão de conteúdos prevalecia sobre a preocupação com os métodos de ensino". Idem, pág. 211.

[6] Estou consciente de que o que foi dito até aqui não poderia, sem uma investigação mais detalhada, ser estendido para todos os colégios das IFES. No entanto acredito que , em linhas gerais, os dados históricos permitem as generalizações mais importantes que fiz.

menos nobre de preparar os professores, mesmo sabendo que a grande maioria de seus alunos ingressará no mercado de trabalho exatamente como professores do ensino básico ou médio.

Se vários elementos podem ser invocados para aproximar as escolas de ensino Básico e Médio das IFES desde o momento de sua criação, hoje temos uma situação de alta heterogeneidade no que diz respeito às características destas Escolas.

São 14 escolas que apresentam características as mais diversas: algumas possuem da 1ª série do ensino básico até a 3ª do ensino médio, outras que só trabalham com turmas até a 8ª série; as que trabalham com enorme número de alunos, diferentemente das que são constituídas de um número bem reduzido. Seus critérios de admissão variam, desde exame de intelecto chegando ao sorteio aleatório.

Quanto à autonomia, há as que desfrutam do status de unidade autônoma e as que possuem vinculações as mais variadas, ligadas a departamentos dos Institutos ou Centros de Educação, ou ligadas diretamente a uma Pró-reitoria.

Divergem quanto ao tipo de orçamento, há outras que sequer conseguem acesso às planilhas das Universidades às quais pertencem.

Enfim, apesar de uma origem marcada por vários e importantes elementos comuns, as escolas de ensino Básico e Médio das IFES apresentam-se extremamente diferenciadas.

No entanto, uma característica une todas elas: um profundo comprometimento com a educação pública de qualidade, que redundou num grande respeito das comunidades nas quais estão marcadamente inseridas.

Feitas estas considerações iniciais, retomo o eixo básico do artigo: qual o significado das escolas de ensino Básico e Médio para as IFES?

Esta pergunta não pode ser respondida, contudo, sem se referir, mesmo que superficialmente, às questões que o momento presente coloca para a Educação, haja vista as enormes modificações em curso na economia, nos sistemas políticos e nas estruturas sociais.

Assim, num mundo globalizado[8], as exigências se ampliam e a escola terá um enorme papel a desempenhar, basicamente em três frentes importantes: formação para a construção e o exercício da cidadania; formação para o mundo do trabalho e construção de

[8]Para Gilson Schwartz, a globalização "é a nova expressão para um fenômeno antigo, a organização de empresas e economias em escala planetária". in: Economia , Folha de São Paulo, Caderno "Mais", dia 13/04/97, pág. 07.

uma ética que confronte as necessidades da democracia com os limites do conflito[9].

Com relação à primeira frente, a educação deverá deixar de se preocupar apenas com os conteúdos para se voltar para "um trabalho de preparação do aluno para a vida como um todo"[10], sabendo-se que cada vez mais crianças e adolescentes serão chamados a assumir sua quota de responsabilidade pelo mundo, e não apenas se transformarão em consumidores e degradadores da vida natural e social.

Esta exigência diminui a responsabilidade, até hoje praticamente exclusiva das ciências sociais, de uma educação participativa e crítica e a divide com todos os professores, de todas as disciplinas.

Com relação ao novo mundo do trabalho, uma demanda básica é a capacidade dos profissionais "de articular vários níveis de saber"[11], num diálogo profícuo com os profissionais de outras áreas.

Assim, começam a perder sentido as práticas especializadas e a escola já está sendo chamada a ensinar os alunos a articular os vários campos do saber, até como condição indispensável para a compreensão de um mundo onde, progressivamente, toma-se mais consciência de que tudo se relaciona com tudo.

Por fim, é exatamente neste mundo plural, onde os meios de comunicação, ao disponibilizar uma quantidade imensa e descontextualizada de informações, em tempo real, torna valores, crenças e princípios cada vez mais relativos que a exigência da construção de uma ética da tolerância e da convivência pacífica se articula com a necessidade de se construir uma nova maneira de se situar num mundo em que tudo parece "se desmanchar no ar"[12].

As Escolas de ensino Básico e Médio das IFES têm, assim, desenhado um enorme desafio, que é a construção de uma nova pedagogia, onde os processos de ensino-aprendizagem deverão se sustentar em três princípios fundamentais: participação democrática, construção coletiva e formação integral.

Não se pode mais conceber uma escola onde os alunos se mantenham passivos, frente a docentes que supostamente

[9]Cf. la Taille, Yves de. in: Educação , Folha de São Paulo, Caderno "Mais", dia 13/04/97, pág. 07.
[10]idem, idem.
[11]idem,idem.
[12]A expressão, cunhada por Marx no século XIX, parece ganhar cada vez mais atualidade e significado.

dominam seus conteúdos e onde não se estabelecem diálogos verdadeiros e produtivos, na busca do saber compartilhado, afeito ao mundo contemporâneo.

A participação toma, desta maneira, um sentido realmente ativo, onde alunos e professores são chamados a, no contexto das relações sóciopolíticas do espaço escolar, reconstruir um conhecimento que os ajude na compreensão do mundo e os capacite, verdadeiramente, a uma intervenção concreta neste mundo, baseada na visão crítica, na tolerância e no respeito ao patrimônio - cultural e ambiental.

Por outro lado, o mundo do trabalho exige, cada vez mais, indivíduos que saibam relacionar, de forma produtiva e criativa, as várias informações disponíveis a fim de estabelecer novos patamares de atuação concreta.

Impossível continuar pensando o ensino de ciências, história, matemática, etc como campos distintos e absolutamente separados.

A exigência atual é de que os professores se capacitem para estar em permanente diálogo com os colegas, na tarefa de construção coletiva de um projeto político-pedagógico aberto à participação dos alunos e aos insistentes sinais de que o mundo e as pessoas não podem mais ser vistos como partes isoladas.

É bom ressaltar que as demandas expostas acima já fazem parte do ordenamento jurídico nacional, com a Lei 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Assim, os estabelecimentos de ensino passaram a ter ampla autonomia, não apenas pedagógica mas de gestão administrativa - financeira, como se lê nos incisos do art. 12[13].

A mesma lei impõe aos docentes (e não mais a burocratas instalados em suas mesas, longe das salas de aula) tarefas que exigem muito mais do que o suposto domínio de conteúdos, como "participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino"ou "colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade." (art. 13, incisos I e VI), dentre outras.

[13] Por exemplo, os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de "elaborar e executar sua proposta pedagógica" e "administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros".

Enfim, pode-se perceber na LDB um eixo básico de orientação que é a flexibilidade, consubstanciada no alto grau de autonomia que os sistemas de ensino, os estabelecimentos e, neles, os docentes, passaram a dispor[14].

Desta maneira, caberá às escolas de ensino Básico e Médio das IFES aprofundarem-se na tarefa de se constituir como uma referência fundamental para os estabelecimentos e mesmo para os sistemas de ensino.

Mas referência não quer dizer, absolutamente, modelo, já que qualquer concepção que ainda separe a teoria da prática, o saber do fazer, não poderá ser mais aceita no mundo de hoje.

No entanto, é preciso que estas escolas saibam recuperar as condições de trabalho - que o projeto do governo FHC vem gradativamente nos retirando - como a dedicação exclusiva, o investimento em qualificação e o tempo disponível para o debate e a reflexão em grupo para se consolidarem ainda mais como estabelecimentos de ensino de referência.

Mas o maior desafio que se coloca é, na realidade, aquele de todas as IFES: aprofundar e, em alguns casos resgatar mesmo, na prática, a efetivação do trinômio ensino-pesquisa-extensão, hoje posto mais como ideal do que como prática efetiva, frente às inúmeras dificuldades que a política educacional do governo FHC tem colocado.

Neste sentido de recuperação e aprofundamento do trinômio ensino-pesquisa-extensão, cabe às escolas de ensino Básico e Médio das IFES, por outro lado, um papel singular: transformar o ensino - e por que não a educação - não só em objeto da prática cotidiana de seus profissionais mas também em objeto da pesquisa e da investigação científica, pois apenas desta maneira poderão se erguer como uma referência importante para os sistemas de ensino nacionais.

Aqui é importante lembrar que este papel não se sobrepõe ao das Faculdades e Institutos de Educação já que apenas nas Escolas de ensino Básico e Médio os professores têm o ensino não apenas como objeto de reflexão teórica e investigação

[14]Em palestra realizada no dia 25 de abril, no plenário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o prof. Carlos Roberto Jamil Cury enfatizava o eixo da flexibilidade, especialmente na base, aliado ao contraponto da centralização, enquanto a avaliação do produto, baseada no critério do rendimento escolar, ficou a cargo da União.

científica, mas como objeto e sentido maior de sua prática docente.

Voltando ao que considerei no início, o ensino dos outros níveis precisa fazer parte das preocupações e das prioridades das Universidades brasileiras já que a massa crítica nelas situada tem muito a contribuir para a superação dos problemas crônicos hoje enfrentados.

Estes problemas não se situam apenas em nível político, em que se vêem as demandas por mais recursos e pela sua melhor alocação serem constantemente recusadas em nome de outras prioridades, mas também em nível da qualificação dos profissionais, da reflexão sobre o ensino básico e médio, da investigação acadêmica e de tantos outros com os quais as Universidades poderiam, com certeza, contribuir muito.

E nesta recuperação, as Escolas de Ensino Básico e Médio têm um papel da maior importância já que acumularam, durante quase cinco décadas de trabalho, um saber significativo, sempre produzido a partir de um diálogo intenso com a prática cotidiana.

Não custa lembrar que décadas de abandono deixaram o ensino básico e médio desprestigiados, os profissionais que neles trabalham extremamente insatisfeitos e a estrutura dos sistemas - particularmente os públicos - obsoletas, burocratizadas e tomadas de um corporativismo no mais das vezes paralisante.

Resgatar o ensino como tema privilegiado de reflexão e investigação científica se põe, destarte, como uma tarefa política e social da maior importância para as Universidades brasileiras.

Nesta tarefa compartilhada é que, a meu ver, as Escola de Ensino Básico e Médio adquirem seu mais importante sentido no interior das IFES.

A partir destas reflexões, como situar o problema do Centro Pedagógico - Escola Fundamental e Colégio Técnico - no interior das discussões sobre autonomia e sobre a renovada face da UFMG ?

Considero que o essencial seria uma resposta clara e precisa, por parte de toda a comunidade universitária, a uma pergunta fundamental: a UFMG acha importante a manutenção de uma escola de ensino fundamental e médio dentro de seus muros ?

Na primeira parte deste trabalho tentei demonstrar que a resposta a esta pergunta deve ser afirmativa.

No entanto, sabemos que a UFMG ainda não enfrentou, seriamente, esta questão.

O momento atual é propício para que o tema seja debatido com seriedade, haja vista que estaremos, em breve, decidindo quais propostas nos orientarão durante os próximos quatro anos.

Após este debate será preciso que tracemos uma verdadeira política para a Educação e o Ensino fundamental e médio na UFMG: esta política deverá contemplar uma real participação nas Licenciaturas e uma efetiva articulação com as várias unidades que se interessem em tomar o tema da educação como objeto de estudo.

Também deverá saber reconhecer as peculiaridades de uma escola que atende crianças e adolescentes, de 7 a 18 anos: reconhecer, por exemplo, que de um professor que ministra aulas para um aluno de 7 anos é exigido muito mais que a preparação de tais aulas e o acompanhamento avaliativo: a pedagogia de crianças e adolescentes exige maior dedicação e assistência por parte do docente que, no entanto, não pode computar as horas utilizadas neste trabalho para efeito de CDSM !

No entanto, será preciso mais: no meu entender, a UFMG precisa assumir, de vez, seu compromisso social com a formação de alto nível de professores, tanto quanto o faz com os advogados, médicos e administradores, para citar apenas alguns.

E neste compromisso certamente as suas escolas de ensino fundamental e médio em muito poderão contribuir já que acumulam vasta experiência e reflexão sobre o tema.

Para exemplificar, posso citar o Cecimig, órgão vinculado à Faculdade de Educação mas oriundo, na sua concepção e mesmo na maior parte de seu corpo docente, do Colégio Técnico, que há anos participa, em nível de reconhecida excelência, de programas de formação de professores.

Também pode ser lembrada a experiência atual da Escola Fundamental que, no início de 1995, promoveu profundas mudanças em aspectos fundamentais dos processos ensino-aprendizagem e que vem trabalhando arduamente para a consolidação deste projeto.

Com certeza poderia multiplicar os exemplos mas não é o caso: o importante é estarmos conscientes da necessidade de uma tomada de posição clara da qual deverá derivar uma política para o ensino médio e fundamental na UFMG.

Porém, esta posição não poderá prescindir de uma reflexão acerca do papel social da UFMG no que tange à formação de professores.

É preciso reconhecer que até hoje achamos perfeitamente natural que um futuro professor passe três anos estudando os "conteúdos" de sua especialidade e apenas no último ano se dirija à Faculdade de Educação para "aprender a ensinar", como se fosse possível separar a aprendizagem daquilo que vai ser ensinado da aprendizagem dos métodos de ensino.

Como achamos perfeitamente natural que os futuros professores apenas se dediquem ao debate pedagógico e à prática de ensino no seu último ano de curso, quando ele procura o Centro Pedagógico para "aprender, na prática, a ensinar"

Por trás destes dois caminhos "naturais" escondem-se concepções que, em nível teórico, provavelmente, poucos de nós admitiríamos: a separação entre teoria e prática, entre saber e fazer e entre, finalmente, produzir e transmitir conhecimentos.

A verdadeira inserção das questões de ensino, educação e formação de professores nos debates da Universidade e, mais, em suas preocupações concretas com a formação profissional, certamente obrigará à discussão destes e de outros problemas de cunho acadêmico.

Mas não só ! Será preciso admitir a necessidade de um tratamento isonômico para o Centro Pedagógico que, até hoje, desfruta de uma série de limitações político-administrativas sérias.

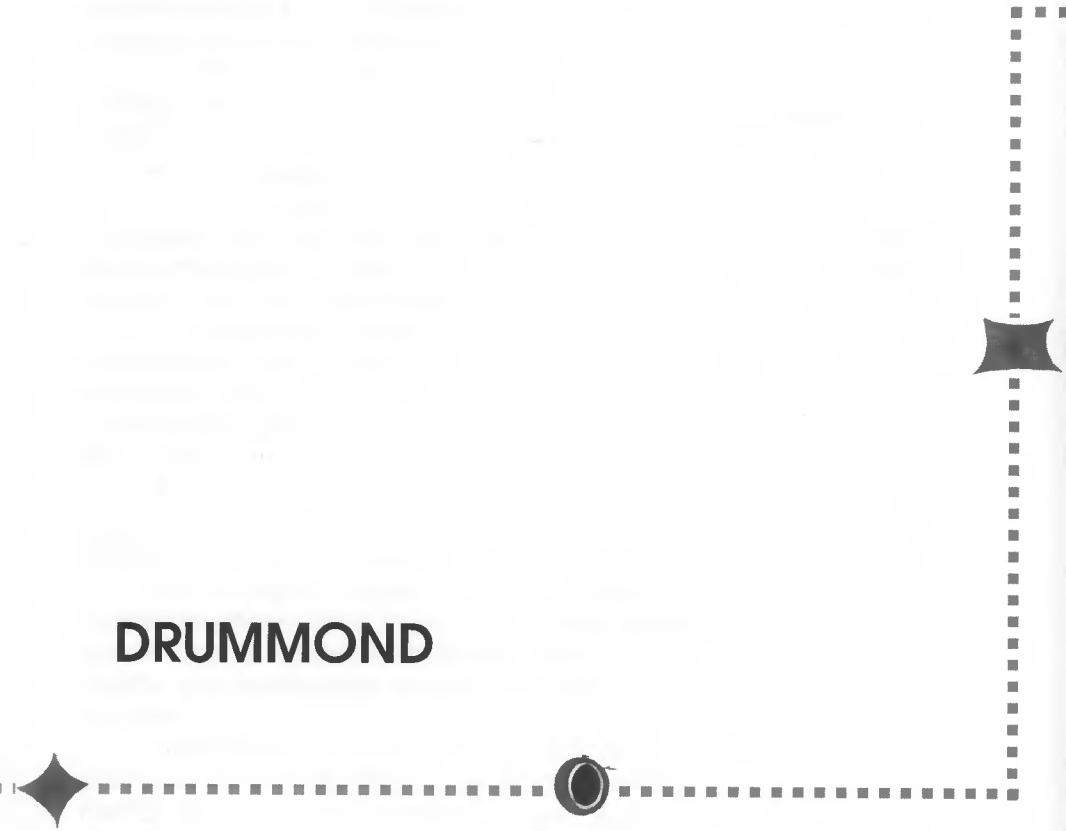
Em primeiro lugar, não possui representação política no Conselho Universitário, nem mesmo com direito a voz. Isto significa que todas as questões que envolvem o ensino fundamental e médio são debatidas sem que possamos externar nosso ponto de vista.

Também, não possui orçamento nem lotação de pessoal próprios, o que significa que os professores que desenvolvem nestas escolas seus trabalhos, e que pertencem à carreira de 3° grau, devem ser avaliados pelos seus departamentos de origem.

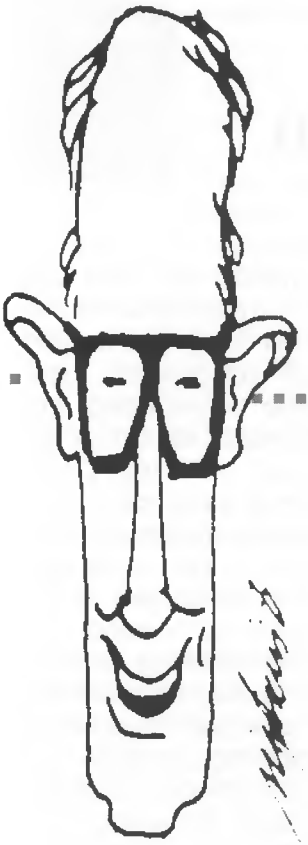
Mas serão avaliados a partir de quais critérios ?

Existem outros problemas que, com certeza, assumirão magnitude ainda maior no contexto da autonomia mas, já que estamos em "clima" de debates eleitorais, vale a pena lembrar, para finalizar, que é vedada aos professores da carreira de 1° e 2° graus a candidatura ao reitorado.

Será esta a maior prova da menoridade que os temas da Educação e do Ensino desfrutam na UFMG ?



DRUMMOND



UFMG FICA DE LUTO PELO POETA DRUMMOND

Falecido durante a gestão do reitor Cid Veloso que, na época, decretou luto oficial de três dias em toda a UFMG, o poeta Carlos Drummond de Andrade havia sido agraciado, por unanimidade, pelo Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 29 de março de 1973, com o título de Doutor Honoris Causa da UFMG. O luto oficial foi decretado porque a instituição "não poderia omitir-se diante da perda do maior poeta brasileiro de todos os tempos e seu ex-aluno" (Drummond formou-se em Farmácia, em 1925), conforme definiu nosso dirigente na ocasião.

Comunicado através de ofício da decisão do Conselho, ainda em vida, foi-lhe solicitado que determinasse a época em que seria possível à Universidade entregar-lhe o diploma. Em 30 de abril de 1973, o poeta declina-se da honra concedida e justifica sua atitude através da carta que reproduzimos a seguir, cuja primeira publicação se realizou no boletim da UFMG, que gentilmente nos cedeu uma cópia para publicação.

Apesar de vários contatos terem sido realizados na tentativa de concessão do mérito, o poeta jamais veio receber o título, principalmente depois de escrever o poema "Triste Horizonte" (agosto/76) - um desabafo contra a destruição da Serra do Curral, quando despediu-se de vez de Minas, prometendo nunca mais voltar.

Porém, sua negativa em receber o diploma, deve-se principalmente à concepção do papel

da Universidade, diante do qual Drummond não verifica relação entre seus objetivos e a sua obra. Porém, melhor juízo pode ser feito através das palavras do próprio "Doutor Honoris Causa" da tradução de nossos anseios, desejos e sentimentos que atravessam o coração, transcendem o olhar e embalam a alma, referenciando-se ao domínio da nossa subjetividade e intuição criativa. Este título nunca será oficial, mas estará sempre concedido por todos nós, sensíveis humanos, ao nosso estimado poeta, onde quer que esteja.

A CARTA DO POETA

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1973

Ao Exmo. Sr. Prof. Marcello de Vasconcelos Coelho
Reitor da Universidade de Minas Gerais

Magnífico Reitor:

Em ofício SG-035/72, distinguiu-me Vossa Excelência com a notícia de que é intenção da Universidade de Minas Gerais conceder-me o título de Doutor Honoris Causa.

Devo confessar que o propósito manifestado por essa nobre instituição cultural despertou em mim a sensação de ser alvo de uma honraria, mais do que imerecida, indevida. Por muito que eu pretendesse valorizar meus escritos literários, jamais os estimaria a ponto de julgá-los de natureza a justificar a atribuição dessa altíssima láurea a seu autor.

Com efeito, a atividade que tenho procurado desenvolver no campo da poesia não visa a outro alvo senão dar expressão a movimentos e reações interiores, puramente individuais e individualistas, que se esgotam ao adquirir forma verbal. Dela está ausente a veleidade de reflexão metódica sobre problemas e interesses estéticos e lingüísticos que são objeto da pesquisa e do ensino universitários. Servirá, quando muito, de material para análise dos fatos literários, como qualquer outra poesia submetida ao crivo da disquisição crítica, na área da Universidade.

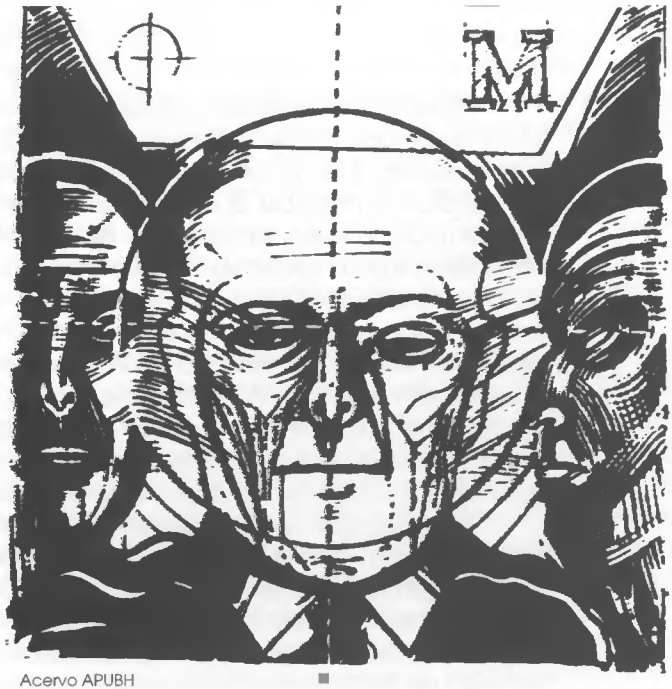
A generosa justificativa formulada pelo notável intelectual que é o Professor Wilton Cardoso deixa-me comovido e inseguro. Vejo que a Universidade de Minas Gerais deseja galardoar-me com um título da maior significação, só a raros outorgado, e que esse título excede a dimensão restrita do meu trabalho. Nenhuma falsa modéstia inspira esta afirmação. Ela é antes motivada pela concepção, que tenho, da importância e especificidade da missão universitária.

Assim, só posso transmitir a Vossa Excelência, aos ilustres membros do Conselho Universitário, e à douta Congregação da Faculdade de Letras, um agradecimento profundamente dosado de humildade, pela desproporção entre a obra e o prêmio.

De sua bondade e compreensão espero merecer o obséquio de se aguardar ocasião propícia para que se formalize, razões de saúde restringem minhas possibilidades de viajar a participar de cerimônia no grato convívio dos mestres mineiros.

Com o mais vivo apreço e cordialidade, apresento a Vossa Excelência minhas saudações respeitosas.

Carlos Drummond de Andrade



Acervo APUBH

MOMENTO MEMÓRIA

DE PEDRO NAVA E A UNIVERSIDADE DE MINAS: MOMENTO E MEMÓRIA.

EDUARDO OSÓRIO CISALPINO

Nossa Universidade comemorava seus 50 anos quando conheci Pedro Nava. Foi numa homenagem que a Congregação da Faculdade de Medicina prestou à sua primeira turma de formandos, (designada pelo Reitor Mendes Pimentel: Os primogênitos)[1]. Não conhecia, então, a obra literária do nosso memorialista.. A ela tive acesso quando, interessado em culinária mineira, deparei com um comentário da Prof.a Maria José Queiroz, em seu livro "A literatura e o gozo impuro da comida", admitindo ser Nava aquele entre os escritores mineiros que mais se dedicou ao registro dos hábitos culinários de nossa população.

À proporção que progredia na fascinante leitura da obra de Pedro Nava, ao meu interesse pelos registros culinários em sua obra foram-se acrescentando outros, que inclusive por formação atraíam minha atenção. Dos comentários sobre a feijoada de Belo Horizonte (para ele inesquecível, insuperável, sequer admite possa a feijoada carioca de longe rivalizar com ela), e o feijão tropeiro (descrito e exaltado, que garantia o sustento das tropas que abriram as trilhas pelas montanhas e vales), caminhei para rever através do olhar de Nava, o sanitarista, o médico exemplar,

[1] Como escola isolada, outras turmas se formaram anteriormente na Faculdade de Medicina. A 1ª foi em 1917. Na 2ª turma (1918) formou-se Baeta Viana, que tornou-se catedrático de Química, Biologia e fundou a Assistência Universitária Mendes Pimentel, hoje Fundação da UFMG.

o sofrimento do povo do sertão de Minas. Parafraseando Guimarães Rosa, descobri: Pedro Nava são muitos.

Sua capacidade de indignação com os problemas sociais é identificável: desconhece o "jeitinho", denúncia as péssimas condições de saúde pública, sanitárias e de assistência, os altos índices de mortalidade das doenças infecto-contagiosas, a fome, a discriminação, a falta de escolas; não poupava políticos. Registro uma frase: " E naqueles idos de 1931,1932, princípios de 1933, o Estado absolutamente ausente, entretanto presente com o delegado a repressão policial, a coletoria para raspar os impostos": a atualidade de sua crítica é ainda, infelizmente, inegável. Vivia os problemas e as vicissitudes de sua gente com acuidade e lucidez e afirmava com energia: "ser mineiro é dever e não sinecura".

Com a morte e a solidão, que por vezes impregnam seu texto, conviveu desde a juventude. Do poema "O defunto" retiro: "Não quero caixão de verniz, nem os ramalhetes distintos, os superfinos candelabros e as discretas decorações. Eu quero a morte com mau gosto".

Em outra vertente das memórias, muito grata para mim, identifica-se o envolvimento de Nava com a UFMG, desde os primeiros momentos de sua fundação pois assistiu e participou de seu nascimento. Estudante de medicina, foi eleito pelos colegas para agradecer ao governador de Minas, Antônio Carlos de Andrade, pelo envio ao Legislativo do Projeto da criação da Universidade, executando ato típico de padrinho. Alguns meses depois (cem dias após a fundação) formou-se em medicina, no dia 10 de janeiro de 1928, e foi escolhido orador da turma.

Nava faz profunda avaliação do curso de medicina sob diferentes aspectos: descreve os prédios, registra os livros adotados; Nava venerava o Testut, eis como registrou sua paixão pelo grande Tratado de Anatomia: "Pasmei com suas ilustrações admiráveis... eram gravuras prodigiosas e aqueles bíceps, peitorais, gêmeos e glúteos assim perfeitos só poderiam pertencer a deuses antigos"; analisa o desempenho dos professores, sua didática, alguns são deificados, lá estão os nossos precursores: Baeta Viana, Almeida Cunha, Marques Lisboa, Otávio Magalhães, este responsável pela introdução da pesquisa experimental em Minas Gerais; descreve o cotidiano das enfermarias, a nosologia da época, registra a

terapêutica de doenças, revelam-se algumas brigas ... e não se esquece da vida boêmia dos estudantes; dos seus postos de observação, no Bar do Ponto e no Café Estrêla ele discernia os hábitos da preconceituosa sociedade de Belo Horizonte e convivia com a geração de 45, e com o modernismo em Minas.

Em mais de uma oportunidade manisfesta seu amor pela profissão. A 23 de outubro de 1978, quando completava Bodas de Ouro, escreve: "Não há nada que não tenha visto em nossa profissão. Fui interno de clínica médica, tisiologia, cirurgia, obstetrícia, ginecologia e psiquiatria. Fui monitor, estagiário, assistente, chefe de serviço, professor, livre-docente, catedrático, emérito e Honoris causa." Em depoimento a Caio Vilela Martins, disse: "A influência do médico é em mim total. Eu não julgo, diagnostico. Eu não aconselho, nem opino, prescrevo e receito. Eu não ouço, nem escuto, ausculto. Eu não olho, nem vejo, inspeciono. Eu não seguro, nem passo a mão, apalpo, perscruto. Tendo todos os meus sentidos voltados para o modo de ser médico, minha literatura sofreu irremediavelmente a marca que a profissão fez em mim."

No livro "O Círio Perfeito" descreve com detalhes e emoção os graves acontecimentos que ocorreram no plenário do Conselho Universitário em 1930, e culminaram, tragicamente, na morte de um estudante, no fechamento da Universidade e na perda de sua autonomia. O novo governo revolucionário baixou o decreto 19.404, a 14 de novembro de 1930, que, levando em conta as condições anormais que atravessava o Brasil, resolvia promover e graduar, sem prestação de exames, todos os estudantes concluintes de cursos, em todo o território nacional. À época, a Universidade decidiu não acatar o famigerado decreto do governo federal. Os estudantes lutavam pela promoção considerando-a um direito. Nava registra as palavras de Mendes Pimentel: "a função do reitor é fundamentalmente educativa; os seus jovens companheiros se envergonhariam do seu guia se este se renegasse, só para lhes ser agradável". O conflito iniciado na plenária do Conselho e estendido às ruas próximas levou à morte um estudante. A 18 de novembro Olegário Maciel assinou o decreto que ordenava o fechamento provisório da Universidade, e a 30 de novembro saiu o decreto federal de cassação da autonomia da Universidade de Minas Gerais. Com razão afirmou Nava que foram três as vítimas: o estudante que

morreu baleado, a instituição que foi fechada e perdeu sua autonomia e o reitor Mendes Pimentel, que renunciou à reitoria e à cátedra, mudando-se para o Rio de Janeiro, e jamais voltou a Minas. Em defesa da autonomia sofria a jovem universidade um grande trauma perdendo o grande timoneiro, reitor Mendes Pimentel. A comunidade universitária desunida caiu em grande perplexidade. Aliados da véspera estavam agora em posições inconciliáveis; muitos anos foram gastos para a recuperação da instituição.

A universidade como organização social convive com diferentes formas de pressão, algumas inaceitáveis, cabe registrar: as agressões à autonomia, o corporativismo, o desprestígio ao mérito acadêmico.

Pedro Nava foi um dos signatários do manifesto dos mineiros, em homenagem à revolução de 30, contra o governo Vargas e o Estado Novo - a reação do governo foi imediata: foi demitido de seus cargos oficiais, somente reabilitado a 29 de novembro de 1945, pelo novo governo.

UFMG, 70 anos, o momento é outra vez o da autonomia. Centenária Belo Horizonte, o momento é outra vez de comemorações, e vinte anos são passados desde a grata comemoração em que conheci Pedro Nava, memória. A leitura de sua obra induz-me a descobertas agradáveis, enriquecedoras cultural e socialmente, desnudando sentimentos apenas suspeitados, um caleidoscópio que vou girando, cuidadosamente, em releitura interminável.

Pelo momento, uma homenagem através de seus versos:

"Bela, belo - Belo Horizonte, Minas -
Minha confissão.
Minas, como Deus, presente em tudo."

AULA INAUGURAL



Acervo APUBH

O REGIME PARLAMENTAR E A REALIDADE BRASILEIRA

MARIA EFIGÊNIA LAGE DE RESENDE

Aula inaugural dos cursos da Universidade Federal de Minas Gerais, proferida por Tancredo Neves, em 1° de março de 1962

Meu objetivo, neste texto, é republicar importante documento da história da República, de autoria de Tancredo Neves, rememorando traços de sua biografia política, (re)situando, na sua fala, um momento conjuntural, o de avaliação de seis meses de regime parlamentar no Brasil, recuperando e conferindo significado à dupla homenagem, a da aula inaugural dos cursos de 1962, na qual o ex-aluno e a Instituição em que se formou se homenageiam mutuamente.

Tancredo Neves formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais - UMG em 1932. Integrou, assim, a primeira geração de bacharéis formada por essa Universidade recém-criada, no ano de 1927. Dentro do projeto dos pais fundadores, simbolizados na figura de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente do Estado, a UMG, reunindo as escolas livres de Direito (1892), Odontologia (1907), Farmácia (1911), Engenharia (1911) e, ainda, Medicina (1911), dava forma a um projeto político e intelectual que refletia o espírito da década de 20 - da eclosão do

modernismo, cujo marco é a Semana de Arte Moderna, em 22; da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), acontecimento que provoca uma inflexão na formação da classe operária do Brasil e do Levante dos 18 do Forte de Copacabana, início do Movimento Tenentista, ambos, também no ano de 22; e da Coluna Prestes (1924), que percorreu o Brasil, numa forte contestação das bases oligárquicas do sistema político. Nessa década da história republicana, a dimensão da crise que se instaura no país revela-se na simultaneidade da busca das raízes nacionais e de olhos voltados para o futuro. Nessa fase crucial, cuja visibilidade maior é dada pelo movimento revolucionário de 30, Tancredo Neves emerge para a cena política.

Na tradição da formação dos políticos mineiros - a da "sargenteação"[1] -, Tancredo Neves inicia-se na vida política em São João Del-Rei. Filiado ao Partido Progressista, organizado em Minas Gerais, pelo então interventor, Benedito Valadares, para fazer frente ao Partido Republicano Mineiro, que se encontrava na oposição à política de Vargas, elege-se vereador em 1934. No plano estadual, surge como membro importante das elites políticas de Minas, ao discursar como Presidente da Câmara de Vereadores de São João Del-Rei e, nessa qualidade, como representante das demais câmaras municipais do Estado, em um grande ato político, em outubro de 1936, que congrega os mais altos representantes da elite política mineira, em torno do já eleito Governador Benedito Valadares e do Presidente Getúlio Vargas.[2] Na importância desse acontecimento, a figura de Tancredo Neves ganha o espaço público estadual e nacional, tornando-se, progressivamente, um dos mais legítimos representantes da "voz de Minas", título do livro de Alceu Amoroso Lima. Nesse livro, de 1945, o autor busca enfatizar a "universalidade dos valores" contidos "na regionalidade mineira". Essa obra é a que melhor sistematiza o que se pode denominar de mito político da mineiridade - Minas como centro geográfico do Brasil é, por isso mesmo, o seu equilíbrio.[3]

[1] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906). Belo Horizonte: Proed/UFMG, 1982.
[2] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Às vésperas de 37-O novo/ velho discurso da ordem conservadora, Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, 1991.
[3] LIMA, Alceu Amoroso. A voz de Minas. São Paulo: Abril-Cultural/Fiat , 1983. p.121.

No perfil do político Tancredo Neves, a preocupação com o fortalecimento do princípio da autoridade, a necessidade de evitar a desordem e o empenho em defesa da democracia - pontos essenciais no seu discurso de 1936[4] - aliam-se à defesa da estabilidade política, à recusa à violência, à compreensão da importância da negociação como base para solucionar conflitos, à democracia possível, conforme conhecido ensaio de interpretação de Vera Alice Cardoso Silva e Lucília de Almeida Neves Delgado.[5] A capacidade de Tancredo Neves em perceber com rapidez as transformações da sociedade brasileira, de predominantemente agrária e rural a hegemonicamente urbana e industrial e os efeitos dessa mudança na cena política, tornou-o capaz de atuar como negociador de interesses entre o Brasil das antigas oligarquias agrárias estaduais e o Brasil contemporâneo e industrial.[6] Na correspondência entre a forma de pensar e de atuar politicamente de Tancredo Neves impõe-se o traço do político conciliador, traço recorrente da política imperial brasileira, que nele se revela na idéia de buscar as reformas políticas, econômicas e sociais necessárias ao País num quadro de estabilidade política. O papel de destaque adquirido por Tancredo Neves na política brasileira, após a queda do governo ditatorial de Vargas, em 1945, que culminou com sua eleição para Presidente da República, fez dele, é fora de dúvida, um dos mais importantes nomes da política brasileira do século XX.

Quando, em setembro de 1961, o Vice-Presidente João Goulart assume a presidência de uma República, transformada de presidencialista em parlamentarista, Tancredo Neves, escolhido Primeiro-Ministro, é figura chave em um contexto político de solução negociada. Solução que visava a evitar uma intervenção militar, procedimento de tradição na política republicana, em nome do combate à anarquia e da restauração da ordem no País. Essa fase da história da República, pelo caráter transitório que lhe foi conferido na antecâmara do Golpe de 64, é pouco analisada. Destaque-se porém, que em caráter pioneiro, a temática foi, recentemente,

4 Minas e o seu pensamento político; discursos pronunciados na manifestação do povo de Minas a S. Excia., o Sr. Governador Benedito Valladares, por motivo do congraçamento político mineiro. Belo Horizonte: 1936, p. 73-75.
5 SILVA, V. A. C., DELGADO, L. A. N. A trajetória de um liberal. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 1985. p. 23-62: Tancredo Neves e a política brasileira. .
6 Ibidem.

objeto de dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.[7]

Em pleno exercício do cargo de Primeiro-Ministro, Tancredo Neves recebe o convite da UFMG para proferir a aula magna de abertura dos seus cursos no ano de 1962. Do acontecimento, originou-se um importante documento da história política republicana, na sua fase parlamentarista. O texto, que ora se republica, foi originalmente publicado na série Estudos Políticos e Sociais, nº 21, edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos. Fundada pelo professor Orlando de Carvalho, Reitor à época em que Tancredo Neves proferiu a aula inaugural referida, essa revista tornou-se, como é sabido, um periódico de nome internacional e um dos marcos na difusão dos estudos políticos na UFMG.

Documento, ainda, praticamente desconhecido, O regime parlamentar e realidade brasileira integra uma importante série documental, que registra a agudização da crise político-institucional que desemboca no Golpe de 64. Da série, fazem parte também, entre outros, o discurso proferido por Tancredo Neves quando de sua posse como Primeiro-Ministro, na Sessão Inaugural do Regime Parlamentar, em 28 de setembro de 1961, e o pronunciamento do Ministro San Tiago Dantas, de 22 de junho de 1962, por ocasião da comunicação pelo Presidente da República, às direções dos partidos políticos, de sua intenção em indicá-lo para substituir o ex-Primeiro-Ministro Tancredo Neves, que renunciara ao cargo para concorrer às eleições a deputado federal, de 03 de outubro de 1962.

No documento em questão, buscando fazer um balanço dos seis meses de regime parlamentar, o Primeiro-Ministro Tancredo Neves traça, com muita perspicácia, um quadro da realidade do País, tecendo considerações sobre o vertiginoso crescimento demográfico da sua população e a necessidade de dobrar a taxa de crescimento do produto nacional. Refletindo o nacional-desenvolvimentismo, que fornece a marca dos anos 50, enfatiza o desenvolvimento econômico como pressuposto fundamental do progresso social e da inserção do Brasil como povo, como nação e como poder internacional. Discutindo o papel do Estado enquanto

7 GUSTIN, Fádua Maria de Sousa. Parlamentarismo - superação de dissensos: a experiência do governo João Goulart. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 1996.

um empresário necessário até que se formassem capitais privados capazes de financiar seus próprios investimentos, combate os que defendem um processo democrático de desenvolvimento, mas condenam o regime parlamentar com argumentos de sua insuficiência quanto à capacidade de concentração de poder político. Considerando o regime parlamentar uma solução de emergência para a crise política instaurada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, Tancredo Neves busca legitimar esse regime, caracterizando-o como expressão da falência do regime presidencialista. Num prenúncio de 64, faz ainda um apelo para que a conjuntura não sirva de pretexto a manipulações e articulações golpistas que, na sua fala, ganham " cores de traição à pátria". Luta ele, assim, contra a corrente dos que afirmavam ser o desenvolvimento econômico incompatível com a liberdade política, princípio que se escoava na idéia da inevitabilidade do domínio autoritário, pelos que acreditavam que o capitalismo na América Latina, por ser tardio, implicava enorme coerção sobre as classes subalternas, para permitir, por meio da superexploração do trabalho, maior ampliação da taxa de acumulação do capital.

O REGIME PARLAMENTAR E A REALIDADE BRASILEIRA

O fato mais relevante da vida brasileira no último ano foi, sem dúvida, o episódio que conduziu à instalação de um novo regime político. Nascido embora como solução de emergência para a crise política decorrente da demissão do Poder Executivo, ele se apresenta hoje como forma permanente de organização política nacional. O julgamento da adequação do regime parlamentar à realidade brasileira e as conjeturas sobre o seu destino constituem, por certo, os principais temas das preocupações políticas atuais.

Com apenas seis meses de experiência, não é fácil julgá-lo objetivamente, fugindo às simplificações e generalizações infundadas que muitas vezes caracterizam pronunciamentos inspirados por posições ideológicas, ou por tendências, conveniências ou objetivos pessoais.

Não desejo incorrer nesses erros, aventurando-me a adiantar sentenças definitivas sobre período tão curto de experiência

parlamentar. Mas acredito que possamos, com utilidade, examinar as vantagens, os inconvenientes e as potencialidades - a adequação, enfim - do regime parlamentar à realidade brasileira atual.

Digo à realidade brasileira atual porque não é possível dissociar a apreciação de um regime político das características e condições da sociedade que pretende conformar, para considerá-lo apenas em tese, ou ajustado a grupos sociais ideais. Todas as formas de organização política poderão encontrar justificativa em alguma nação e em algum momento da sua história. O complexo da realidade social, política e econômica de cada povo e a variedade dos valores que a permeiam tornam esta apreciação bastante difícil, e é normal que não consigamos obter unanimidade nas conclusões. Somente a perspectiva da história se presta a conceituações mais precisas, uma vez superadas as limitações e as predisposições do observador imerso nos acontecimentos.

A explosão demográfica

Qual é esta realidade nacional, a que o governo parlamentar deve servir?

Pode-se afirmar que o dado mais importante da realidade brasileira atual, aquele que condicionará todos os aspectos econômicos, sociais e políticos da nossa evolução no próximo decênio, é a explosão demográfica. Em 1940, a população brasileira era estimada em cerca de 41 milhões de habitantes, crescendo à taxa anual de 2%. Vinte anos depois, os resultados preliminares do censo de 1960 indicam população de quase 71 milhões com taxa média anual de crescimento, no último decênio, de mais de 3%. Esta elevação da taxa de crescimento deve ser atribuída à redução da mortalidade decorrente dos progressos na higiene e saúde públicas, da descoberta de antibióticos e da melhoria da dieta alimentar que acompanha o aumento de renda. Em vinte anos, a população brasileira aumentou de quase 30 milhões de habitantes, ou seja, de cerca de 80%. As perspectivas futuras são de que nos próximos 20 anos ela aumentará, não de 30, mas de 70 milhões. O Brasil deverá possuir, por volta de 1980, cerca de 140 milhões de habitantes - quase o dobro da população de 1960.

É certo que tal população não constitui problema, se cotejada com a extensão do território nacional. Mas quando se compara o ritmo de aumento da população com o de incremento do produto nacional; quando se verifica a taxa de crescimento do produto que será necessário manter, não só para assegurar o nível atual de renda per capita, como também, para, em período razoável, mais do que dobrá-lo, a fim de que entremos no rol dos países desenvolvidos; quando quantificamos o volume de investimento que deveremos realizar neste período, a fim de assegurar emprego produtivo aos milhões de brasileiros que se incorporarão à nossa população ativa; quando pensamos no que precisaremos inverter para proporcionar escola, habitação, transporte, energia, serviços públicos e todos os demais bens e serviços que são essenciais ao conceito moderno de bem-estar social, percebemos claramente a extensão da tarefa desta nossa geração e a significação do desenvolvimento econômico como o grande projeto da presente etapa da nossa história.

Os objetivos nacionais

Não quero com isto afirmar que os objetivos nacionais devam ficar restritos aos aspectos econômicos e materiais da vida, ou que o mero aumento da renda per capita seja suficiente para garantir o bem-estar social a que aspiramos. Não. É preciso mais do que isso. É indispensável que esta renda seja distribuída com justiça e que o progresso econômico seja acompanhado pelo aprimoramento cultural, pelo acesso de todos aos níveis de educação que permitam a maximização das suas potencialidades individuais, pela maior mobilidade social, pelo aperfeiçoamento das instituições. Mas é irrecusável que o desenvolvimento econômico condiciona todo o progresso social, ao menos enquanto não atinge aquele nível capaz de assegurar a toda a população o mínimo de bens e serviços que, no estágio atual da civilização ocidental, se pode considerar como essencial à dignidade da pessoa humana. Por outro lado, as repercussões do próprio processo de desenvolvimento econômico e o progresso paralelo, que determina ou pressupõe, das condições culturais, higiênicas e institucionais dos povos, fazem com que o nível da renda per capita expresse, como nenhum outro índice, o grau

de bem-estar social de uma nação. Ao darmos ênfase ao desenvolvimento econômico formulamos portanto, de um modo simplificado, e na sua expressão mais fácil de mensurar, o objetivo de progresso material e cultural que procuramos atingir.

Mas este nível de renda per capita não traduz apenas a medida de bem-estar de cada indivíduo dentro do corpo social. Ele serve também para medir a etapa de evolução do país. O estágio tecnológico da humanidade em cada época permite determinar, ao menos como ordem de grandeza, o nível mínimo de renda per capita que possibilita a formação interna de capital em volume suficiente para garantir um processo autônomo de desenvolvimento, e completar, pela emancipação econômica, a independência política de um povo. Emancipação econômica que não tem qualquer conteúdo de xenofobia, nem o sentido do isolamento ou da autarcisação, pois a tendência da humanidade, que não devemos evitar, - e antes procurar - é para a crescente interdependência econômica dos países e o aproveitamento ótimo das vantagens relativas de cada um. Mas no sentido de fazer com que cada povo comande efetivamente o seu destino; de conseguir superar a condição da economia reflexa, quando os horizontes e os resultados dos esforços de um povo decorrem tanto da sua vontade quanto da conjuntura econômica e dos interesses de outras sociedades; de fazer, enfim, com que cada povo constitua um grupo livre e responsável no concerto das nações, para que possa dar em toda a medida, a sua contribuição para o progresso cultural e material da humanidade.

Daí ser o desenvolvimento econômico, necessariamente, o principal objetivo dos países que ainda não atingiram aquele nível mínimo de renda que constitui precondição para que se possa lançar em qualquer outro projeto, como povo, como nação e como poder internacional.

Objetivo próximo: aumento da renda "per capita"

No estágio atual da tecnologia moderna, pode-se estimar entre 500 e 600 dólares o nível da renda per capita capaz de satisfazer simultaneamente àquelas duas condições de consumo mínimo

compatível com a dignidade humana e de formação interna de volume de capital que garanta continuidade e autonomia no progresso.

A renda per capita do Brasil supera de pouco a casa dos 250 dólares. Aí temos a medida da distância que nos separa do nosso primeiro objetivo como nação. E por isso mesmo que esta renda se mede por habitante, ganha importância o fator demográfico. O produto interno bruto brasileiro vem crescendo, nos últimos 15 anos, à taxa média anual, cumulativa, de 5,5%. Se a compararmos com a de outros países desenvolvidos, poderá parecer a muitos que ela é razoável. Mas, nos países com os quais nos comparamos o crescimento da população é bem menor, e o aumento anual da nossa renda per capita, à taxa atual de expansão demográfica, se situa em torno de 2%. A este ritmo de crescimento o Brasil só atingirá a renda de 600 dólares per capita dentro de quase meio século. Por esta época, entretanto, tal nível será por certo insuficiente para garantir os objetivos sociais, econômicos e políticos que procuramos atingir. Os países hoje mais adiantados não estão estagnados. Ao contrário: crescem a taxas mais rápidas, que ainda podem acelerar. O ritmo de nosso crescimento precisa, portanto, ser sempre relacionado com os dos países desenvolvidos, pois, se não crescermos mais rapidamente do que eles, jamais poderemos recuperar o atraso do passado, ou reduzir a distância que deles nos separa, em termos de bem-estar social.

Quando verificamos que a renda per capita vem crescendo na França de 8,2% ao ano, de 8,7% no Japão, de 8,3% na Alemanha Ocidental, de 4,1% na Austrália, ou de 4,3% nos Estados Unidos, é que tomamos consciência da insuficiência de nossa taxa de desenvolvimento nos últimos quinze anos, e da distância que ainda nos separa dos nossos objetivos.

Mas não são apenas as comparações internacionais que permitem esta conclusão. Vários sintomas demonstram que, mesmo medida pelos parâmetros das nossas necessidades internas, temos crescido pouco, e o mais importante deles é a acumulação de favelados nas cidades da região centro-sul e nos mocambos do nordeste, traduzindo um processo de aumento gradativo de subemprego ou de desemprego disfarçado, que evidencia a incapacidade da nossa economia para dar ocupação produtiva aos novos contigentes demográficos.

A que devemos aspirar?

A que podemos e devemos aspirar? O Brasil não pode, evidentemente, esperar mais meio século para atingir a renda per capita de 600 dólares. E quando digo não pode, não quero apenas traduzir a desejabilidade do objetivo ou meta que o país deva buscar, mas um imperativo da sobrevivência das franquias políticas e dos valores sociais que nos são mais caros. A relatividade do conceito de bem-estar social, tanto quanto a sua dependência dos valores e comportamentos sociais - e até das idéias religiosas de cada povo - faz com que variem, em cada país e em cada época, as condições de satisfação ou de conformismo da população, e com elas a possibilidade e a estabilidade da paz e da ordem social. O aperfeiçoamento moderno dos meios de comunicação e difusão veio influir decisivamente no grau de satisfação social e na dimensão das aspirações individuais, através do exemplo das conquistas alcançadas pelos povos mais desenvolvidos. O despertar de novas necessidades, que pode ser instrumento precioso para dinamizar povos estagnados ou adormecidos, traz consigo o risco de avivar insatisfações, cristalizar frustrações e criar tensões sociais perigosas, que só podem ser superadas ou aliviadas pela consciência da percepção dos benefícios de um rápido crescimento da renda, que a curto prazo amorteça essas tensões e a longo prazo alimente a esperança de dias melhores.

Ritmo de crescimento: instrumento de paz social

Da nossa capacidade para acelerar, no futuro próximo, a taxa de desenvolvimento econômico dependerá, em grande parte, a paz social do país. Fixado o crescimento demográfico como variável independente, a diferença entre aumentar o produto nacional de 3,5% ou de 9% ao ano representa a distância entre estagnar ou abrir para o Brasil as perspectivas de atingir, dentro de uma geração, a sua meta de país desenvolvido. Quando se imagina o que representa aumentar, anual e cumulativamente, de 5 ou 7% a renda média de cada brasileiro, é que se tem a noção do que pode representar o ritmo de crescimento como instrumento capaz de

assegurar a paz social em nosso país. Para isso, seria preciso fazer crescer anualmente o produto nacional de 8 a 10%, ao invés dos 5,5% verificados nos últimos 15 anos. O incremento do produto a pouco mais de 8% ao ano, ainda que mantido o crescimento demográfico atual, permitir-nos-á atingir o nível de 600 dólares per capita por volta de 1980. Dentro de 10 anos, este nível já se situaria na ordem de 375 dólares, tornando mais fácil a acumulação do capital necessário para manter o ritmo de crescimento no restante do período. O maior esforço seria exigido no presente decênio, quando deveríamos aumentar a nossa taxa de poupança com um nível de renda ainda muito baixo. Mas certamente seriam amplamente compensados os sacrifícios a que fôssemos obrigados nesta primeira etapa. E o que são, afinal, 10 anos, na vida de uma nação?

A batalha
contra o subdesenvolvimento

Grande é a responsabilidade dos brasileiros da década de 1960, pois deles depende um passo decisivo na nossa história. Se conseguirmos - aproveitando a dinamização da economia brasileira nos últimos dez anos - acelerar o ritmo do nosso crescimento, situando e mantendo acima de 8% o incremento anual do produto nacional, poderemos considerar vencida a batalha contra o subdesenvolvimento. Não só este ritmo nos livrará de problemas sociais mais graves nos anos próximos, como entraremos na década seguinte na certeza de que atingiremos, em poucos anos, a condição de desenvolvidos. Mas, se falharmos, ninguém poderá antecipar as conseqüências sociais de um novo período de estagnação. Precisamos ter consciência dessa perspectiva e dessa responsabilidade, porque os juízes do nosso comportamento serão os nossos filhos. E precisamos saber, também, que as tendências vegetativas da nossa economia não nos conduzem para tais objetivos, e que só os poderemos atingir pelo esforço esclarecido e continuado. A história brasileira mostra que, mais de uma vez, perdemos, no passado, oportunidades semelhantes. Já conhecemos períodos de rápido crescimento, como nas décadas de 1860 e 70 e de 1910 e 20, mas os nossos antepassados deixaram que a economia

perdesse o impulso adquirido, e voltássemos à estagnação. Cabe-nos agora o dever de evitar que tal insucesso ocorra novamente. Mas cabe-nos também a ventura de nos encontrarmos diante do mais nobre, do mais rico e do mais generoso dos desafios que se nos pode oferecer - libertar a grande massa do nosso povo, definitivamente, da servidão à miséria.

A nossa missão

Eis aí o verdadeiro e fundamental problema da realidade brasileira atual. Este o nosso desafio, esta a nossa missão, este o nosso objetivo. Diante dele, da grandeza da obra a realizar e da riqueza dos frutos a colher, ganha cores de traição à pátria a ação social ou política que, inspirada em interesses, vaidades, preocupações, conveniências ou objetivos de caráter personalista, contribui para tornar mais difícil a tarefa, ou simplesmente deixa de somar esforços para este objetivo maior. Por estes parâmetros haveremos de julgá-la, em nome desses valores haveremos de condená-la.

Porque a tarefa não é simples nem fácil, e não pode ter sucesso sem o esforço comum e dedicado de todos os brasileiros. Não podemos dispensar contribuições, nem podemos permitir interferências, interrupções ou perturbações.

A muitos parece, mesmo, impraticável aumentar de mais de 50% o ritmo de nosso crescimento. A estes, lembro o exemplo de outros povos, a abundância dos nossos recursos naturais e, principalmente, a extraordinária capacidade de nosso povo para absorver novas técnicas. Os sucessos recentes da nossa industrialização se devem em grande parte às virtudes desse povo, expressas no dinamismo das classes empresárias, que sempre respondem com presteza aos incentivos governamentais, e na adaptabilidade de operário brasileiro, que, de um dia para outro, é transferido de serviços não qualificados para o comando eficiente das máquinas mais complexas.

São estas condições que explicam a extraordinária vitalidade e resistência da nossa economia - que tem suportado os mais violentos tratamentos - e que fundamentam a certeza de que podemos esperar ritmo mais acelerado de crescimento, se soubermos evitar e corrigir os erros do passado.

Problemas a resolver

Temos vários e sérios problemas a resolver: a inflação, o aumento da taxa de poupança, o atraso relativo da agricultura, os desequilíbrios da distribuição regional de renda, o déficit do balanço de pagamentos, o nível insuficiente de educação e de formação de pessoal técnico adequado às exigências de uma sociedade moderna.

O que podemos fazer para equacionar, resolver ou superar estes problemas? Precisamos, antes de tudo, difundir por todo o povo, e especialmente nas classes dirigentes do país, a consciência desses objetivos e desses problemas. Mais: é indispensável que se generalize o conhecimento do mecanismo, das condicionantes e da forma de influir sobre este processo de desenvolvimento. Somente quando se vulgarizarem alguns conceitos básicos do raciocínio econômico haverá ambiente social adequado para que, no clima democrático do consentimento, e não da imposição ditatorial, possamos atingir a eficiência máxima na ação coletiva.

Investir mais, consumir menos

Para que possamos atingir o ritmo de crescimento desejado devemos compreender a sua dependência do aumento do volume e da melhoria de composição dos investimentos, orientando-os, através de um planejamento cada vez mais eficiente. Devemos compreender que o volume de investimentos é condicionado pela taxa de poupança e pela quantidade de capital estrangeiro que conseguimos adicionar a essa poupança. Devemos enfrentar, em toda a sua significação, a opção entre consumo e investimento, e aceitar hoje um nível menor de consumo para que, aumentando a parcela poupada da nossa renda, possamos investir mais, crescer mais rápido, para consumir mais amanhã. Devemos compreender que esse crescimento depende da importação de bens de capital e de consumo que ainda não produzimos, e que precisamos exportar para poder importar; e para isso, havemos de nos conformar em renunciar ao consumo de alguns produtos que têm mercado no exterior. Devemos extirpar do nosso meio uma concepção paternalista do Estado, que o vê como estrutura metassocial dotada de fontes próprias de recursos, que pode assumir a responsabilidade indefinida de investimentos, de

despesas de custeio, ou de subvenções, sem antes retirar os recursos correspondentes da própria comunidade, através dos tributos ou da inflação. Devemos compreender que todo bem ou serviço tem um custo, e que, se pretendemos consumi-lo ou utilizá-lo pagando menos do que este custo, alguém, dentro da nossa comunidade, está suportando a diferença. Devemos aprender a realizar constantemente balanços de custos e benefícios e a agir em conseqüência. Devemos compreender que o aumento da renda de um indivíduo ou de uma classe, se excede do aumento da sua produtividade, ou do incremento real de renda de toda a comunidade, ou se realiza à custa de outros indivíduos ou classes, ou é inflacionário.

No dia em que alguns desses conceitos permearem a nossa sociedade na mesma extensão e com a mesma profundidade que certos valores políticos e jurídicos, será bem mais fácil a tarefa de orientar o esforço coletivo no sentido do crescimento máximo da nossa economia.

A atuação do Estado

Para o sucesso da grande empreitada do presente decênio contribuirá, também, e de forma decisiva, a atuação do Estado. O papel do Estado na evolução de uma sociedade subdesenvolvida pode ser entendido quando se verifica que somente ele, no uso da sua autoridade, pode assumir a indispensável liderança na orientação e no planejamento da ação comum; e que somente ele, através do poder tributário, dispõe de instrumento eficiente para concentrar as grandes massas de capital exigidas pelos investimentos na infra-estrutura e nas indústrias básicas, até que o nível de renda per capita, permitindo formação voluntária de maior volume de capital, enseje o funcionamento de um mercado privado de capitais suficientemente ativo e amplo para que nele os empresários privados encontrem o meio de financiar seus investimentos.

Por outro lado, é indispensável ter sempre presente que o desenvolvimento não é um processo que se expresse apenas no aumento do estoque de capital à disposição da economia, mas que ele implica e traz consigo mudanças radicais, não só da economia como de todo o corpo social, interessando a todas as suas estruturas e instituições, e às camadas mais profundas da

consciência coletiva. É um processo de crescimento vital em cujo curso se podem estabelecer tensões sociais graves, se através da ação presente e previdente do poder político, não ordenarmos essa evolução e não adaptarmos as antigas estruturas e instituições às novas condições sociais e econômicas.

Critério para julgar o regime parlamentar

Ressalta aí o significado da forma de organização política adotada pelo país, e o critério para julgar do nosso regime parlamentar.

A muitos parece, - e na verdade assistimos diariamente a tal colocação do problema - que esta adequação se medirá, exclusivamente, em termos de eficiência administrativa, de autoridade política, ou de capacidade decisória. E não é incomum observarmos a inconsciente contradição daqueles que defendem um processo democrático de desenvolvimento, e simultaneamente condenam o regime parlamentar, com argumentos de insuficiente concentração do poder político. Argumentos que, levados aos últimos corolários, serviriam para demonstrar que o preço do desenvolvimento é o sacrifício da liberdade política.

Precisamos nos desenvolver, e rapidamente, mas nem por isso precisamos renunciar à liberdade política. Ao contrário. Este desenvolvimento somente terá significação e valor se o obtivermos no quadro de uma sociedade democrática, onde sejam respeitados os direitos inalienáveis da pessoa humana. Nos últimos quarenta anos, a experiência de alguns povos tem servido de pretexto para a tese de que somente as formas de organização social que negam quaisquer direitos individuais, desde a propriedade até a liberdade política, oferecem instrumento eficiente para vencer a barreira do subdesenvolvimento. A atração de alguns resultados concretos conduz, por vezes, a que sejam esquecidos exemplos de crescimento semelhante em regimes democráticos, sem o alto custo pago naqueles sistemas, em termos de direitos, de valores, e de dignidade do homem. Devemos, além disso, distinguir, nestes resultados, o que possa ser atribuído às características do regime ou da forma de organização social, e o que traduz a aplicação de técnicas de

planejamento que podemos e devemos copiar e adaptar, e o que deve ser imputado à formação de uma consciência de objetivos e à galvanização da vontade coletiva, que também podemos e devemos conseguir, por meios democráticos.

A vocação do povo brasileiro para a liberdade, demonstrada através da sua história, a tradição de uma escala de valores forjada pela civilização ocidental e cristã, destinam ao insucesso qualquer tentativa de violentar os princípios que inspiram a nossa organização política, ainda que a pretexto de oferecer em contrapartida a promessa de um crescimento mais acelerado. Haveremos de crescer no respeito a estes princípios, na prática e no aperfeiçoamento das nossas instituições.

Governo parlamentar: instrumento mais apto

Cabe-nos perguntar, nesta altura, qual dos dois regimes estará mais apto a servir de instrumento para estes fins: o tradicional da república brasileira, ou aquele em cuja prática nos iniciamos.

Para aqueles que consideram o problema sob o aspecto restrito de eficiência administrativa, pode parecer à primeira vista que o comando unipessoal do presidencialismo propiciava instrumento mais flexível e pronto, principalmente quando são lembrados os comportamentos voltados à ostentação e à propaganda pessoal. A verdade, porém, é que a eficiência da máquina administrativa depende menos da ação individual do dirigente supremo do que da dedicação, da capacidade, da qualidade dos servidores públicos que garantem a continuidade da ação governamental, e que lhe fornecem o substrato técnico. Aos Governantes cabe, quase que exclusivamente, a orientação geral, a ênfase em determinados sentidos, ao lado do exercício de uma representação e de uma liderança que tem caráter político e não administrativo. Esta conclusão é confirmada, quando se verifica de que modo a vida do país foi afetada, nos seus aspectos materiais, ao fim de um ano, no qual vivemos a inauguração de novo período presidencial, grave crise política e a mudança do regime: não obstante o ritmo da inflação - que não foi, entretanto, inédito na nossa história, mas inferior ao de ano recente da nossa história

presidencialista e que pode ser imputado à continuação de processo que já se prolonga há vários anos, e às emissões impostas pela própria crise política, - os dados preliminares disponíveis indicam, para 1961, o menor déficit do comércio exterior dos últimos cinco anos, e uma taxa de crescimento do produto nacional que se aproxima de 7% - taxa que não conseguíamos atingir há muitos anos. Em nada foi afetado, portanto, o ritmo de nosso crescimento, mas continuamos a nos desenvolver tanto ou mais do que no passado.

A herança recebida do passado

A herança recebida pelo primeiro Gabinete parlamentar, no que diz respeito às finanças federais e à situação monetária do país, supera de muito tudo o que já experimentaram os Governos presidenciais. E estou certo de que, fazendo uso das facilidades de coordenação que permite o contínuo funcionamento em Conselho de todos os Ministros, o Gabinete encontrará meios para reduzir substancialmente o ritmo da inflação no corrente exercício.

Quanto às decisões de política, as dificuldades e as delongas que se pretende atribuir ao regime parlamentar, traduzem apenas a complexidade dos problemas e a existência, tanto nos órgãos de representação política, como na opinião pública, de posições antagônicas, muitas vezes extremadas por compromissos ideológicos, que devem ser consideradas, pesadas e harmonizadas em benefício da paz social. A própria urgência com que se reclama do Gabinete a decisão e solução sobre as mais variadas questões, algumas delas pendentes há vários anos, documenta a incapacidade dos Governos presidenciais anteriores em lhes dar solução, ou de sequer se definirem em determinado sentido. Os problemas com que hoje nos defrontamos não nasceram com o regime parlamentar, que afinal de contas tem apenas seis meses de funcionamento. São todos eles herdados do regime presidencial que, não obstante o comando unipessoal e as virtudes que nele encontram os seus atuais defensores, não mostrou qualquer capacidade para solucioná-los.

Em compensação, foi farto de crises políticas até à última, que deu origem ao regime parlamentar. E este, se outras virtudes ainda não demonstrou, saiu-se a contento da tarefa maior de manter

o equilíbrio das forças políticas e sociais e de restabelecer a tranqüilidade e a paz.

O problema político e social a resolver

Mas o certo é que não é pelas suas aptidões administrativas que deve ser julgada a forma de organização política na presente etapa da evolução brasileira. O grande problema político e social a resolver é a necessidade de promover os ajustamentos institucionais que o próprio desenvolvimento exige.

Nos últimos tempos, acostumamo-nos a ouvir as manifestações dos mais variados setores no sentido de que o país precisa - e com urgência - de reformas de base, principalmente a agrária, a bancária, a tributária, a da administração pública, a dos Códigos, e tantas outras. Todos sentimos que os progressos alcançados pelo país, depois da última guerra, tornaram obsoletas muitas das instituições e estruturas construídas para condições diversas. O vulto da tarefa com que se defronta o novo regime é a expressão da falência do regime presidencial em obter, a seu tempo, progresso institucional paralelo ao crescimento da renda nacional.

O regime político que nos convém

Em função das suas aptidões para obter estas reformas é que deverá ser determinado qual o regime político mais adequado às necessidades do Brasil no futuro próximo.

A natural oposição a que conduz a separação dos Poderes Legislativo e Executivo no regime presidencial - não obstante as declarações formais de harmonia de ação, constantes da Constituição - explica em parte o atraso na efetivação das reformas cuja necessidade hoje reconhecemos. E sob este aspecto, é difícil negar as facilidades políticas e operativas que proporciona o regime parlamentar ao transferir as funções governamentais para representantes do Poder Legislativo. A delegação de poderes, vedada ao nosso regime presidencial e admitida como procedimento normal no parlamentar, poderá constituir-se em valioso instrumento para um processo legislativo mais rápido,

especialmente no caso de leis de natureza técnica e sem grande conteúdo político.

Poder-se-á observar, entretanto, que o regime parlamentar, não obstante os seis meses de funcionamento, ainda não demonstrou praticamente estas aptidões. É certo que o Congresso, apesar da sua operosidade, ainda não promulgou leis objetivando qualquer destas reformas. A semelhante objeção lembraria que a consciência da necessidade de tais reformas data de pouco tempo e que, na verdade, a maioria dos que por elas clamam, não têm noção muito clara sobre o seu conteúdo, nem posição definida sobre os princípios que as devem inspirar. E não raro, observamos posições antagônicas ou irreconciliáveis. É natural que o Congresso reflita esta situação, pois como órgão político, representando regiões, correntes, ideologias e classes diversas, precisa necessariamente de uma fase de amadurecimento no estudo dos temas submetidos à sua apreciação a fim de que possa encontrar aquela harmonização mínima de opiniões que exige o regime democrático. Por outro lado, não é possível esquecer as repercussões da crise política, nem o fato de que estamos em ano de campanha eleitoral, para renovação da Câmara de Deputados e de parte do Senado Federal. É da essência da democracia que o processo de escolha dos representantes do povo sobreleve, como fato político, a todos os demais, pois ele é o fundamento do próprio regime e a eleição que se aproxima será mesmo condição para que algumas das reformas acima referidas traduzam realmente a vontade do povo, expressa através da escolha de seus delegados.

Poucos pretenderão afirmar de qualquer modo, que um regime presidencial poderia, em tais condições, ter alcançado resultado mais amplo.

O diálogo contínuo, essência do regime democrático

Sob um outro ângulo, ainda, estou convencido de que o regime parlamentar poderá, melhor do que o presidencial, assegurar nos próximos anos os nossos objetivos de desenvolvimento dentro da democracia. As expressões de um crescente pluralismo na sociedade brasileira - que devem ser recebidas pelos verdadeiros

democratas como o melhor penhor do nosso sistema de vida - recomendam que as decisões fundamentais que deveremos tomar sejam conduzidas através do Congresso e de um sistema colegiado de Governo, de modo a evitar que a ansiedade de alguns, o radicalismo de outros, ou a prepotência de detentores eventuais do Poder Executivo possam conduzir, através de crises políticas e tensões sociais, ao perecimento do próprio regime democrático. É nesses momentos que avulta a sabedoria da tradição política brasileira, - que esta nossa querida Minas Gerais se orgulha de saber traduzir com insuperável dedicação - que recomenda sempre a atenção e a consideração das teses dos adversários, a busca constante da opinião média das correntes políticas e da opinião pública, o desprendimento pessoal e a disposição de conciliar, em benefício da paz social. Na humildade deste diálogo contínuo é que reside, afinal, a essência do regime democrático e a segurança de que evoluiremos sem choques insuperáveis, como nação coesa, ordenada e pacífica.

Seja qual for o regime - presidencial ou parlamentar - a tarefa de reformar as instituições nacionais, exigida pelo processo de desenvolvimento, há de caber ao Congresso, se desejamos que elas se façam sob a égide da liberdade política. O dever de todo democrata é, portanto, o de prestigiar e apoiar as casas desse Congresso, ainda que usando de todos os meios legítimos de formação de opinião pública e de influência sobre os seus representantes políticos, para que se orientem no sentido que cada um julga como o mais conveniente aos interesses do país. E se esforçar para que, na próxima renovação desse Congresso, mais autêntica e mais ampla seja a sua representação.

SOS
1984

SOS
1984

SOS
1984

SOS

ILUSTRAÇÕES

Acervo APUBH

1984

A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES E A GRATUIDADE DO ENSINO UNIVERSITÁRIO PÚBLICO: MITOS E DESAFIOS

CELSON J. DA SILVA

I- Pressupostos

Com justa razão, temas como a estabilidade dos servidores públicos e o sistema de gratuidade do ensino universitário público têm dado margem a consideráveis controvérsias, desde que mudanças anunciadas ficaram pairando nos ares de incertezas que há muito cobrem a sociedade brasileira.

Sem dúvida, não é fácil tratar de certos assuntos considerados tabu por setores importantes da sociedade, sobretudo quando isto importa rever concepções e práticas herdadas de tempos imemoriais. Com freqüência as questões mais espinhosas e, por isto mesmo de solução mais difícil, são ideologicamente manipuladas pelos indivíduos e setores diretamente interessados, o que dificulta a busca de soluções mais equânimes e mais adequadas do ponto de vista da sociedade como um todo, acabando por predominar os argumentos e a vontade de alguns poucos grupos de interesse. Com efeito, encontrar o equilíbrio social, sem cercear a liberdade de discussão e de manifestação da vontade, é a difícil tarefa que o exercício da democracia tem que enfrentar permanentemente.

Em se tratando de uma sociedade complexa como a brasileira, esta tarefa se torna muito mais difícil. Na sociedade brasileira os interesses se multiplicam ao infinito, num contexto onde prevalece uma enorme diversidade regional e um gigantesco desequilíbrio social herdado de muitas gerações. Além disto, embora seja considerável o avanço conseguido, ainda não se pode dizer que o Brasil já conte com instituições estáveis o suficiente para garantir a primazia do interesse público sobre o privado. E não é incomum também que a fragilidade das instituições políticas leve muitos governantes a intermináveis negociações visando a própria permanência e perpetuidade no poder, em detrimento do empenho na composição dos interesses sociais divergentes que permitisse a busca de soluções mais eficazes para os problemas da população. Mais centrados em sua própria sobrevivência política, estes governantes voltam sua preocupação principalmente para a obtenção de novo mandato ou de novo cargo no próximo governo, o que torna mais fácil e mais conveniente identificar problemas menores e encontrar bodes-expiatórios (caça aos marajás e transformação do servidor público em a mazela do mundo), do que enfrentar complicados problemas estruturais. Estes, em geral, demandam decisões, cujos resultados só podem ser percebidos a longo prazo e, muitas vezes, só são efetivamente sentidos por gerações futuras. Da mesma maneira que não é fácil encontrar empresários dispostos a fazer investimentos em operações cujos resultados positivos só podem ser percebidos a longo prazo (sobretudo num sistema de instabilidade), é difícil também esperar de governantes e governados a generosidade e a cumplicidade social necessárias para a tomada de decisões que exijam sacrifícios no presente para benefício das gerações futuras. Todos os governantes querem ser o Estadista de hoje, mas poucos se satisfariam com a perspectiva de virem a ser reconhecidos pelas gerações futuras como o Estadista de ontem. Só que, quando a complexidade e a gravidade da situação presente são o resultado de problemas sociais há muito acumulados, que se somam com conseqüências imprevistas de decisões tomadas no passado, a busca de soluções mais legítimas, estáveis e duradouras, não pode ficar circunscrita à política do imediatismo. Muitas vezes o imediatismo vem travestido de caça às bruxas. Outras vezes ele vem

como ataque a direitos legitamamente conquistados ou conferidos em outras épocas, no estrito rigor da lei e em benefício ou defesa de interesses sociais maiores. Algumas outras vezes ele vem ainda como desmantelamento do que foi arduamente construído no passado, o que pode chegar a ser irresponsável, seja pelo afogadilho da decisão, seja por significar uma simples troca pela novidade suntuária.

Nestes casos, nada se torna mais importante do que a busca do justo equilíbrio. A dialética própria da dinâmica social impõe a freqüente revisão de decisões pretéritas, o que leva à necessidade da introdução constante de alterações nos rumos e na direção do caminhar histórico. Não obstante, isto não significa que, envergonhados, devamos renegar o passado para podermos expiar falsos sentimentos de culpa, uma vez que a construção e reconstrução permanente da história importam em mudanças e incorporação do novo, mas pressupõem também respeito ao passado. É isto, aliás, que nos permite acumular experiências, através dos nossos erros e acertos.

II- A Estabilidade dos Servidores Públicos

Dentro do que foi discutido acima, se tomarmos como exemplo a tão debatida questão da estabilidade do funcionalismo público, nada seria mais sedutor do que sua peremptória condenação. A partir de qualquer avaliação superficial ela poderia ser facilmente identificada como a maior culpada pela falência do Estado. E esta mesma avaliação superficial permite também identificar os que dela desfrutam como os parasitas da sociedade, como se seus beneficiários devessem se envergonhar do crime que hipoteticamente estariam cometendo diariamente contra a humanidade, aproveitando-se do vergonhoso privilégio de serem funcionários públicos estáveis. Sequer abre-se espaço para a pergunta sobre quando e por que se instituiu o estatuto da estabilidade.

Por certo a estabilidade não foi instituída por pressão de grupos de servidores públicos interessados em garantir privilégios não conferidos a nenhuma outra categoria social, em detrimento dos interesses da grande maioria da população. Ao contrário, ela foi

estabelecida para garantir que, no estado nacional moderno, também através dos chamados servidores públicos, o cidadão comum pudesse estar protegido do abuso de poder por parte dos governantes. O pressuposto é que o exercício do poder entre os que mandam e os que são mandados deva ser intermediado por uma categoria que preste serviço indiscriminadamente a governantes e governados, com imparcialidade e impessoalidade. Para tanto é preciso o exercício de uma competência profissional, garantida por uma carreira à qual todos tenham igual oportunidade de acesso através de recrutamento universal (concurso público). Regras e limites de competência devem ser claramente definidos, e o exercício do múnus público, mesmo quando contrarie interesses de grupos específicos, não pode ser cerceado, seja por pressão do grande público ou dos superiores hierárquicos, seja por ingerência dos detentores casuais do poder governamental.

No desempenho de suas tarefas os servidores públicos devem agir com imparcialidade e têm que garantir a implementação e a continuada eficácia das decisões tomadas em todos os níveis e por todos os órgãos e autoridades da intricada e complexa rede de interesses que compõe a administração pública. Só que, sem alguns princípios básicos, como a seleção universal por concurso público, a definição de uma carreira que permita a alocação de tarefas segundo critérios de qualificação, e o respeito à hierarquia de competência, ficaria difícil contar com uma administração pública eficaz. Neste ponto também o estatuto da estabilidade desempenha importante papel. No cumprimento de suas funções públicas, visando o atendimento e a defesa dos interesses dos cidadãos em geral, não só o conjunto burocrático do funcionalismo, como cada servidor em particular, deve-se ater à estrita observância das normas e dos princípios institucionalmente estabelecidos. Dado que os servidores do Estado lidam com serviços, bens e recursos públicos, não cabem favoritismos, assim como não podem prevalecer desejos, e interesses particulares, competindo a todos os funcionários públicos zelar pela prevalência dos princípios de moralidade pública em todos os procedimentos: da compra de um simples arquivo de aço até o complexo processo de venda de uma planta industrial, assim como da implementação de um modesto programa de assistência comunitária até a complexa implantação de uma nova política

nacional de telecomunicações. Isto seria, entretanto, muito difícil sem o estabelecimento de uma carreira que lhes garanta a competência funcional e a estabilidade no serviço público, como proteção contra possíveis pressões espúrias.

Do que está acima exposto derivam, no entanto, algumas conseqüências. Antes de mais nada, é preciso lembrar que nas modernas democracias, da mesma maneira que não há lugar para o poder absoluto dos reis, não cabe também a existência de castas de servidores públicos, livres para agir como corporações soberanas e capazes de utilizar direitos e garantias legitimamente adquiridos como escudos para esconder e proteger privilégios ilegais, incompetência funcional ou desídia no desempenho de suas funções. Regras e normas claramente instituídas devem garantir a limitação do número de funcionários em todos os níveis da administração pública, assim como estabelecer mecanismos que possibilitem a dispensa daqueles que se revelarem incompetentes ou relapsos no cumprimento de seus deveres, ainda que se trate de funcionários estáveis.

Além disto, não podemos perder de vista que é a natureza pública da função desempenhada pelos servidores do Estado que deveria lhes garantir certos direitos correlatos. Só tem sentido falar de estabilidade para aqueles servidores que efetivamente exerçam atividades claramente caracterizadas como públicas e cujo desempenho justifique a doação de medidas de proteção contra pressões espúrias, inclusive da que, muitas vezes, é exercida pelos escalões políticos. Isto equivale a dizer que a garantia da estabilidade não deveria ser estendida aos servidores admitidos para o desempenho de funções corriqueiras, ou seja, daquelas de cujo exercício só muito remotamente poderiam vir a ser objeto de pressões por motivos escusos. Ela deveria estar atrelada apenas a um reduzido número de funções claramente definidas em lei, na exata medida do necessário para a salvaguarda do interesse público.

Aqui gostaríamos de retomar alguns dos pressupostos aventados na parte inicial deste artigo. Entendemos que é preciso vontade e capacidade de decisão política para encontrar o justo equilíbrio que permita tratar a questão da estabilidade dos funcionários públicos, sem renegar nem sacralizar a experiência do

passado. Se por um lado sua extinção sumária não seria a panacéia salvadora da administração pública brasileira, nem resolveria o problema orçamentário do Estado, por outro lado, certamente, faz-se necessária a introdução de ajustes que permitam corrigir distorções acumuladas durante longos anos. É preciso não se esquecer também de que a Administração Pública já conta com inúmeros instrumentos legais que poderiam ser eficazmente aplicados para solucionar muitos problemas relacionados a esta questão (inclusive para a dispensa de funcionários estáveis). O que se vê muitas vezes, no entanto, é um considerável desconhecimento destes recursos, combinado com uma justificada fragilidade da administração. Não se trata, portanto, de renegar a experiência da estabilidade, inclusive no que ela tem de positivo, mas de introduzir ajustes que permitam não só aprimorar o estatuto legal, como também fortalecer a administração pública, tornado-a mais eficaz e mais ágil, sempre que for preciso corrigir distorções.

III - Universidade Pública: Gratuidade ou Equidade?

Embora, em princípio, não haja ligação direta entre estabilidade dos servidores públicos e gratuidade da universidade, entendemos que as questões introduzidas no início deste texto servem igualmente como pano de fundo para a discussão destes dois polêmicos temas. Da mesma maneira que estabilidade precisa ser revista, sem que isto signifique necessariamente sua extinção sumária, também a gratuidade do ensino universitário público deve ser reavaliada com os mesmos cuidados. Entre a pregação genérica do ensino indiscriminadamente pago, que não leva em conta sua danosas conseqüências sociais, e a defesa apaixonada da gratuidade absoluta, há que se buscar um equilíbrio que permita combinar justiça social com equidade.

Em geral, as discussões sobre a universidade pública tendem a se tornar apaixonadas, opondo de um lado os que defendem o ensino pago (identificados como comprometidos com uma universidade de elite) e de outro lado os que são a favor da universidade totalmente gratuita (às vezes identificados como os que querem uma universidade de massa, em detrimento da qualidade do ensino). Embora haja bons argumentos a favor das

duas posições, nenhuma delas leva ao convencimento de que a mera introdução de pagamento de anuidades nas universidades públicas venha influir na qualidade do ensino nelas ministrado.

Não obstante, atribuir ao erário público o encargo de arcar com todo o sistema de manutenção e funcionamento das universidades não parece realista num país com as dimensões e as distorções sociais do Brasil. Todo ano são necessários valores cada vez mais astronômicos para suprir a manutenção das instalações, para arcar com os salários de milhares de professores e funcionários técnico-administrativos, para adquirir equipamentos novos e mais modernos e para comprar enormes quantidades de material de consumo, além de se ter que bancar um oneroso sistema de bolsas de estudo. Sem nenhuma dúvida é absolutamente imperioso buscar fórmulas que permitam socializar estes custos, assim como encontrar formas de parcerias com a iniciativa privada, sobretudo com os setores empresariais que se beneficiam diretamente dos avanços científico-tecnológicos promovidos pelas universidades públicas. Se estas parcerias já podem ser percebidas em alguns setores de ponta dentro das universidades, elas são ainda muito tímidas se comparadas ao que poderiam representar se fossem praticadas em todas as áreas de conhecimento e por todas as universidades espalhadas pelo país. Para isto é preciso, entretanto, desmistificar uma crença ainda generalizada de que a parceria com a iniciativa privada signifique necessariamente diminuição da responsabilidade de poder público e subserviência a interesses particulares. Por razões que todos conhecem, no Brasil ainda não se pode abrir mão de um sistema universitário público. E a busca de suporte privado tem que ter como suposto básico a preservação da autonomia da Universidade no que se refere ao ensino e à pesquisa, buscando-se, no entanto, as interfaces que permitam combinar as prioridades públicas com interesses da iniciativa privada.

Por não se moverem em função do lucro, as universidades públicas chamam a si os encargos da produção e reprodução ampliada do conhecimento, tanto nas áreas altamente profissionalizadas (como as engenharias e o direito), quanto nas de menor aplicação prática imediata (como a filosofia), assim como naqueles setores que, por demandarem um grande e constante volume de recursos, dificilmente caberiam na lógica comercialista

que orienta a iniciativa privada (as universidades confessionais são um caso à parte). A questão é saber, entretanto, se todas as universidade públicas deveriam não só abarcar da enorme disparidade social e regional existente no Brasil e diante da evidente escassez de recursos, apenas algumas universidades públicas deveriam pretender se tornar competentes para produzir conhecimentos e formar profissionais em todas as áreas. Outras deveriam se especializar nas áreas e setores em que estivessem mais capacitadas, tendo-se em vista inclusive peculiaridades e necessidades regionais. A própria lógica do sistema intituído nacionalmente facilita e estimula, no entanto, a indiscriminada universalização das universidades públicas e, com o tempo, mesmo universidades que se iniciam voltadas para um setor específico acabam entrando na lógica do gigantismo que prevalece no sistema como um todo.

Haja vista o que tem acontecido com o sistema de pós-graduação no Brasil. Pensados inicialmente para estimular e possibilitar a formação mais especializada dos acadêmicos que passariam a ter, principalmente dentro das universidades, a tarefa de elevar o nível da produção do conhecimento científico, os cursos de mestrado cumpriram importantíssimo papel a partir da década de 60. E a eles se seguiram os cursos de doutorado, considerados como o ponto culminante da formação universitária, nos quais os pretendentes ao título de Doutor teriam a oportunidade de revelar sua real capacidade de fazer avançar o conhecimento através de proposições novas e originais. Destes mestres e doutores o Brasil precisa muito.

Ocorre, porém, que o tempo tem se encarregado de substituir esta concepção da pós-graduação pela visão de que ela não seria mais do que uma seqüência de etapas naturais e necessárias dos estudos universitários. Assim como há muito desenvolvemos a arraigada concepção de que todos devem ter um diploma universitário (e isto não tem nada a ver com privilégios de classe), hoje já está se desenvolvendo a cultura do mestrado e doutorado para todos. Em parte esta cultura se deve à errônea concepção segundo a qual os cursos de mestrado e doutorado teriam a honrosa função de recuperar as falhas do ensino de graduação. Mas em parte isto se deve também ao fato de já estar ficando difícil a

sobrevivência de certos institutos, departamentos e, principalmente grupos de pesquisa, sem o aporte dos recursos da pós-graduação e sem a respeitabilidade e o prestígio que o curso de doutorado confere. Se antes cabia a pergunta sobre para que precisamos de tantos graduados e bacharéis, em breve estaremos nos perguntando por que são necessários tantos mestres e doutores em todas as áreas do conhecimento. De qualquer modo, talvez hoje já caiba perguntar por que todas as universidades públicas e privadas se sentem estimuladas e até mesmo compelidas a criar cursos de mestrado e doutorado nas mais diversas áreas, quando muitas vezes não são ainda capazes sequer de oferecer uma graduação de qualidade inquestionável. Com isto a pós-graduação vai se tornando uma complexa rede burocrática de associações, serviços e órgãos específicos, cuja existência acaba se justificando como um objetivo em si mesmo, num constante processo de auto-reprodução e retro-alimentação.

É fundamental, entretanto, não se tirar a falsa conclusão de que se estaria defendendo aqui uma postura elitista de existência apenas de universidades pequenas, voltadas par um seleto grupo de privilegiados, impedindo o acesso da grande maioria da população à universidade pública, em todos os níveis de ensino. Por boas razões de ordem social, as grandes universidades brasileiras optaram por se tornare instituições de massa. É preciso, no entanto, resgatar este conceito de universidade de massa, para retirar dele qualquer conotação negativa, sobretudo a que implique necessariamente produção de conhecimento de qualidade inferior. Universidade de massa é uma terminologia utilizada aqui apenas para indicar aquelas instituições que, por estabelecerem compromisso com a realidade social na qual estão inseridas, se propõem a oferecer uma grande variedade de cursos com o maior número possível de vagas. Se, por um lado, as universidades públicas não devem ser entendidas como entidades de assistência social, por outro, elas não podem também ser consideradas entes abstratos, sem qualquer compromisso com a realidade social na qual estão inseridas. E as universidades como a UFMG, UFRJ, UFRGS, URFSC, e UFPb (apenas para citar alguns exemplos), que traçaram sua história na direção deste compromisso social sem, contudo, abrir mão do controle da qualidade do ensino e da pesquisa, devem continuar

fiéis a esta tradição. Só que, além de exigir amplas instalações e considerável volume de equipamentos, isto significa também ter que lidar com uma grande variedade de cursos, com muitos alunos, com um considerável número de professores, com muitos técnicos e com inúmeros funcionários administrativos, advindo daí boa parte dos incontáveis problemas gerenciais e administrativos enfrentados por estas universidades. Nem por isto, entretanto, elas devem abandonar o compromisso social de oferecer uma ampla gama de cursos, tanto os de maior prestígio das áreas tecnológicas, quanto aqueles imprescindíveis para formar os profissionais que a sociedade brasileira precisa para enfrentar seus desajustes e desequilíbrios.

Em função destas circunstâncias, é preciso considerar ainda que nestas universidades, ao lado dos ótimos alunos, dos bons professores e dos funcionários capacitados, a lógica natural dos grandes números faz com que inevitavelmente acabe-se contando também com alunos que chegam menos preparados, com professores pesquisadores menos qualificados e com funcionários técnicos e administrativos menos especializados, o que acaba interferindo no resultado final dos cursos e das pesquisas que elas produzem. Uma vez que esta situação é, entretanto, parte de uma complexa política institucional historicamente estabelecida, ao se avaliar o que estas Universidades produzem, torna-se fundamental considerar também o importante papel que elas desempenham. Por isto mesmo, provavelmente critérios de avaliação de qualidade e eficiência adequados para universidades que desenvolveram historicamente outro tipo de vínculo com as sociedades nas quais estão inseridas, como por exemplo Oxford e Harvard, deveriam ser repensados, redimensionados, ao serem aplicados a instituições como a UFMG.

De qualquer modo, a combinação das questões presentes nos parágrafos anteriores com o tema da gratuidade ou equidade sugerido no subtítulo acima serve para reforçar a dificuldade de se atribuir ao erário público o encargo de arcar com todo o sistema de manutenção e funcionamento do complexo sistema universitário público, reaparecendo sempre a necessidade de se buscar fórmulas que permitam combinar a socialização de seus custos com a garantia de abertura de oportunidade para todos.

Com freqüência, por fazermos cortes estanques da realidade

ou por ficarmos presos a pressupostos que podem estar historicamente superados, acabamos impondo rígidos limites ao nosso imaginário de possibilidades sociais. Parte da discussão sobre a gratuidade do ensino universitário público tem padecido desta limitação, na medida em que ela tem se restringido basicamente à questão de os alunos terem ou não que pagar mensalidades. No máximo, propõe-se isenção para os carentes, o que deixa sem solução o problema da sobrevivência pessoal destes alunos e abre interminável discussão a respeito do polêmico conceito de carência.

Os que defendem o ensino pago costumam justificar esta posição com o aceitável argumento de que não é razoável a sociedade arcar inteiramente com os custos do ensino universitário que é oferecido para abastados alunos, filhos dos mais ricos empresários e banqueiros do país. Com este argumento, pregam o ensino pago, criando, no entanto, o difícil dilema da exclusão elitista dos que não podem arcar com estes custos. Certamente, se não parece justo socialmente isentar os ricos de pagamento, excluir da universidade os de menor posse seria ampliar o rol das injustiças sociais. Além disto, não se pode ignorar também o argumento dos que defendem o ensino gratuito, no sentido de que a decisão de o indivíduo entrar ou não para a Universidade, assim como sua liberdade de escolha sobre o que estudar, não deve ficar na dependência da vontade da família, seja ela rica ou pobre. Com freqüência, ouvem-se estórias de jovens que brigaram com a família ou de pais que querem impor a seus filhos a obtenção de um título universitário específico, como argumento para reforçar esta posição. No entanto, embora estas estórias possam ser verdadeiras, a solução para o problema que elas apontam não deveria se limitar à perpetuação da injustiça social implícita no sistema de gratuidade do ensino universitário, do mesmo modo que não seria justo excluir os que não podem pagar.

Dada a sua complexidade, esta questão demanda soluções mais globais e que envolvam a sociedade como um todo. Só que para isto torna-se necessário que se construa a certeza de que os instrumentos legais, assim como as instituições sociais e jurídicas, bem como os órgãos e serviços públicos funcionam ou podem funcionar satisfatoriamente, o que poderia remeter a solução do dilema da

universidade gratuita para um patamar muito mais equânime e justo socialmente. A eficácia do fisco, a sofisticação do sistema de armazenamento e compartilhamento de informações, e a confiabilidade do cadastro de pessoas físicas e jurídicas do Brasil, já parecem suficientes para a elaboração de um sistema mais harmônico de arrecadação de parte dos recursos necessários para o financiamento das atividades de ensino nas universidades, permitindo aliviar os encargos do orçamento da união.

Como acontece em muitos países, também no Brasil, a todo candidato que satisfizesse as exigências formais e acadêmicas de admissão, deveriam ser oferecidas as condições necessárias para se tornar um bom estudante universitário. Além de não encontrar no pagamento de anuidades ou mensalidades um empecilho para seus estudos, seria conveniente que os alunos recebessem bolsas suficientes para garantir a própria manutenção. O problema seria, entretanto, encontrar fórmulas que permitissem conciliar o pagamento de bolsas de manutenção para todos os alunos, sobretudo num sistema amplo de oferta de vagas, com o princípio de socialização dos custos.

Com o intuito de levantar alguns pontos que, se não chegam a ser novidade, nem sempre são sistematicamente discutidos, alguns tópicos para o esboço de uma possível proposta serão sugeridos a seguir, mesmo correndo-se o risco de simplificação e de idealização da realidade. Estes tópicos poderiam ser resumidamente apresentados da seguinte forma:

1. Todo aluno matriculado na universidade receberia uma bolsa de manutenção, cujos valores para a graduação, para o mestrado e para o doutorado poderiam ser diferenciados. Todos os alunos dos cursos de mesmo nível receberiam, entretanto, bolsas de valores iguais, independente da renda pessoal ou familiar. Poderia ainda ser previsto um adicional para aquisição de material didático, que variaria segundo as necessidades do curso. De acordo com o custo de vida da cidade de localização de cada universidade, o cálculo do valor desta bolsa de manutenção seria feito levando-se em conta as necessidades básicas de um aluno universitário,

em termos de moradia, alimentação, vestuário e transporte.

2. Paralelamente e independente dos valores das bolsas, a cada aluno matriculado na universidade corresponderia o pagamento de uma mensalidade, fixada diferencialmente de acordo com o nível dos cursos oferecidos. Os valores destas mensalidades deveriam ser suficientes para cobrir os custos reais de cada aluno, como ainda incluir determinado percentual que permitisse diminuir as despesas das universidades com os programas de assistência aos carentes.
3. Cada universidade estabeleceria uma tabela geral, discriminando para cada curso o valor que representaria, para um aluno, a soma das parcelas referentes à mensalidade e à bolsa de manutenção.
4. Como contribuição fiscal obrigatória, seria estabelecida em lei uma Taxa Universitária, que seria composta pelos valores apurados pelas somas das duas parcelas da tabela prevista no item 3 acima.
5. Além da tabela geral prevista no item 3, as universidades fixariam uma tabela progressiva, estabelecendo correlação entre faixas de renda e percentuais da Taxa Universitária. Seria previsto pagamento integral para os alunos mais abastados e isenção total para os que não pudessem pagar, garantido-se também taxas proporcionais significativamente menores para as faixas de renda mais baixas.
6. A partir do cadastro oficial de pessoas físicas, a renda pessoal e familiar de cada aluno seria apurada com base nas informações das declarações de rendimento apresentadas ao Ministério da Fazenda no ano anterior, pelo próprio aluno e por seus pais ou responsáveis legais.
7. A partir destas informações e com base nos percentuais definidos na tabela progressiva, seria fixado para cada aluno o valor final da Taxa Universitária, a ser recolhido mensalmente aos cofres da Universidade.
8. O recolhimento obrigatório do valor final da Taxa

Universitária seria de responsabilidade dos pais ou do responsável legal pelo aluno.

9. Poderia ser fixada uma idade limite para os alunos (25 anos talvez), até a qual iria a responsabilidade dos pais ou responsáveis. Além disto, no caso dos alunos que auferissem rendimentos suficientes para proverem integralmente o próprio sustento, os pais ou responsáveis ficariam isentos desta responsabilidade. Os próprios alunos pagariam integralmente o valor da mensalidade e não receberiam bolsa de manutenção. Para os que auferissem rendimentos insuficientes, conforme fosse a faixa de renda, poderia ser prevista redução da mensalidade ou se aplicariam as regras anteriores.

Em outras palavras, os alunos receberiam bolsas de manutenção e a cada um deles corresponderia o pagamento de uma mensalidade à universidade, a menos que estivesse dentro da categoria de isentos. Ao responsável legal pelo aluno corresponderia a obrigação de recolher aos cofres da universidade o valor correspondente à soma da mensalidade e da bolsa de manutenção, na proporção estabelecida na tabela progressiva.

Um esquema como este poderia resolver vários impasses:

1. com maior equidade e justiça social, estaria assegurado o acesso à universidade de todos os que satisfizessem os requisitos para a matrícula inicial, sem diferenciação entre ricos e pobres e independente dos desejos e das pressões familiares;
2. à universidade estaria assegurada a arrecadação de parte dos recursos necessários para suas atividades de ensino;
3. em parte ficaria resolvido o problema da moradia estudantil, uma vez que na bolsa de manutenção estaria incluída uma parcela destinada a cobrir as despesas com habitação. Cada universidade avaliaria a conveniência de eliminar ou manter sistemas próprios de moradia estudantil.

Apenas para evitar questionamentos paralelos, convém lembrar que, ao desenvolver suas atividades de ensino, a universidade lida com os indivíduos por eles serem alunos e não por pertencerem a diferentes estratos sociais. Por isto, a ela deveria interessar tão somente que a cada aluno fosse garantido um patamar de condições consideradas necessárias e suficientes para que se tornasse um bom estudante, não lhe competindo avaliar se este patamar estaria acima ou abaixo do seu padrão de vida familiar. Não lhe diriam respeito, portanto, as possíveis negociações que os alunos viessem a estabelecer com as respectivas famílias, do mesmo modo que o fato de os alunos ricos receberem bolsa não poderia ser caracterizado como injustiça social. Os valores recebidos a título de bolsa de manutenção pelos alunos ricos seriam cobertos pelos pais ou responsáveis, embutidos na Taxa Universitária. Estes alunos teriam a opção de viverem ou não independentes da família, na condição comum de estudantes.

Obviamente, a introdução de qualquer sistema como o que é sugerido acima significaria ter que lidar com inúmeras questões políticas, administrativas, legais e econômicas. No entanto, seria justo supor que estas questões poderiam ser muito bem equacionadas, deixando de ser empecilho maior, se considerarmos que entre os professores dos seus diversos departamentos as universidades contam com os melhores advogados, juristas, tributaristas, economistas, administradores e cientistas sociais.

IV- Considerações Finais

As limitações próprias de um texto puramente exploratório como este não permitem retirar conclusões definitivas sobre as questões que foram levantadas. Não obstante, caberia reafirmar a defesa da universidade pública, gratuita para os alunos que não possam pagar, suportada com recursos do Tesouro Nacional e apoiada por formas alternativas de financiamento e de socialização de seus custos.

Restaria ainda estabelecer aqui a ligação entre o tema da estabilidade dos servidores públicos e a proposta sumariamente apresentada nas páginas anteriores.

A estabilidade foi tomada neste texto como própria daqueles

servidores que efetivamente exercessem atividades claramente caracterizadas como múnus público e cujo desempenho justificasse a adoção de medidas de proteção contra pressões espúrias.

Certamente muitas das funções desempenhadas por várias categorias de funcionários técnicos e administrativos das universidades não estão dentro desta característica, entendendo-se que a estabilidade lhes teria sido atribuída apenas pelo princípio da elasticidade das leis atualmente em vigor. Além disto, o processo de implantação da propalada autonomia das universidades provavelmente assegurará, entre outras tantas coisas, a quase completa neutralização das pressões caracterizadas nas páginas anteriores sobre os que nelas exercem suas atividades. Com vantagens, o estatuto da estabilidade poderia ser substituído por outros mecanismos mais eficazes, no sentido de garantir a independência e a boa qualidade do trabalho que nelas se produz.

De qualquer modo, a mera introdução de alguma modificação no sistema universitário, no sentido da proposta aqui sugerida, já traria implícita a possibilidade de reavaliação da estabilidade atrelada à maioria das categorias de servidores técnicos e admininistrativos. Uma vez que parte dos seus recursos viria do pagamento da Taxa Universitária, a autonomia da universidade em relação aos órgãos governamentais poderia ser reforçada, ao mesmo tempo que se poderia dar maior eficácia à participação da comunidade na sua gestão. Com isto, o exercício de possíveis pressões espúrias sobre o corpo de funcionários técnicos e administrativos estaria sensivelmente reduzido, o que poderia dispensar a garantia da estabilidade para os que viessem a ser admitidos dentro deste novo esquema. Em lugar da estabilidade poderia ser criado um sistema segundo o qual estes funcionários ficariam sob a supervisão, proteção e fiscalização de uma administração compartilhada entre a própria unversidade (autônoma e com maior poder de controle) e um corpo de representantes da comunidade.

Com relação aos professores, a questão da estabilidade demandaria uma reflexão mais complexa, caso viesse a ocorrer somente a introdução de alguma mudança no sentido da proposta acima. Isto porque os recursos básicos para as pesquisas, setor muito mais sensível a possíveis pressões espúrias, continuariam vindo

diretamente dos cofres públicos. Não obstante e independente de qualquer mudança, olhando-se do ponto de vista puramente acadêmico, a estéril estabilidade poderia talvez ser vantajosamente substituída por outros mecanismos que preservassem a autonomia de cátedra e garantissem a efetiva qualidade do ensino e da pesquisa nas universidades.



1000 DIAS



Acervo APUBH

1000 DIAS SEM REAJUSTE SALARIAL. ATÉ QUANDO?

MARIA DIRLENE TRINDADE MARQUES
Presidenta da APUBH - S. Sind.

Apesar da indignação diante do desrespeito do governo para com algumas parcelas do funcionalismo público, principalmente as ligadas à saúde e educação, os professores continuam a trabalhar e a aumentar a sua produtividade. ATÉ QUANDO? Será que mesmo diante desta nova MP que eleva os salários dos funcionários das áreas consideradas estratégicas por este governo, vamos continuar calados? Será que o novo pacote, definindo a demissão dos funcionários não estáveis (+ou- 33.000), o aumento do imposto de renda sobre os dividendos da classe média; corte de bolsas de pesquisa, etc., não provocará reação? Será que não somos mais capazes de reagir para defender a nossa dignidade?

Em um mundo como o atual, onde avanços tecnológicos têm trazido possibilidades nunca antes imaginadas para melhorar as condições de vida da população, o que a realidade tem mostrado é uma ampliação, também nunca antes imaginada, da exclusão social. Nesta situação, todos aqueles que querem uma sociedade justa, igualitária e humana, não podem se submeter e se contentar com o reino do "possível". A manutenção da utopia de um mundo melhor é que traz a possibilidade da transformação.

O limite do possível nos leva a fazer o raciocínio da elite: aumento da produtividade e da competitividade para ampliar a acumulação do capital. Neste sentido, justifica-se tudo: a intensificação do ritmo de trabalho; o aumento das horas extras; a perda das conquistas sociais; a redução salarial; aumento do desemprego; entre outros. Esta aceitação não faz parte de nossas lutas. Pelo compromisso que temos conosco e com a sociedade, não podemos abrir mão das lutas pelas conquistas sociais. Pelo contrário, elas têm de ser aprofundadas. É necessário continuar defendendo a saúde e a educação públicas. E, portanto, a "Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Laica e Democrática".

Alguns reitores e dirigentes universitários, (eleitos democraticamente pela comunidade universitária) - por convicção ou cedendo à pressão ou por acreditar que já estamos derrotados - começam a se situar nas posições programáticas da "nova universidade" desenhada pelo MEC. Aceitam o processo de "saneamento" de tipo empresarial, sob a égide da lógica do mercado, adaptando-a à globalização em sua visão neoliberal, à moda dos "enxugamentos" que, com especificidades diversas, antecederam boa parte das privatizações de empresas estatais no país. Em sua aceitação acrítica e fatalista deste modelo não se dão conta que outras posições são possíveis.

Qualquer proposta para a Universidade Brasileira tem que passar por um processo amplo que, democraticamente, defina modificações nas suas estruturas de organização e poder, no desempenho de suas funções básicas como ensino, pesquisa e extensão, do seu papel social, vale dizer, de sua interação com o conjunto da sociedade. "A Universidade, como patrimônio social, se caracteriza pela sua necessária dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade" (Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira). Neste rumo é que o Movimento Docente, através de um processo democrático, tem procurado construir a universidade que atenda aos interesses da maioria da população.

Os ataques à Universidade Pública vêm de longe (cortes de verbas, intervenção em sua forma de organização), mas sem dúvida cabe ao governo do professor da Universidade de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, e seu ministro da Educação, o ex-reitor e ex-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de

Campinas, Paulo Renato de Souza, a primazia de abrir efetivamente as portas ao processo de privatização gradual e segura da Universidade Brasileira, através da nova LDB e das emendas constitucionais da Reforma Administrativa e da Autonomia Universitária. São reformas "que vão liberá-la de suas amarras" (sic) para poder buscar recursos na iniciativa privada e/ou a contribuição dos estudantes, e que possa diferenciar a remuneração de seus profissionais, de acordo com o mercado local.

Esta Universidade proposta pela elite atual, vai atender às necessidades do mercado e não à produção do conhecimento. E, no mercado vence os que já têm uma vantagem comparativa maior, distanciando cada vez mais os que têm poder, dinheiro e conhecimento daqueles que não os têm. Portanto, para os que já têm tudo é fácil falar de capacidade e competitividade.

Neste quadro da disputa da hegemonia foi que os funcionários públicos federais desencadearam, a partir de 26 de setembro, uma campanha de mobilização, esclarecimento e denúncia quanto à sua situação salarial, renegando os 1000 dias sem reajuste salarial. Essa campanha marcou para a população o descaso do governo para com a saúde e educação. O Andes S.N. definiu-se por uma "Campanha em Defesa do Salário e da Autonomia", reafirmando o MEC como o nosso interlocutor.

Quanto aos salários, iniciou-se a discussão pelo piso da categoria. O piso salarial é a garantia que qualquer carreira profissional possui para se ter uma remuneração mínima no exercício de determinada função. No caso dos docentes universitários das Instituições Federais de Ensino Superior- IFES, o piso salarial é garantido pelo PUCRCE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos).

Se considerarmos o ano de 1987 (um bom ano quanto à situação salarial para os professores), o piso da categoria, tendo como referência o professor auxiliar I com 20 horas semanais, era de 5,56 SM e hoje é de, imaginem, apenas 1,02 SM. Levando em conta que o salário mínimo também foi deteriorado, temos a dimensão de nossas perdas.

Mas, recentemente, quando foi divulgado o orçamento, com a previsão de um aumento de 10% para gastos com pessoal para 1998, acendeu-se uma pequena esperança, diante da possibilidade das seguintes hipóteses:

Hipótese 1:

repasse linear, para todas as categorias. Apesar de 10% ser um reajuste ridículo diante das perdas atuais, nem isto está garantido, como aconteceu este ano. No entanto, para 1998, é estratégico o reajuste, pois FHC vai estar disputando a reeleição e, acreditando que temos memória curta, buscará o apoio de um setor formador de opinião. Será que vai conseguir? Acredito que não pois, de todo coração, acredito na dignidade dos professores.

Hipótese 2:

nem este reajuste ridículo seria concedido linearmente. Pode-se viabilizar um reajuste diferenciado para as categorias vinculadas às "funções típicas de estado" como arrecadação, segurança, judiciário, legislativo, representação, administração direta, como feita através desta medida provisória e, desta forma, aumentar em 10% o gastos com pessoal sem afetar os nossos salários.

Hipótese 3:

não ser concedido nenhum reajuste, com o argumento que mais sensibiliza a opinião pública, o da necessidade de reduzir os gastos com pessoal para reduzir o déficit público e garantir a manutenção do Plano Real e, assim, "a felicidade do povo brasileiro"(sic). Diante do pacote de ajuste fiscal de 10/11/97, esta parece ser a alternativa mais provável.

A força destes argumentos, o acesso à mídia e o desânimo existente na categoria, têm possibilitado cortes sistemáticos nos gastos com pessoal. Em 1995, a União gastava 58,3% de sua arrecadação líquida com pessoal. Em 1996, os gastos caíram para 47,54% e, até junho de 1997, foram de 46,84% .

Nossa universidade pública pertence à sociedade e está na hora desta assumir a defesa de uma universidade que atenda os interesses da maioria da população e não somente da elite.

ATÉ QUANDO VAMOS NOS CALAR E NOS OMITIR!

UNIVERSIDADE EM XEQUE

Acervo APUBH

A UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA EM XEQUE: O PLANO REAL E O SALÁRIO DOS PROFESSORES

LUIZ FILGUEIRAS
é Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, Barechal e Mestre em Economia pela UFBa e Doutor em Economia pela Unicamp.

Desde a implantação do Real (a nova moeda), em 1° de julho de 1994, o funcionalismo público federal, em especial os professores e funcionários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tiveram seus salários reajustados apenas uma vez, em 1° de janeiro de 1995; portanto, há 2 anos e 9 meses, tendo-se por referência o presente mês de outubro.

Durante esse tempo, como se sabe, a inflação foi, mês a mês, muito baixa, observando-se, até mesmo, em alguns meses, a existência de deflação; isso significa dizer que os preços dos produtos em geral subiram muito lentamente, quando se compara com a situação inflacionária existente na antiga moeda, ou até diminuíram algumas vezes.

Acontece, porém, que o ganho ou a perda de poder aquisitivo médio dos salários num certo período de tempo depende, em toda e qualquer economia capitalista, não apenas da **taxa de inflação verificada mês a mês**, mas, também, de duas outras variáveis: **o tempo de inflação transcorrido desde o último reajuste salarial e o percentual de reajuste aplicado**. Quanto maior a taxa de inflação mensal e mais distante no tempo a

data do último reajuste, maior será a inflação acumulada no período considerado e, por decorrência, maior será a perda de poder aquisitivo dos salários. Em sentido contrário, quanto maior o percentual do último reajuste, menor será a perda do salário real ao longo do período.

Pois bem, mesmo desconsiderando-se o percentual do último reajuste salarial dado ao funcionalismo (1° /01/1995), para não se entrar na discussão acerca de perdas salariais antigas, passadas, pretéritas, históricas e... pré-históricas, ou seja, considerando-se apenas a inflação verificada mês a mês e o tempo transcorrido desde o último reajuste, a perda de poder aquisitivo dos salários do funcionalismo é, de fato, impressionante. Senão, vejamos.

Utilizando-se o Índice do Custo de Vida (ICV) do DIEESE referente às famílias que ganham de 1 a 30 salários mínimos, evidencia-se uma inflação acumulada de **69,48%** no período compreendido entre o último reajuste (janeiro/95) e o fim do mês de julho de 1997 (ao todo, 2 anos e 7 meses). Isto implicou, para o funcionalismo, uma perda de poder aquisitivo, entre o início e o fim desse período, de **41%**; isto é, os salários possuíam, no primeiro dia de agosto de 1997, apenas **59%** do seu poder aquisitivo de 1°/01/1995. Como se pode perceber, as taxas de inflação dos meses de agosto e setembro não estão incorporadas nesse cálculo, em virtude de a fonte de informação utilizada, quando da elaboração da presente nota, não dispor de tais dados; no entanto, isto não altera significativamente a situação, uma vez que outros índices de preços existentes já apontavam para uma inflação, nesses dois meses, muito próxima de zero.

Tomando-se como exemplo o salário de um professor Adjunto, nível 4 (posição, na carreira docente, imediatamente anterior ao seu nível mais elevado, o Professor Titular), com dedicação exclusiva, que possua doutorado e com 18 anos de trabalho na UFBa, temos a seguinte situação específica:

- desde o dia 1°/01/1995, o salário nominal bruto deste professor passou a ser, aproximadamente, **R$ 2.900**;

- considerando-se a inflação de **69,48%**, mencionada acima, esse professor, para manter o mesmo poder aquisitivo de janeiro de 1995, ou seja, para voltar a ter o mesmo salário real do início do período, teria que estar

ganhando, em julho do presente ano, aproximadamente, **R$ 4.914** (R$ 2.900 X 1,6948);

- no entanto, como continuou ganhando os mesmos R$ **2.900**, perdeu, só no mês de agosto, **R$ 2.014**, significando exatamente uma perda de **41%** (100 X (R$ 2.014 ¸ R$ 4.914)) de seu poder aquisitivo; ou, se quiser, os R$ **2.900,** em julho/97, correspondiam a apenas **59%** (100 X (R$ 2.900 ¸ R$ 4.914)) do poder de compra de janeiro/95.

Esse exercício pode ser feito com o salário de todo e qualquer professor de uma IFES. A utilização de qualquer outro índice geral de preço ou índice de custo de vida, que não o ICV/DIEESE, não alterará, de forma relevante, o resultado apresentado, particularmente se o índice cobrir a faixa de 1 a 30 salários mínimos, considerando-se que o professor universitário ainda pode ser enquadrado na chamada "classe média" brasileira. No caso, essa ressalva é importante porque os preços dos bens e serviços consumidos tipicamente pela classe média subiram, após a introdução da nova moeda, mais do que aqueles consumidos pelas famílias de renda mais baixa (até 5 salários mínimos, por exemplo). O quadro adiante, que evidencia a evolução dos preços de alguns serviços, ilustra bem essa circunstância.

PREÇOS DOS SERVIÇOS - EVOLUÇÃO PÓS-REAL AGO/94 - AGO/97

ITEM	VARIAÇÃO (%)
Serviços Domésticos	265,56
Matrícula e mensalidade 1° e 2° graus	147,35
Clube	144,85
Médico	139,49
Ingressos de futebol	133,03
Mensalidade de Faculdade	127,35
Alfaiate e Costureira	119,58
Assistência Médica	117,27
Estacionamento	113,80
Dentista	107,87
Cabeleireiro/Manicure	107,05
Barbeiro	100,83

Fonte: Trend Consultoria, com base no IPC-FIPE. In: Gazeta Mercantil

Como é evidente, a situação piora cada vez mais, conforme o tempo vai passando e a inflação acumulada vai crescendo. O salário real, mês a mês, vai se reduzindo e, com ele, reduz-se, também, o salário real médio do funcionalismo, que sempre é considerado pelos governos quando da definição do próximo índice de reajuste. No caso particular da presente conjuntura, não há, inclusive, de acordo com as notícias de jornais, nenhuma previsão de acréscimo da massa salarial, no Orçamento Nacional para 1998, que possa cobrir um eventual reajuste salarial, por menor que ele seja. O acréscimo previsto, em torno de 10%, sempre de acordo com a mídia, decorre das expectativas do Governo, para o próximo ano, com relação à evolução da inflação e ao crescimento vegetativo da folha salarial, isto é, anuênios, progressão na carreira, etc.

Nas universidades, a conseqüência dessa situação vem se manifestando no crescimento do número de professores que pedem aposentadoria precocemente, para fugirem do projeto do Governo para Previdência Social e/ou buscarem outras fontes de renda - muitas vezes, sendo contratados por universidades ou faculdades particulares, cujo salários são bem maiores do que os das universidades públicas. A contrapartida disso tem sido a generalização da contratação de "professores-substitutos", em condições absolutamente precárias para os mesmos e para a própria instituição universitária, uma vez que os concursos abertos não têm sido suficientes para suprir as vagas fechadas.

Adicionalmente, no dia-a-dia da universidade, vem ocorrendo, cada vez mais, a prática da busca (muitas vezes, desesperada) de recursos extra-orçamentários, por parte de professores individualmente e em grupos de pesquisa, que têm sido dirigidos, basicamente, para a realização de pesquisas e complementação salarial dos professores. É evidente que tal procedimento, até por uma questão de sobrevivência profissional, é necessário e legítimo, desde que não implique um descaso para com os cursos de graduação, em particular; desde que não se transforme numa razão para não se dar aulas nesses cursos, alegando-se excesso de trabalho, por exemplo. Com relação a isso, há desconfianças de que a contratação de professores-substitutos, em alguns casos, pode estar se dando de acordo com essa lógica, isto é, o Departamento

poderia, com o quadro existente, suprir as necessidades correntes, no entanto, aprova e encaminha um pedido de contratação de um professor-substituto.

Além disso, e tão importante quanto a condição anterior, essa prática de obtenção de recursos extra-orçamentários só pode ser admitida e estimulada desde que respeite a autonomia universitária de pensamento, a transparência na obtenção e utilização dos recursos, a necessária divulgação do objeto de trabalho e de seus resultados e a garantia de acesso, pelos demais integrantes da comunidade universitária, aos meios e equipamentos utilizados, de acordo com regras definidas institucionalmente; enfim, desde que respeite a universidade enquanto um espaço público de trabalho, de geração e difusão do conhecimento, ou seja, desde que não se crie, no interior da Instituição, espaços ou nichos sob controle privado individual ou de grupos (escritórios particulares de consultoria, com a utilização de espaço e recursos públicos).

No entanto, o esforço individual ou de grupos de pesquisa, calcado essencialmente na competência científica, embora necessário, tem se mostrado totalmente insuficiente para se enfrentar a ofensiva destrutiva do Governo com relação à Universidade Pública, que não se resume, nem de longe, à questão salarial. Por isso, impõe-se a todos, e particularmente aos professores universitários, que vivem cotidianamente do seu trabalho intelectual, uma reflexão sobre os motivos e as razões que levam um governo, que já foi chamado ironicamente, de "República dos Professores"- em virtude de uma grande presença, nos seus quadros, de professores universitários, a começar pelo próprio Presidente da República - a tratar as Universidades Públicas brasileiras com tamanho desprezo. Essa crítica deve ter por objetivo principal, acima de tudo, a desmistificação das supostas "razões de Estado" que apóiam as atitudes do Governo.

Nessa direção, é imprescindível se afirmar que o argumento apresentado pelo atual Governo busca justificar as precárias condições do serviço público, e da universidade brasileira em particular - inclusive no que se refere à questão dos reajustes salariais -, pela lógica férrea do "Plano Real" e pela incapacidade de financiamento do Estado. Isto significa que, por um lado, tem que se combater a inflação e, por outro, como conseqüência, não se

pode perder o controle do deficit público. Portanto, sempre de acordo com a mesma lógica, há que se fazer um sacrifício inevitável em nome da estabilização e da recuperação do Estado, apresentado-se, assim, o problema e o seu debate a partir de uma ótica fatalista, determinista e irrecorrível: o Estado está "quebrado" e, por conseguinte, não há recursos.

Entretanto, nesses quase três anos sem reajuste salarial e sem acréscimos do volume de recursos destinados às universidades, o deficit público cresceu/diminuiu/cresceu absolutamente e como proporção relativa do PIB (Produto Interno Bruto: tudo que é produzido pelo país durante o ano). Por quê?

Antes de tudo, porque a lógica férrea, acima mencionada, não é utilizada no tratamento de todas as questões que envolvem o "Plano Real" e as dificuldades financeiras do Estado. E, em segundo lugar, porque é o próprio "Plano", na forma como foi concebido e vem sendo conduzido, que vem pressionando as contas do Governo, através do crescimento da dívida pública.

Como exemplo da primeira razão, apenas para ficarmos com o caso mais eloqüente, deve-se mencionar o famoso **PROER (Programa de Reestruturação dos Bancos)**, sobre o qual o Presidente da República insiste em afirmar, inclusive indo à televisão especialmente para isso, que o dinheiro emprestado aos banqueiros para o "saneamento" das instituições bancárias falidas pertenceria aos mesmos, pois é retirado do chamado depósito compulsório dos bancos no Banco Central e, portanto, que não haveria nenhum comprometimento do dinheiro público. E mais, seria inevitável "socorrer" os bancos, pois, caso contrário, ocorreria uma grave crise; aqui aparecendo, mais uma vez, um argumento determinista e irrecorrível.

Apesar desse esforço retórico, tudo isto, simplesmente, não é verdade. Em primeiro lugar, o dinheiro dos depósitos compulsórios pertence aos depositantes, estando, apenas, sob guarda e o controle dos bancos. Em segundo lugar, e isto é o mais grave, como os recursos emprestados foram vultuosos (aproximadamente, R$ 22 bilhões), o Governo se viu na necessidade de "enxugar" esse dinheiro - sob pena de pressionar a inflação -, trazendo-o de volta ao Banco Central, através da venda de títulos da dívida pública, cujos juros são pagos com recursos do Orçamento Nacional, ou seja, com os

impostos recolhidos da população. Adicionalmente, o contribuinte também poderá ser chamado a pagar parte dos empréstimos dados aos banqueiros por uma outra razão, qual seja: a possibilidade efetiva de que venha existir uma diferença entre os juros a serem pagos pelo bancos pelos empréstimos do PROER e os que estão sendo e serão pagos pelo Governo por seus títulos.

Além disso, a crença de que haveria uma crise bancária sistêmica, caso não houvesse o "socorro", nada mais é do que isso: **uma crença**. O Governo não demonstrou nenhuma evidência que pudesse comprovar essa crença, apenas utilizou-se de um argumento claramente ideologizado, da forma mais rasteira possível, que proclama, implicitamente, que o setor bancário e financeiro possui uma posição ímpar, privilegiada, na sociedade, qual seja: todos os capitalistas podem falir (vejam o exemplo atualíssimo da ENCOL), **com exceção dos (grandes) bancos**, mesmo que, para isso, o Estado tenha que intervir de forma direta e cabal na economia. Nesse caso, os apologistas do liberalismo, do *laissez-faire* - aqueles que possuem um sentimento quase religioso com relação à competição e ao mercado -, simplesmente não se pronunciam contra a ineficiência do Estado e o corporativismo de grupos aí encastelados; a intervenção do Estado é vista, e aceita, como "natural". São nesses momentos que o neoliberalismo se desmascara enquanto ideologia e enquanto inspirador de políticas governamentais, ficando evidente que o suposto e difundido ataque ao **Estado em geral** é, na verdade, apenas o ataque a uma **determinada forma de Estado**, em particular àquela forma que, mesmo ainda dentro do próprio capitalismo, coloque limites para a ação do capital e a exploração do trabalho.

Por outro lado, a lógica do "Plano", calcada na sobrevalorizacão do Real frente ao Dólar e na abertura indiscriminada da economia, vem implicando a perda de competitividade dos produtos brasileiros, quando comparados aos produtos estrangeiros, e um processo parcial de desindustrialização do país, tendo por conseqüência um crescimento assombroso das importações, enquanto as exportações crescem muito pouco. Como resultado, tem-se um grande *deficit* na Balança Comercial (US$ 4,71 bilhões, só nos primeiros seis meses do presente ano), que, somado ao *deficit* histórico da Balança de Serviços (US$ 12,076 no

mesmo período, em razão do aumento dos pagamentos dos juros da dívida externa, de patentes, *royalties*, etc. e remessa de lucro das multinacionais), tem implicado o crescimento assustador do *deficit* na conta de "Transações Correntes" do país (soma dos resultados da Balança Comercial, da Balança de Serviços e das Transferências, que atingiu, no semestre passado, US$ 15,621 bilhões). Este último *deficit* representou mais do que o dobro daquele ocorrido no primeiro semestre de 1996, equivalendo, no acumulado de doze meses (julho/96 a junho/97), a 4,18% do PIB, contra 1,88% no período anterior (julho/95 a junho/96).

Para financiar esse *deficit*, resta ao Governo vender as empresas Estatais, enquanto ainda existir alguma, e elevar as taxas de juros, para atrair os capitais especulativos que circulam mundo afora e, assim, fechar o Balanço de Pagamentos, uma vez que os empréstimos de longo prazo e os investimentos diretos produtivos não são, nem de longe, suficientes. O problema é que, mais uma vez, como esses recursos são vultuosos (as reservas de Dólar no Banco Central estão em mais de 60 bilhões), o Governo, ao trocar os dólares que entram no país por Real, tem que recolher esses recursos, vendendo títulos da dívida pública, cujos juros serão pagos, como de praxe, por impostos recolhidos da população.

Em suma, a dívida pública cresce, e com ela, o *deficit* público, em função do "Plano Real" e do tratamento privilegiado dado pelo Governo a determinados segmentos sociais. **A dívida da União em títulos públicos federais era de R$ 61,7 bilhões em julho/94, quando da introdução da nova moeda; três anos depois, em julho/97, chegou a R$ 197,3 bilhões, isto é, um aumento de quase 120% num período de baixa inflação.**

Desse modo, o que está por trás da lógica férrea e fatalista do Governo, de impossibilidade de sustentação do serviço público, em especial das universidades, é uma escolha política, definida e calculada, de quem vai perder e quem vai ganhar com todo esse processo de redefinição da economia e do Estado. E aqui não se está nem tratando da perspectiva de manutenção do "Plano Real" nos próximos meses, dadas as dificuldades crescentes de se manter o desequilíbrio externo explicado anteriormente; nem tampouco da impossibilidade de o país crescer, em virtude das elevadas taxas de juros praticadas e da existência dessa restrição externa (crescer

significa aumentar o deficit comercial e, por conseqüência, colocar na ordem do dia a possibilidade de uma crise cambial).

Por fim, dada essa realidade, restam ao funcionalismo público, em particular aos professores das universidades, duas alternativas:

1. Resignam-se e aceitam a lógica do Governo como inevitável, acatando de antemão a hegemonia ideológica do liberalismo sobre a população e sobre eles próprios, em particular a desqualificação da ação coletiva, do movimento social e do sindicato, em prol de uma ação simplesmente individual, de busca de fontes alternativas de recursos, ou de uma ação exclusivamente institucional e profissional (individual ou de grupos), que visa apenas maximizar a eficiência dos escassos recursos existentes. Aceitam as "regras do jogo", impostas pelo Governo, acreditando poderem sobreviver (individualmente ou em grupo) ao esperado naufrágio geral da Universidade Pública brasileira (lembre-se ou tomem conhecimento da proposta de autonomia feita pelo Governo). **Aqui o discurso da competência acadêmica e científica sobressai e por cima das contradições e as circunstâncias políticas, no interior das quais já se está dando essa tentativa desesperada de sobrevivência, camuflando-se, na verdade, a aceitação tácita, conscientemente ou não, do projeto e do ideário liberal para a Educação Brasileira.**

2. Reagem, ampliam o debate sobre essas questões e denunciam esse discurso sofista, não aceitando a camisa-de-força que o Governo quer impingir a todos os movimentos sociais. Procuram discutir, sinceramente, com os estudantes, para obter-lhes a participação efetiva em defesa da Universidade Pública e Gratuita, ampliando, também, essa discussão para o conjunto da sociedade, em particular a sociedade organizada. Procuram romper o corporativismo que impregna amplos setores sociais, inclusive no interior da comunidade universitária, evidenciando que a Universidade é um

patrimônio público, que vale a pena ser defendido. Tudo isso, evidentemente, não elimina ou exclui - muito pelo contrário - a busca, também, de caminhos institucionais, apoiados na competência e no mérito acadêmico, na racionalização do uso dos parcos recursos já existentes (procurando alcançar melhores resultados), na eficiência administrativa e na seriedade profissional, enfim, no cuidado com a "coisa pública". **No entanto, essa alternativa, ao contrário da anterior, implica o reconhecimento do movimento social, da luta social e do sindicato como instâncias fundamentais, legítimas e insubstituíveis na disputa contra o projeto do Governo. Implica, em suma, a tentativa de buscar, coletivamente, uma outra direção e não simplesmente adaptar-se de forma fragmentada e individual.**

NAVEGAR



Fundação da Universidade de Minas Gerais (UMG). Pintura a óleo, de Gentil Garcez.

NAVEGAR É PRECISO

Este "Navegar", em consonância com a temática do número - A Trajetória da UFMG e da APUBH, volta-se para nossas origens num mergulho capaz de nos devolver cores, perfumes e suspiros, não de todos (...)
A maioria dos excertos selecionados foi garimpada no texto UFMG - Projeto Intelectual e Político, de autoria do prof. Fernando Correia Dias 1, obra altamente recomendável a quantos se interessem pela história de nossa instituição.

Das Origens

"A idéia de se implantar uma universidade em Minas deve ter sido aventada pelos antigos alunos de Coimbra, onde vários inconfidentes fizeram o curso superior; não é demais conjecturar que provavelmente o modelo a adotar seria o instituído pela reforma posta em prática pelo Marquês de Pombal. Havia inconfidentes que estudaram em outras universidades européias.

"O sonho dos Inconfidentes"- a expressão ressoa como estribilho no discurso dos governantes e dos letrados, ao tempo em que se cria a instituição em Minas. Era como se pagasse uma dívida insistentemente adiada" (Dias, 1997:101-102).

"Uma das funções primordiais da universidade é cultivar e transmitir a cultura comum nacional:

não havendo o Brasil criado a universidade, mas apenas escolas profissionais superiores, deixou de ter o órgão matriz da cultura comum nacional, a qual se elabora pelo cultivo da língua, da literatura e das ciências naturais e sociais na universidade, ou nas respectivas escolas superiores do país. Como se poderia elaborar a cultura nacional apenas com escolas de Direito, Medicina e Engenharia? Foi isto que tentou o Brasil, como se fosse possível uma cultura de simples ciências aplicadas, sem as bases em que ela tem de se apoiar"(Teixeira, 1969; apud Dias, 1977: 108).

"As escolas superiores estimulavam o estudo, mas a verdadeira formação ficava por conta do autodidatismo dos verdadeiramente vocacionados. "Todos os homens cultos, em letras, em filosofia ou em ciências, eram autodidatas". Mas eis a limitação: o único instrumento era o livro, e este era estrangeiro" (Teixeira, 1969; apud, Dias, 109)

"Apresentou o deputado baiano Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (futuro Visconde do Jequitinhonha) projeto que criava duas universidades, sendo uma na Bahia e outra em Minas. Acrescentava que, "a haver uma só deve ser em Minas Gerais: primeiro por ser a província mais populosa do Império; segundo por ser a mais polida do interior; terceiro, por estar mais no meio de todas as outras e poder, por isso, com mais facilidade, corresponder-se com Mato Grosso, Goiás e Piauí"" Citando e comentando essa justificativa, num artigo sobre a história científica de Minas, Aurélio Pires afirma que, pouco mais de um século depois da criação da Capitania, se reconhecia publicamente a existência de uma civilização mineira" (PIRES, 1921; in DIAS, 1997:110).

"Propunha Otávio Machado, no Minas Gerais de 22/01/1913, que se reunisse três estabelecimentos de ensino superior de Belo Horizonte - as Faculdades de Direito e Medicina e a Escola de Engenharia - e mais o Ginásio Mineiro, para formar a Universidade local. As escolas se manteriam autônomas dos pontos de vista financeiro e administrativo, porém obedecendo a diretrizes uniformes sob o aspecto da execução dos programas e para a melhor orientação pedagógica. A supervisão fiscalizadora seria exercida por um Conselho Superior, formado pelos diretores e mais um representante de cada estabelecimento. O Conselho elegeria um presidente e um secretário, que desempenhariam, respectivamente,

as funções de reitor e de secretário da universidade"(DIAS, 1997;115).

Abgar Renault, na solenidade do jubileu de prata da UFMG, assim caracteriza a passagem do esforço de Melo Viana ao projeto de Antônio Carlos:

"A idéia, cerca de dois séculos depois, lançou-a de novo no ardente solo mineiro a clarividência desse homem da nossa velha e excelente cepa, que é Fernando de Melo Viana. A figura retomaram-na as mãos florentinas de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, para recompô-la, acentuar-lhe as linhas de configuração, dar-lhe o relevo, aviventar-lhe os traços, aperfeiçoando-lhe barro incerto à imagem dos mineiros e à constelação complexa de suas virtudes, dos seus modos de ser, dos seus processos de sentir e compreender a vida, vê-la, interpretá-la e exprimi-la"(RENAULT; 1953 apud, Dias, 1997: 121).

"Antônio Carlos, a fim de implementar seu programa em matéria de educação, dividiu as tarefas: delegou ao secretário do Interior, Francisco Campos (que se fez auxiliar por Mário Casasanta) a incumbência de reformar o ensino promário e o normal; a Mendes Pimentel, jurista prestigioso, incumbiu o planejamento da Universidade. Embora este afirme que o comando da iniciativa coube ao próprio Presidente, o certo é que Mendes Pimentel ficou responsável pela redação dos textos legais e pelo encaminhamento do problema."(MARTINS, 1929, apud, Dias, 1997: 126).

Das Funções

Para Lúcio dos Santos, "(...) Tríplice é a função da Universidade. Em primeiro lugar, a Universidade ensina. Ensina não somente os assuntos técnicos e profissionais, mas a Filosofia, a Tecnologia, a Pedagogia, as Letras, a História, etc. podendo-se mesmo dizer que nenhum assunto digno de estudo é indigno da Universidade. A cúpula da Universidade é a Escola graduada de Ciências e Letras.

Em segundo lugar, a Universidade acumula conhecimentos sob forma de bibliotecas, museus, coleções mineralógicas, geológicas, paleontológicas, etnológicas, etc. Em terceiro lugar, a Universidade investiga. Isto é, procura avançar sempre além dos limites científicos de cada época, possuindo para isso um aparelhamento adequado em gabinetes, laboratórios, campos de experimentação, institutos de várias espécies, etc. Uma universidade

que não for um centro de experiências e pesquisas não poderá ser por muito um foco de ensino e cultura"(SANTOS, 1930; apud, Dias, 1997: 175).

Transcreve-se, na íntegra, as recomendações da Seção de Ensino Superior e Universitário da II Conferência da Associação Brasileira de Educação, realizada em Belo Horizonte em 11/1928, com relevante participação da recem-criada Universidade de Minas Gerais.

"1.Não se pode prefixar tipo de universidade adotável como padrão único, para todo o país.

2. O que cumpre uniformizar é o preparo fundamental para a matrícula nas universidades.

Na organização das universidades, deve atender-se às condições peculiares de cada uma, pela região correspondente, o destino para que vise encarreirar-se os discentes, a natureza das pesquisas e contribuições científicas puras que pretenda desenvolver e o aperfeiçoamento técnico e profissional que entenda promover.

As universidades deverão cuidar de desenvolver, com a maior documentação possível, os estudos referentes ao nosso país, animando e nutrindo, assim, a unidade nacional.

Às universidades cabe zelar o enriquecimento da bibliografia brasileira, favorecendo, por meio de prêmios e subvenções, a publicação de obras didáticas, sobretudo relativas a assuntos do Brasil.

As universidades devem gozar de autonomia integral, assegurada pela existência de patrimônio estável que o doador lhe conceda, com a clausula de inalienável, intransferível e insub-rogável e cuja renda mínima baste para a manutenção normal de todos os seus serviços de ensino e administração.

A Associação Brasileira de Educação fica encarregada de apelar, em nome da Segunda Conferência ora reunida, para os poderes públicos federais e estaduais, no sentido de que, separadamente ou mediante acordo, constituam, nos termos da conclusão 6ª, patrimônios que sejam outorgados às universidades já existentes e a outras cuja criação as condições atuais do país justifiquem.

Nas universidades brasileiras urge desenvolver a pesquisa científica.

O ensino secundário não é função precípua da Universidade. Quando, porém, ela o mantenha, convém que obedeça ao princípio da uniformidade a que se refere a conclusão segunda.

As universidades devem manter-se sob o regime da livre concorrência, sem regalias diferenciais ou favores peculiares, para que entre elas se estabeleçam o estímulo ao melhoramento e a seleção mediante a só eficácia comprovada do ensino que ministrem" (MG, nov. 1928, apud, Dias, 1997: 198 e 199).

3. Da autonomia

Como hoje, ontem também havia marchas e contramarchas.
Decreto de 22/01/1930

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
O Presidente da República

Atendendo ao que requereu a Reitoria da Universidade de Minas Gerais e,

Considerando que essa Universidade, criada pela lei estadual nº 956, de 7 de setembro de 1927, possui patrimônio superior a trinta mil contos de réis, é regida por um reitor nomeado pelo Presidente do Estado, e compõem-se de institutos de ensino superior que contam mais de quinze anos de regular funcionamento, requisitos essenciais estatuídos pelo art. 2º do decreto nº 5.616, de 28 de dezembro de 1928;

(...)

Resolve outorgar à Universidade de Minas Gerais autonomia administrativa, econômica e didática, nos termos citados do decreto nº 5.616, de 28 de dezembro de 1928, da qual gozará plenamente enquanto por ato igual não for suspensa, na conformidade do disposto no art. 9º do aludido regulamento.

Decreto 19.547 de 30/12/1930

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil.

Atendendo a que será proximamente reorganizado o ensino superior, decreta:

Art. 1° - Fica, a partir da data do presente decreto, cassada a autonomia didática à Universidade de Minas Gerais.

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto 19.851 de 11/04/19931

(...)

Art. 7° - A organização administrativa e didática de qualquer universidade será instituída em estatutos, aprovados pelo Ministro da Educação e Saúde Pública e só poderão ser modificados por proposta do Conselho Universitário ao mesmo Ministro devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Decreto 24.039 de 26/03/1934

(...)

Considerando que a Universidade de Minas Gerais, embora criada pela lei estadual de n° 956, de 7 de setembro de 1927, o foi na forma de fundação com personalidade jurídica de direito privado, pela reunião de institutos livres preexistentes e equiparados;

Considerando mais que, por decreto de 22 de janeiro de 1930, o Governo Federal já outorgou àquela Universidade autonomia administrativa, e didática, não obstante haja cassado esta última, posteriormente, pelo decreto n° 19.547, de 31 de dezembro de 1930;

Considerando, porém, que os motivos ocasionados do aludido ato não subsistem; e, de outro lado,

Atendendo ao que propõe o Governo do Estado de Minas Gerais no sentido de caracterizar a natureza com que foi instituída aquela Universidade em face da legislação vigente do ensino, decreta:

Art. 1° - Ficam mantidas as prerrogativas de autonomia administrativa, econômica e didática outorgada à Universidade Livre de Minas Gerais, por ato de 22 de dezembro de 1930.

Parágrafo 1° - No exercício dessa autonomia serão respeitados os padrões federais de ensino, aplicáveis às universidades livres equiparadas e aos institutos que as compõem.

Telegrama

Transcreve-se aqui o telegrama enviado ao então Presidente da República, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, pelo Reitor Aluísio Pimenta, em junho de 1964:

"Lamento ter de comunicar Excelentíssimo Senhor Presidente que Universidade de Minas Gerais acaba ser colocada sob regime intervenção vg por ordem assinada General Comandante 4ª Região Militar vg impossibilitado tomar qualquer providência vg limitei-me levar fato conhecimento Excelentíssimo Ministro Educação e Cultura pt Dirigi-me agora Excelentíssimo Presidente a fim manifestar meu protesto ato atentatório autonomia Universidade vg esperando assunto seja considerado devidamente Vossa Excelência pt Cordiais Cumprimentos pt Aluísio Pimenta vg Reitor da Universidade de Minas Gerais". (apud, Dias, 1997: 324).

4. Da Posse

Na solenidade de posse do 1° Reitor da Universidade de Minas Gerais, Prof. Mendes Pimentel, no dia 15/11/1927, fez-se a leitura de um documento que trazia a assinatura de todos os membros das congregações das Faculdades de Medicina, Engenharia, Direito e Odontologia e Farmácia, até então escolas isoladas. Transcrevem-se trechos do citado documento.

"É que, investindo a Mendes Pimentel no sacrifício dessa suprema tarefa, o presidente Antônio Carlos não lhe fez somente a justiça da consagração merecida, que o eleito aliás alcançaria, sem concorrência, por voto unânime de seus pares, se a estes competisse a escolha, serviu, ao mesmo passo, e com felicidade, a causa pública, assegurando praticamente a vida e a pronta consolidação do grupo universitário recém-nascido. Mendes Pimentel tem a fiança de sua vida, do seu belo passado de administrador na longa e fecunda direção que vem exercendo, já por muitos anos, na Faculdade de Direito de Minas Gerais, casa de ensino cujo patrimônio material a sua iniciativa e esforço, nesse período, consideravelmente aumentaram e cuja riqueza moral ele não se limitou a guardar com a exação de fiduciário meticuloso, mas acrescentou igualmente com reiterados exemplos de

intransigente honestidade na disciplina interna do estabelecimento.

(...)

Os professores da Universidade registram nessa singela oblata as palavras de fé que o administrador provecto lhes inspira, sentimento coletivo a que um deles deu forma imperfeita e que todos subscrevem, atentos à sinceridade de expressão.

Que legado da Universidade instituído pela munificência de Antônio Carlos seja por nós recebido em fideicomisso sagrado, sob a guarda do supremo diretor de que nos ufanamos, para conservá-lo vivo e frutuoso e transmiti-lo aumentado às gerações vindouras" (In Dias, 1997: 309-310).

5. Do perfil do Reitor

Em época de escolha do novo Reitor talvez seja oportuno lembrar o que se dizia do primeiro.

"Há algo de comum nesses escritos e nessas falas. Mendes Pimentel está sempre expondo os fins sociais de uma universidade moderna, os planos para UMG, as etapas a cumprir, a necessidade de congraçamento interno, os benefícios do intercâmbio com outros centros intelectuais, a responsabilidade perante o povo mineiro. Ressalta, antes de mais nada, o apelo - claramente formulado - a que se demolissem as muralhas entre as unidades da UMG. O tom argumentativo era didático; não o didatismo elementar e edificante, mas o que vem da sóbria força da verdadeira retórica. Sua capacidade de convencimento conquistou a adesão dos membros do Conselho Universitário, dos professores em geral e dos alunos"(...)

"(...) O antigo Reitor não quis voltar a Belo Horizonte, tendo recusado o cargo de Interventor Federal em Minas, autoridade que iria presidir as eleições estaduais de 1947" (In Dias, 1997: 212 e 213).

(...) "Raul Machado Horta, na solenidade de inauguração de um retrato de Mendes Pimentel, na Reitoria, no 40° aniversário da Universidade, evoca o grande trabalho do primeiro reitor, seu respeito pela autonomia intelectual dos jovens estudantes, seu amor à liberdade, sua identificação com Minas, sua sólida formação, seus notáveis planos para o desenvolvimento da UMG (HORTA, 1969: 33-

37). Coube a Dario de Almeida Magalhães, filho de Rafael Magalhães, o grande amigo do ex-reitor, traçar o mais completo perfil do advogado: a busca pela verdade, o trabalho constante feito com amor, a produção da Revista Forense, o apelo à incorporação do proletariado à sociedade moderna pelo ensino profissional, a atuação forense e os admiráveis escritos do jurisconsulto, a projeção nacional e o respeito dos seus pares (MAGALHÃES, 1949: 45-46). Por fim, um discurso de Rui Mendes Pimentel, pronunciado em Belo Horizonte, tratando da atividade educacional do pai. A preocupação educacional, afirma, perpassa toda a vida profissional de Mendes Pimentel: era, medularmente, um educador, cuja bela carreira evoca, ressaltando seus melhores momentos (PIMENTEL, 1969: 28-31) (In Dias, 1997: 214).

Rodrigo M. F. de Andrade na solenidade em que foi agraciado com o título de Doutor Honoris Causa da UFMG, rememora com saudades seus antigos mestres:

"Comove-me, ao ser convocado a este recinto prestigioso, não só a grata lembrança dessas figuras familiares que perpassaram pelas cátedras do instituto mais antigo da Universidade de Minas Gerais, mas, sobretudo, a memória de seu insigne fundador, do vulto severo do reitor Mendes Pimentel, que conheceu e efetivou o plano de reunir os estabelecimentos de ensino superior existentes na capital mineira num só organismo, destinado a constituir, segundo suas palavras, "um dos focos de irradiação da cultura brasileira".

O jurisconsulto eminente, o luminoso professor, o cidadão intemerato e exemplar que organizou e deu o primeiro impulso a esta Universidade, fui revê-lo pela última vez, poucos meses antes de o perdemos, em sua casa da Rua Paissandu, no Rio de Janeiro, na companhia de outro ex-aluno da faculdade que ele prezava singularmente - meu dileto amigo Milton Campos. Encontramo-lo, aos oitenta e tantos anos, na mais perfeita integridade intelectual, com a mesma cavalheiresca hospitalidade que dispensava aqui aos visitantes de sua residência na Rua Paraíba. O registro grave daquela voz, que durante o período de formação desta cidade ressoou na tribuna judiciária e na cátedra, emitindo conceitos oraculares, conservava o mesmo timbre másculo que empolgava os auditórios de antigamente (In Dias, 1997: 215).

6. Da situação Salarial

A Comissão de Ensino do Conselho Universitário da UMG, conforme ata da sessão de 24/10/28, propõe a seguinte resposta à questão:

P: É satisfatória a situação financeira do professorado universitário? Não se impõem medidas reparadoras?

R: À primeira parte - evidentemente que não.

À segunda: impõem-se a melhoria dos vencimentos e a explícita declaração de garantias no estatuto do professorado, de modo a atrair as competências para o magistério e de maneira a tornar possível o máximo de aproveitamento da atividade do docente em benefício do ensino (In Dias, 1997: 317).

7. Do Público e do Particular

Segundo resumo de Aurélio Pires, "cabe ao Estado, para evitar que os ignorantes atinjam os postos supremos da administração, proteger aquele ensino superior, onde saem os estadistas, donde partem os administradores técnicos, onde se criam os defensores da saúde e os mantenedores da higiene" (PIRES, 1930:170). Ao atribuir tais funções ao Estado, o orador estava rejeitando a prática da desoficialização do ensino, vigente no Brasil dessa época." (In Dias, 1997: 115).

"Entregar tudo à iniciativa particular num país, como o nosso, onde apenas amanhece uma cultura definitiva, onde o analfabetismo oferece espetáculo verdadeiramente contristador, é grave erro do qual havemos de, sem remédio, arrependermos."(PIRES, 1930; apud DIAS, 1997: 174).

A seguir trecho do último relatório de Cícero Ferreira à Congregação da Faculdade de Medicina no ano de 1919:

"A prática já de sobra tem demonstrado que não é melhor o processo das Faculdades particulares de ensino, mesmo quando submetidas a rigorosa fiscalização. Sua existência depende, em grande parte, da matrícula dos alunos; ora, a matrícula é função da benignidade com que se processam os exames, e, embora a nossa Faculdade prefira o suicídio à desonra, a regra é que não se

procure sufocar a galinha que põe os ovos de outro. O mesmo não se verificaria se o estudo superior fosse oficializado, ou, antes, oficial, porque desaparecida a subalternidade da vida do instituto ao número de aluno, ficaria de pé, única e exclusivamente, a competência entre aqueles que mais alto elevassem o ensino.

O espantalho diante do qual até hoje têm recuado nossos dirigentes parece ser a soma de encargos que adviria para os cofres públicos com a criação dos institutos oficiais. A instalação, porém, de núcleos universitários, aí onde já existem Faculdades sustentadas pela União e desenvolvidos à medida e à proporção que as necessidades regionais se tornassem mais palpitantes, resolveria o problema: de momento, porque a pouco mais se elevariam as despesas atualmente feitas; de furo, porque os novos encargos só lenta e gradativamente iriam surgindo, acompanhando o movimento evolutivo do País.

Os dias sombrios não hão de durar sempre: tudo passa, e aos gênios maléficos hão de suceder os benéficos. Tenhamos fé, essa fé que animava os apóstolos, e que tem sido, até hoje, o nosso mais forte baluarte" (CAMPOS, 1961; apud DIAS, 1997: 117).

8. Dos costumes

O Reitor era figura conhecida em Belo Horizonte no começo do século, especialmente nos meios intelectuais, pela sua fama de advogado brilhante. Ciro dos Anjos, memoralista do cotidiano belo-horizontino dos anos 20, escreve; "Bonde? As deidades andavam de bonde, como qualquer vivente? Admirai, mas andavam. Os papás possuíam automóveis - é claro - para ir aos consultório. Não a cinemas. Não iam. Cinema era coisa de gente moça. Exceto o Dr. Mendes Pimentel, de alta classe, não se permitia esse passatempo. Ademais, guiavam o próprio carro. É de presumir que chegassem a casa e recolhiam o veículo, fatigados. A mulher que acompanhasse as garotas, e de bonde". (ANJOS, 1979:252) Ivan Lins afirma que seu pai, Edmundo Lins, ia sempre ao cinema em companhia de Mendes Pimentel e Rafael Magalhães.

O mesmo Ciro dos Anjos relata: "Deixando as mulatas com seus amores a céus estrelados, e voltando à gente e às ruas graves e calmas, encontramos, ao entardecer, dois conspícuos cavalheiros

que passeiam conversando: um é Mendes Pimentel, homem-instituição, que infunde tanto respeito como o Palácio da Liberdade; o outro é o Rafael Magalhães, presidente do Tribunal, sorridente, irônico, anatoliano. O primeiro militou na política, brigou muito, agora é advogado. Tem cara fechada, mas coração mole. De que falariam? De política, naturalmente, embora não envolvidos nela. Quem não conversa de política em Minas? (ANJOS, 1979; apud DIAS, 1997: 216).

Mendes Pimentel se sacrificou em nome de um princípio, é o que exprime Abgar Renault na solenidade do 25° aniversário da UMG, traduzindo o pensamento de seus contemporâneos:

"Há uma frase de Kirkegaard que se ajusta de modo perfeito à vida de Mendes Pimentel: "Existir é escolher e apaixonar-se". Ele soube escolher e apaixonar-se, e a lição mais grave que legou à Universidade foi a sua consagração ascética ao ideal.

Impõem-se que não seja nunca esquecido que Mendes Pimentel se sacrificou pela jovem instituição, a fim de manter-lhe íntegra a majestade moral, no momento em que incompreendido na defesa do que julgava ser - e era - o seu dever encerrou sua carreira magisterial. Não sei se haverá exemplo mais forte e mais belo para os homens de qualquer universidade" (RENAULT, 1953; apud DIAS, 1997: 239).

O lema escolhido para nossa universidade, Incipit vita nova (começa uma nova vida) é uma epígrafe de Dante. Para os estudantes deveria significar o ponto de partida para novas aspirações. Para a instituição recém-criada, uma advertência de que uma era diferente se abriria para o ensino superior em Minas. Ao longo dos tempos, em momento de desânimo, essa divisa às vezes tem sido traduzida como insípida vida nova...

9. Referências Bibliográficas

DIAS, F. C. UFMG: Projeto Intelectual e Político. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1997.

As referências encontradas nos diferentes excertos estão detalhadamente citadas na obra de DIAS, 1997.

BELO

HORIZONTE

BELO HORIZONTE

ALBERTO VILLAS

A rotina
da buzina
que aumenta
que aumenta

que cimenta
a retina
que alimenta
a violência
que lamenta
a saudade
velocidade

com que cresces
desces
defloras
desfiguras

belo horizonte
do monte
que sumiu
Drummond
que partiu

CAMINHOS
nº 15 - novembro de 1997

do pássaro
que fugiu
que morreu
que ficou
esmagado
podre
        coitado
no asfalto
        quente
sob o pneu
        macio
do Fiat
cento e vinte
        e sete

belo horizonte
de ponte
sobre ponte
de casas
        que destroem
de prédios
        que constroem

Te ver hoje
        pequena
        domável
        tranquila

É sonho
        belo horizonte
que não tem
        onde ir
        onde cair

Cidade
que não cabe
        mais
na palma
        da minha mão

Mas dando
um jeitinho
        te arranjo
        te acomodo
        te aconchego
dentro
no fundo
        do meu
                coração.

Do livro:

Belo Horizonte, a cidade escrita. Ed. UFMG. Organizador: prof. Wander Melo Miranda

CAMINHOS é uma publicação semestral que objetiva atingir as seguintes metas:

a) Constituir-se um órgão de comunicação da Associação Profissional dos Docentes da UFMG • Seção Sindical da Andes-SN/APUBH.

b) Voltar-se à reflexão de temas relacionados a vida universitária e sindical, tais como: defesa da "Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade"; democratização dos procedimentos acadêmicos; avaliação acadêmica; financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; escolha de dirigentes; política salarial; condições de trabalho; relacionamento Universidade com a Sociedade; Política Educacional, da Saúde e da Seguridade Social, construção de utopias, entre outros.

c) Estimular o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias.

APUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES-SN